



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

XXIII Reunião Extraordinária do CNRH

Auditório do subsolo do Edifício Marie Prendi Cruz (SRHU)
Brasília, 17 de dezembro de 2008
(Transcrição ipso verbo)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Bom dia, senhoras e senhores. É um prazer recebê-los aqui e, particularmente, nesse edifício, onde fui informado que é a primeira reunião que o Conselho faz aqui nessas instalações, que recebem diversas secretarias aqui do Ministério do Meio Ambiente. Então, também hoje há uma adaptação aqui com ventiladores para o maior conforto de vocês, visto que parece que em função da conexão energética desse prédio, os aparelhos de ar condicionado estão momentaneamente sem funcionamento. Eu queria justificar a ausência do Ministro e Presidente do Conselho, Carlos Minc, ele tem um evento já anteriormente programado junto ao IBAMA e isso faz com que ele não possa estar conosco aqui na abertura, mas visto que a nossa reunião está prevista para duração de dois dias, hoje e amanhã, nós ainda tentaremos, junto ao Ministro, que nós possamos recebê-los aqui nessa última reunião de 2008. Na reunião de hoje também, estava previsto para que o Ministro fizesse ainda em complementação à comemoração dos 10 anos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, hoje está sendo feito o lançamento da revista de recursos hídricos, uma bela revista, que conta inclusive com artigos de vários dos Conselheiros aqui presentes, dos ex-ministros do Meio Ambiente, Gustavo Kraus, José Carlos Carvalho, a Ministra Marina Silva, do próprio Ministro Carlos Minc e que eu acredito que este deva ser o exemplar único. Porque o normal a gente lança com o boneco, ainda com a versão inicial, sem a produção, mas já tem o lançamento, estão todos aqui, acompanhei. Então, um belo trabalho da equipe, porque durante a semana ainda estavam procedendo ao fechamento dos diversos artigos que compõem a revista. Vocês todos vão receber também essa edição aqui da revista. Qual vai ser a periodicidade da revista? Eventual. Mas mesmo... Tem que ter certa periodicidade, então, já fica aqui também para que nós, a partir desse bom exemplo do lançamento da revista, possamos criar uma periodicidade, inclusive fazer com que ela suscite também um debate apropriado sobre as questões de recursos hídricos, e que seja um instrumento importante também na divulgação das resoluções e dos procedimentos aqui do nosso Conselho Nacional. A reunião de hoje se inicia com a assinatura de 4 acordos de cooperação técnica, e que nós, mesmo tendo até o momento, não sei se já chegou ou não a presença do Estado de Minas Gerais, em função do atraso do vôo, quando chove, todos nós gostamos muito da chuva, mas quando chove, parece que se altera a organização, o funcionamento das cidades. E também parece que as chuvas de Minas Gerais ontem foram muito significativas, há um atraso na vinda dos representantes de Minas e nós o faremos depois, no momento apropriado. Nós pretendemos, para ganharmos tempo aqui nos nossos trabalhos, iniciar a reunião com a assinatura desses 4 acordos de cooperação técnica, relativos à gestão de águas subterrâneas, sendo que 3 deles para execução de ações vinculadas ao Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani, assim como para promover a integração dos executores a serem assinados pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, com os Estados de Minas Gerais e São Paulo, e com a Agência Nacional do Petróleo. E um acordo de cooperação visando o desenvolvimento de ações conjuntas, de elaboração e fomento do conhecimento hidrogeológico nacional, de integração de sistemas de informações institucionais, de capacitação e apoio aos Estados na área de águas subterrâneas, a serem assinados entre a Secretaria, Agência Nacional de Águas e o Serviço Geológico Brasileiro, CPRM. Aqui no ritual, João, já se prepara, tem aqui um roteiro, vocês já estão acostumados, eu que não estou, é a segunda vez, aqui tem um roteiro à prova de falhas. Eu gostaria de passar a palavra ao nosso Diretor do DRH, o Conselheiro João Bosco, para explicação sobre os objetivos e metas desses acordos que serão assinados aqui. Por favor, João Bosco.

O SR. JOÃO BOSCO SENRA (Diretor do DRH/SRHU/MMA) – Bom dia a todos e todas. Para nós é uma alegria muito grande termos essa, durante a reunião do Conselho, podermos estar assinando esses acordos. Como disse o Secretário, os três primeiros acordos, com o Estado de São Paulo, Minas Gerais e com a ANP, se referem a acordos que foram gestados durante o processo de discussão do Projeto do Aquífero Guarani. Visa dar continuidade aos trabalhos que foram elencados, o programa de ação estratégica que foi aprovado na última reunião do Conselho superior do projeto e que vai assegurar essa continuidade das ações de todos no desenvolvimento do Aquífero Guarani. Queria registrar também que nesse processo de desenvolvimento do projeto foi muito importante o envolvimento e a participação e a cooperação de todos os Estados e dos demais órgãos a nível federal, como o caso da Agência Nacional de Águas, a CPRM e também da ANP, no desenvolvimento dos trabalhos. Então, chegamos, estamos chegando ao final do projeto, o projeto encerra em janeiro, mas com grande sucesso, avançamos muito nas pesquisas, nos estudos. Certamente não vou falar muito sobre isso, porque estava previsto para essa reunião, o Luiz Amore, que é o secretário geral do projeto, fazer uma apresentação, provavelmente vai ser feita na próxima, ele vai detalhar, trazer o material, vai prestar conta a esse Conselho de tudo que foi desenvolvido. Mas eu queria registrar como que esse projeto foi um projeto, do ponto de vista de integração institucional, foi muito exitoso, houve uma parceria efetiva por parte de todos esses atores e conseguimos fazer com que pudesse incorporar e, nos vários níveis, esse conhecimento e cooperar no sentido de que pudéssemos ter os melhores resultados. Única questão que nós temos, é que gostaríamos de estar assinando aqui hoje o de Goiás, é o último que falta, dos oito Estados seria o último acordo, mas por um problema não foi possível incluir a assinatura do acordo de Goiás, provavelmente vamos estar assinando em breve e com isso fecharíamos o acordo de cooperação técnica com os 8 Estados, com todos os agentes e atores a nível nacional. O outro acordo de cooperação técnica, com a Agência Nacional de Águas e CPRM, também é fruto de um trabalho coletivo, de seminários que fizemos entre as 3 instituições, que visa ter, a nível nacional, construir a nível nacional, todo o arcabouço no sentido de estar dando apoio aos Estados, na parte da implementação de uma política de águas subterrâneas e, sobretudo, nesse momento, com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, com o Programa Nacional de Águas Subterrâneas, nós vamos ter muito trabalho pela frente. Então, a participação da Agência Nacional de Águas, com o seu programa de águas subterrâneas e com a participação da CPRM, para nós tem sido uma experiência muito importante, de integração aí dos órgãos, para que possamos avançar ainda mais a Política de Águas Subterrâneas no País, em apoio efetivo aos Estados no seu processo de gestão. Então, é com muita alegria que nós podemos celebrar aqui hoje esses acordos e agradeço de antemão toda a equipe da Secretaria que se empenhou na parte processual, administrativa, para que esses acordos pudessem estar prontos para a reunião de hoje e também por parte dos nossos parceiros, que se empenharam muito também para que pudéssemos estar aqui celebrando, véspera de Natal, final de ano é sempre uma boa época de celebrar. Então, esse é um ato de celebração efetiva de um trabalho que já vem sendo executado, mas apenas um marco que anuncia uma nova etapa muito frutífera, do ponto de vista das águas subterrâneas, para o País. Muito obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado, João Bosco. Eu, só usando aqui uma frase muito utilizada pelo Olívio Dutra, me sinto meio solitário aqui na mesa. Eu queria chamar agora para a assinatura dos acordos de cooperação técnica, começar chamando à senhora Rosa Mancini, coordenadora de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, representando aqui o Estado de São Paulo. Gostaria de chamar também, representando aqui a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a senhora Lucia Maria de Araújo Lima Gaudêncio, coordenadora de Meio Ambiente da ANT. Por favor, Lucia. Gostaria de chamar também o Presidente da Agência Nacional de Águas, o senhor José Machado. Por favor, Machado. E queria convidar, representando aqui a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, o Serviço Geológico Brasileiro, senhor Marcelo Jorge Medeiros. Bem, nós registramos que até o momento, como eu falei no início, em função do atraso do vôo, o Estado de Minas Gerais não está aqui representado, deve estar conosco a senhora Marília de Carvalho Melo, Diretora de Monitoramento e Fiscalização do Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Nós faremos aqui a assinatura desses acordos e logo em seguida pedir para que todos pudessem usar da palavra, após a assinatura desses termos de cooperação. Por favor, Raquel, nos auxilie aqui na distribuição desses termos. Muito obrigado. Eu gostaria de passar a palavra inicialmente ao Marcelo Jorge Medeiros, pelo Serviço Geológico Brasileiro. Por favor, Marcelo.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS (CPRM) – Bom dia a todos. Me deram 3 minutos, então vou ser bem breve. O meu primeiro ponto, eu tenho que pedir desculpas pela ausência do nosso diretor, que nesse momento se encontra em Santa Catarina, onde tem uma missão da União, organizada pela Casa Civil, para tentar encontrar, junto com o governo local, algumas soluções para prevenção de desastres como os que aconteceram, e que esperamos que essa reunião tenha sucesso. O segundo ponto, nós gostaríamos de ressaltar a importância de um evento desse, quando três agentes do Governo, três agentes da União assinam um acordo se comprometendo a realizar atividades comuns e eles têm atividades, competências e mesmo atribuições legais que podem parecer diversas, mas que são complementares entre si. Isso é que ressalta o papel da importância do Estado, nós somos mais agentes de Estado, procurando o bem comum, do que simplesmente cumprindo uma agenda política. Em terceiro ponto, que é mais pessoal, há algum tempo eu trabalho para que se realize esse acordo. Então, como foi minha tarefa principal nesse ano, posso ficar feliz que pelo menos eu mantenho o meu emprego até o ano que vem. Muito obrigado. (Palmas!)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado, Marcelo. Espero que realmente você mantenha tudo até o ano que vem. Gostaria de passar agora a palavra à senhora Lucia Maria de Araújo Lima Gaudêncio, representando a Agência Nacional do Petróleo. Por favor, Lucia.

A SR^a. LUCIA MARIA DE ARAÚJO LIMA GAUDÊNCIO (ANP) – Bom dia a todos os presentes. Eu gostaria de justificar a ausência do Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Dr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, que em função de outros compromissos já firmados anteriormente não pôde comparecer a esse importante evento e me pediu, então, que viesse representando,

eu que estou assumindo o cargo de Coordenadora de Meio Ambiente da ANP. Para mim é uma satisfação estar aqui representando a Agência nessa reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, onde estão sendo firmados ou oficializados esses acordos de cooperação técnica entre vários órgãos de Governo, inclusive a própria ANP e gostaria de ressaltar a importância da participação da ANP nesse acordo de cooperação técnica, que visa direcionar as ações e atividades referentes ao projeto de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável do Sistema Aquífero Guarani. Desejo sucesso nesse projeto, no desenvolvimento dessas ações e atividades, que com certeza direcionarão da melhor forma possível a gestão dessas ações em função da proteção desse importante aquífero no território nacional e até mesmo de outros países da América do Sul, e desejo também sucesso na reunião do Conselho, na qual já justifico que não poderemos ficar o tempo integral, mas ficaríamos até pela manhã. Desejo também um feliz Natal e um bom ano novo para todos os presentes. Obrigada. (Palmas!)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado, Lucia. Eu queria registrar a chegada da representante do Estado de Minas Gerais, a senhora Marília Carvalho de Melo, Diretora de Monitoramento e Fiscalização do Instituto Mineiro de Gestão de Águas. Então, nós procederemos aqui à assinatura do termo de cooperação técnica e logo em seguida prosseguiremos com a palavra das pessoas que estão aqui na mesa. Muito obrigado, Marília. Eu queria agora passar a palavra à representante do Estado de São Paulo, senhora Rosa Mancini, Coordenadora de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente do Estado. Por favor, Rosa.

A SR^a. ROSA MANCINI (CTCOST/CERH/SP) – Bom dia a todos. Em nome do Secretário Chico Graziano, eu desejo também a todos uma boa reunião. Eu acho que hoje esses dois assuntos que iniciam a pauta já mostram a importância que a água subterrânea está ganhando de fato destaque e espaço adequado para se tratar. Acho que o Projeto Guarani conseguiu ter, além de ser um projeto com sucesso, ter conquistado várias coisas, conseguiu ter um caráter didático para mostrar que com outros projetos podemos desenvolver e transformar a agenda de águas subterrâneas de fato numa agenda de sucesso no Brasil. Na Secretaria de Meio Ambiente, tanto o Instituto Geológico, como a CETESB e como o DAEE, vem trabalhando, se dedicando profundamente a essa questão. Nós temos o Projeto Aquíferos, que é um projeto que está ganhando destaque no Estado, a partir do momento que está desenvolvendo uma agenda para proteção e para, na verdade, normatização da exploração dessa fonte de água e isso é uma coisa que para nós deixa muito contente e o ano que vem nós já estamos organizando uma pauta e um trabalho para trabalhar com água subterrânea e estabelecer de fato ações de gestão integrada entre água subterrânea e superficial, para firmar de fato o tema no contexto do Estado de São Paulo. Então, é uma satisfação estar aqui assinando, representando o Secretário, acho que isso vai ser a continuidade do sucesso do projeto. (Palmas!)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Gostaria de passar a palavra agora para as suas considerações, senhora Marília Carvalho de Melo, representando o Estado de Minas Gerais.

A SR^a. MARÍLIA CARVALHO DE MELO (IGAM) – Bom dia a todos. Inicialmente justificar a minha chegada tão de supetão aqui, mas as questões meteorológicas estão dificultando o nosso vôo por esse Brasil. Bom dia a todos, também em nome do Secretário José Carlos Carvalho, da Diretora Geral do IGAM, Dr^a. Cleide Izabel Pedrosa, eu gostaria de manifestar a nossa satisfação em assinar esse termo de cooperação técnica. O IGAM tem pautado para o próximo ano, no seu orçamento, a implementação de um sistema de monitoramento do Aquífero Guarani, nós estamos iniciando esse processo de monitoramento de água subterrânea no Estado e demos prioridade ao início, neste Aquífero, em função da importância que ele tem para o Estado e, na verdade, para o Brasil e para os outros países envolvidos. Esse é um caminho que queremos pautar de forma integrada com a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, e com os demais Estados. Então, mais uma vez, manifestar a grata satisfação de estarmos aqui hoje, dando essa continuidade a esse trabalho, a esse projeto e firmando essa cooperação com a Secretaria. Muito obrigada. (Palmas!)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado, Marília. Passar agora a palavra ao Presidente da Agência Nacional de Águas, o companheiro José Machado.

O SR. JOSÉ MACHADO (ANA) – Obrigado, Vicente. Um bom dia a todos os companheiros de mesa, a todos os Conselheiros e Conselheiras. É uma satisfação muito grande para a Agência Nacional de Águas poder estar celebrando aqui esse acordo de cooperação técnica com a CPRM e com a Secretaria de Recursos Hídricos. Na verdade, formalizando um acordo que já, na prática, vem se desenvolvendo há um bom tempo. Nós temos promovido encontros técnicos, com excelente participação e excelentes resultados, a cooperação com os Estados também avança de maneira muito forte, onde nós já temos vários Estados integrados nesse processo, de um trabalho conjunto nesse tema de águas subterrâneas. Semana passada nós realizamos um seminário, também nacional, em parceria com a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS), de modo que esse tema, que tinha uma certa fragilidade técnica e institucional, começa a ganhar corpo e nós estamos também muito esperançosos, de que no próximo ano possamos ter um avanço grande. Nós estamos contratando, pela ANA, vários estudos técnicos, com recursos da instituição, orçamentários da instituição e essa cooperação técnica, realmente, reúne instituições que têm uma grande capacidade de impulsionar essa temática. Então, é muito importante que o Conselho acompanhe esse processo e dê o apoio para que continuemos avançando. Eu queria, mais uma vez, manifestar a minha satisfação, registrar também que um dos colegas da ANA que atuou fortemente para viabilizar essa cooperação, é o nosso superintendente Paulo Varela, que nesse momento está sendo submetido a uma sabatina no Senado, porque ele foi indicado pelo Presidente para ser um dos nossos diretores, Diretor da Agência Nacional de Águas. Então, eu queria aqui também fazer esse registro, porque nós temos uma expectativa muito boa de que ele seja aprovado e venha se incorporar à Direção da ANA e como especialista no tema ele vai poder, com certeza, impulsionar ainda mais na condição de diretor. Então, mais uma vez muito obrigado, bom dia a todos. (Palmas!)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado a todos. Queria dizer que recebi aqui os exemplares, os primeiros exemplares da revista, queria entregar uma ao Marcelo, à Lucia, à Rosa, à Marília e ao José Machado, que já tinha ficado com o meu, pode continuar com ele. Queria agradecer a todos. Pois não, Rosa.

A SR^a. ROSA MANCINI (CTCOST/CERH/SP) – Bom dia a todos e todas. Eu gostaria de fazer um registro prazeroso, nós estamos vendo um equilíbrio de gênero nessa mesa, isso para nós, mulheres, e para os homens também que são sensíveis a gênero, no ano que nós estamos celebrando o ano de gênero e água. Eu gostaria que tirassem essa foto que eu vou colocar em todos os *sites*, porque não é simplesmente figuração. Eu sei o trabalho de cada um de vocês, essa colega que não é absolutamente do setor, mas imagino que trabalhar com petróleo não deve ser fácil. Eu quero registrar isso, gostaria que constasse de ata, por favor. (Palmas!)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado. Eu queria também, aproveitando, dizer que nós estamos fazendo, estamos no ar? A ANATEL concedeu a liberação para que as nossas reuniões disputassem com a audiência da Globo. Estamos no ar, depois todos serão informados; agradecer a presença de todos, na assinatura desses acordos e convidar àqueles que desejarem que nos acompanhem aqui, que possam fazê-la, acompanhem a nossa reunião. Muito obrigado a todos. Queria convidar aqui agora, para compor a mesa, o senhor Marley Caetano de Mendonça, para que eu não continue aqui solto, que é o nosso gerente, da Gerência de Apoio ao Conselho, da Secretaria, que vai auxiliar na condução dos trabalhos. Em seguida eu vou fazer a instalação da reunião, verificação do quórum e depois nós seguiremos na abertura dos informes. Bem, como de praxe tem algumas recomendações aqui que o meu roteiro pede que eu faça. Informar que a agenda do dia foi encaminhada anteriormente a todos os Conselheiros, a pauta é uma pauta extensa, pedir a compreensão de todos para otimização dos trabalhos e a manutenção do quórum. Agora solicito... Passo agora ao senhor Marley, para que informe e verifique o quórum do Plenário. Por favor, Marley.

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – Secretário, nós ainda não atingimos o quórum, estamos prestes a atingir, faltam somente dois membros. Então, ainda não dá para entrarmos na parte deliberativa da reunião.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Tendo em vista essa situação regimental, o que está sendo proposto é de que nós poderíamos caminhar... Então, por favor, Marley, registra-se então a obtenção do quórum regimental. Bom, agradecer o quórum, solicitar a manutenção do quórum até o final da reunião, durante os dois dias de trabalho e lembrar que a reunião terá continuidade após o intervalo do almoço. O almoço está previsto para acontecer entre 12h30min e 14h00min. Agora solicito ao senhor Marley para que leia os informes e os procedimentos regimentais. Por favor, Marley.

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – Obrigado senhor Secretário. Informes. Solicitamos que a cada intervenção os Conselheiros informem o seu nome e a entidade ou órgão que representam, para efeito de registro, facilitando o trabalho da Secretaria Executiva na elaboração da ata. Intervenções não serão permitidas durante a apresentação de matéria, ficando facultado a cada Conselheiro que estiver com a palavra concedê-la ou não. Encerradas as discussões, a matéria será submetida ao Plenário para votação. Durante o processo de votação não será concedida a palavra para novos pronunciamentos, nem pedidos de vista e apartes. A matéria será declarada aprovada ou rejeitada por maioria simples dos membros presentes, ou seja, metade mais um dos votos dos Conselheiros que se encontrem presentes no momento de votação. Procedimentos. Somente terão direito a voto os Conselheiros titulares. Os Conselheiros suplentes com direito a voto são aqueles que estejam substituindo os titulares ausentes. Os Conselheiros suplentes terão direito à voz. O relator de cada matéria deverá fazer uso da palavra, por 15 minutos, para apresentar ao Plenário, com suas respectivas justificativas. Após a apresentação das matérias, serão abertas as inscrições para os Conselheiros que quiserem se manifestar sobre o assunto. Os Conselheiros inscritos serão chamados pela ordem de inscrição, farão uso da palavra por 3 minutos, devendo todos se ater, exclusivamente, sobre o assunto em discussão.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Nesse momento, eu gostaria de perguntar aos Conselheiros presentes se existe alguma matéria de urgência ou alguma matéria a ser retirada de pauta, da pauta que todos vocês já receberam anteriormente. Nenhuma solicitação, também gostaria de informar, como já foi feito aqui, mas reforçar, que o senhor Luiz Amore, Secretário Geral do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani, comunicou que não foi possível viabilizar sua vinda para realização da apresentação prevista no item 5.5, resultados finais do Projeto Aquífero Guarani, e solicitou que sua apresentação fosse transferida para a próxima reunião do Conselho. Por essa razão o item 5.5 deve ser retirado da pauta. Eu solicito que o senhor Marley Mendonça leia a nova Ordem do Dia. Por favor, Marley.

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – Senhor Secretário, a nova Ordem do Dia é a seguinte: abertura, em seguida Ordem do Dia. Item 1, aprovação da Ata da XX Reunião Ordinária. Item 2, resposta aos ofícios: 2.1 – SEA/SE nº 0600/08, da Conselheira Marilene Ramos, representante dos Conselhos Estaduais dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que encaminhou proposta de alteração dos art. 26 e 41 do Regimento Interno do CNRH; 2.2 – 14/2008/CTCOST/CNRH/MMA, do Presidente da CTCOST, o Conselheiro Luiz Fernando de Abreu Cybis, que trata dos encaminhamentos referentes a proposta de resolução que “estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira”, originada na CTCOST. Item 3, deliberação sobre propostas de Resolução que: 3.1 – Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, encaminhada pela Diretoria Provisória do Comitê do Piranhas-Açu; 3.2 – Altera a Resolução CNRH nº 70, de 19 de março de 2007, que “estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso

da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000”, encaminhada pela CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos; 3.3 – Aprova o Detalhamento Operativo dos Programas VIII, X, XI e XII do Plano Nacional de Recursos Hídricos, encaminhada pela CT do Plano Nacional de Recursos Hídricos; 3.4 – Define os procedimentos de indicação dos representantes do Governo Federal, dos Conselhos Estaduais, dos Usuários e das Organizações Cíveis de Recursos Hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais; 3.5 – Estabelece composição e define suplências para a CTAS, CTAP, CTCT, CTGRHT e CTPOAR, para mandato de 1º de fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2011, e dá outras providências, encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH. Item 4, deliberação sobre proposta de Moção que: 4.1 – Recomenda princípios e prioridades de investimento em ciência, tecnologia e inovação para recursos hídricos, encaminhada pela CT de Ciência e Tecnologia. Item 5, apresentação: 5.1 – Resultados da Oficina “10 anos do CNRH – Desafios e Proposições para Melhoria do seu Funcionamento” – pelo facilitador do evento, senhor Francisco Bezerra, o Cacá; 5.2 – “Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da Água” – pelo senhor Marcelo Pires da Costa, Gerente da Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA; 5.3 – Conclusões da Nota Técnica nº 01/2008/CTIL/CNRH/MMA, referente ao Relatório do GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos”, encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais, a ser feito pela senhora Martha Sugai, coordenadora do GT; 5.4 – “Estado da Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos” – João Bosco Senra, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos – DRH/MMA, encaminhado pelo Grupo Técnico de Coordenação e Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos – GTCE. Em seguida informes e por último o encerramento.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado, Marley. Nós vamos colocar em votação a nova Ordem do Dia. Como acordamos na reunião passada, vamos estabelecer o método do voto ativo. Aqueles Conselheiros e Conselheiras que aprovam a nova Ordem do Dia, por favor, levantem a mão, os seus crachás. Muito obrigado. Aqueles que são contrários. Abstenções. Então, aprovada por unanimidade a nova Ordem do Dia. Dando continuidade aos trabalhos, submeter ao Plenário o item 1 da Ordem do Dia, que é aprovação da Ata da XX Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Essa ata já foi encaminhada anteriormente. Algum Conselheiro ou Conselheira que deseje fazer alguma contribuição em relação à ata?

A SRª. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR) – Eu já fiz, já entreguei, está em vermelho na tela.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Nós temos um pequeno probleminha. "Destacou que os custos de participações nas Câmaras Técnicas resultam em muitos benefícios para a efetiva gestão das águas"; é a inclusão da efetiva gestão das águas. Mais alguma contribuição em relação à ata?

A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR)
– Eu gostaria de registrar a qualidade da ata. Sr. Presidente, eu gostaria que constasse de registro a qualidade da ata. A ata é um instrumento de formação de política pública, ela é importante, portanto, eu que sou uma pessoa que ler tudo quanto é ata, posso verificar a qualidade que ela tem. Então, parabéns ao Secretariado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Por favor, Ninon, você que está aí diante, você poderia registrar quais são as alterações?

A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR)
– A 279, que quando se faz o lançamento da cartilha, estava procedendo ao lançamento mundial da cartilha e na fala do Demétrius, eu tomei a liberdade de fazer essa observação porque se usa, e tenho certeza que ele usaria, internalizar perspectiva de gênero e praticar a igualdade na participação da gestão. É a perspectiva e não a questão.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado. Mais alguma contribuição de Conselheiro ou Conselheira em relação à ata? Não havendo, eu gostaria de encaminhar em conjunto as alterações, visto que elas, a princípio, não apresentam questões que suscitem polêmica, aparentemente. Então, gostaria de fazer o encaminhamento dessas alterações para aprovação da ata com a sua inclusão, encaminhar conjuntamente. Por favor, Conselheiros e Conselheiras que aprovam a ata com as alterações aqui apresentadas, por favor, levantem os seus crachás. Muito obrigado. Aqueles que são contrários à aprovação da ata? Abstenções? Registre-se a aprovação da ata por unanimidade. Teve uma abstenção. Então, registre-se com uma abstenção à aprovação da Ata da XX Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Passamos agora ao item 2.1 da Ordem do Dia, que é resposta ao ofício SEA/SE nº 0600/08, da Conselheira Marilene Ramos, representante dos Conselhos Estaduais dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que encaminhou proposta de alteração dos art. 26 e 41 do Regimento Interno do CNRH. Convido o senhor Marley, para ele que possa explicar os trâmites e apresentar a proposta encaminhada pela Conselheira Marilene Ramos, que eu adianto, ela não se encontra presente e me pediu para justificar a sua ausência, porque hoje, no Estado do Rio de Janeiro, sob sua coordenação, está sendo lançado o pacto pelo saneamento, razão pela qual ela não pode estar conosco aqui nesta reunião. Por favor, Marley.

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – Obrigado, senhor Secretário. No exercício da Presidência da CTIL eu designei, como relator dessa matéria, o Conselheiro Carlos Hugo, do Ministério da Justiça, mas por razões de problemas de saúde ele não está presente, por isso vou estar fazendo um breve relato, na verdade é uma informação. No mês de junho, durante à XXII Reunião Extraordinária do Conselho, a Conselheira Marilene Ramos manifestou sua intenção de solicitar alteração de 2 itens do Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, basicamente para que as matérias, quando derem entrada no Conselho,

quando forem propostas matérias para o Conselho, para que haja uma prévia aprovação pelo Plenário. Bom, essa proposta foi discutida no âmbito da CTIL e a CTIL entendeu, que em razão de estar fazendo um processo de revisão do Regimento Interno, seria mais adequado que a proposta da Conselheira Marilene fosse considerada no bojo desse processo de revisão e não de maneira isolada, porque é necessário que consideremos todas as propostas que estão sendo apresentadas. Então, por conta disso, trazemos esse retorno, desse entendimento da CTIL, no sentido de que a proposta da Conselheira Marilene Ramos será considerada no âmbito do processo de revisão do Regimento Interno, juntamente com as demais propostas que estão sendo apresentadas, inclusive considerando os resultados da oficina de Câmaras Técnicas que nós realizamos há alguns dias. Então, é um processo que vai se desdobrar no ano de 2009.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado. Eu queria informar que não haverá deliberação ou discussão a respeito, é apenas a informação, uma vez que se considerou a importância da demanda por ter acontecido nessa XXII Reunião Extraordinária do CNRH. Como tenho meu roteiro aqui, eu não resisto, aqui está assim: “é a primeira vez que estaremos dando ciência de uma resposta ao Plenário”. E depois, logo em seguida, tem um segundo, resposta de ofício, que está assim: “é a primeira vez que estaremos dando ciência”; não, aqui depois vai ser a segunda, porque a primeira nós estamos dando agora. Na verdade, eu gostaria que o Plenário pudesse se manifestar o máximo possível. Se for no sentido de um comentário que não suscite o debate, evidentemente que a palavra será garantida.

A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR) – Vou dizer ao Plenário, quero que fique registrado em ata, que é uma questão que me parece o seguinte: a Lei 9433 é muito clara e mostra quais são os instrumentos de gestão. Os instrumentos para o Conselho é o Plano Nacional de Recursos Hídricos, que é o nosso planejamento estratégico. Então, o Conselho tem que se manifestar, tem que agir e as suas Câmaras são delegadas, são longa manos do Plenário, dentro do que nós pactuamos no Plenário. O Plenário, em janeiro de 2006, aprovou o Plano Estratégico Nacional, que é a diretriz para o Conselho Nacional. Eu gostaria que a Secretária tivesse um pouco mais de vivência aqui do Plenário e das Câmaras Técnicas, o Rio de Janeiro é profundamente ausente nas Câmaras Técnicas e lamento isso, porque eu sou carioca, sou Fluminense e participo de vários comitês de bacia e era importante que eles estivessem, o Rio de Janeiro estivesse mais presente nesse cenário nacional, nós temos corpos hídricos relevantes, inclusive Paraíba do Sul que é uma referência e também pediria que ela fizesse o fundamento, a razão pela qual ela está pedindo essa alteração. Quando se pede alguma coisa que altera fundamentalmente, isso precisa ter fundamento. Por outro lado, eu tenho alguma preocupação, como eu disse na outra vez, o Estado do Rio, eu acho que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro precisa de uma qualificação, como nos demais Conselhos, eu acredito, nós não somos diferentes e também milito lá no Conselho, sei exatamente o que quero falar. Eu queria uma oportunidade, isso é um tema de Conselho porque repercute no sistema nosso, o Conselho Nacional decidiu sobre o dinheiro da cobrança que está alocado no FUNDRI e até agora nenhum comitê de bacia de domínio estadual recebeu um tostão. O Comitê do Guandu vai fechar, a diretoria vai fechar suas portas no dia 31, estamos devendo recursos à fundação da universidade rural.

Então, esse é um assunto muito sério, que eu gostaria de poder ter espaço para falar oportunamente.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Eu agradeço a sua contribuição. Registrar aqui que a Conselheira não se encontra presente em razão do evento que eu já comuniquei e os comentários aqui efetuados, evidentemente, são de responsabilidade. Por favor, Ninon, eu imaginei que era um comentário mais geral, você está entrando em uma questão de conteúdo que ela não está nem vinculada exatamente ao tema. Então, só fazer o registro aqui da justificativa da ausência e de que os comentários são pertinentes, e de responsabilidade da Conselheira, evidentemente. Eu gostaria de passar aqui ao item 2.2 da Ordem do Dia, que é resposta ao ofício 14/2008/CTCOST/CNRH/MMA, do Presidente da CTCOST, o Conselheiro Luiz Fernando de Abreu Cybis, que trata dos encaminhamentos referentes à proposta de resolução que “estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira”, originada na CTCOST. Convido o senhor Marley Mendonça para explicar os trâmites e apresentar a proposta.

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – Essa resposta, na verdade, seria dada pelo Presidente da Câmara, da CTCOST, o Conselheiro Luiz Fernando de Abreu Cybis, mas ele não pôde estar presente. Então, eu fiquei encarregado de fazê-lo, vou tentar aqui fazer um histórico rápido da tramitação dessa matéria no âmbito do CNRH. No dia 27 de março desse ano, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos iniciou uma discussão sobre a proposta da resolução e naquela ocasião entendeu que seria necessário que essa proposta fosse analisada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, antes de uma deliberação por parte do Plenário e também pela CTPOAR. Em razão disso, a matéria que foi originada da CTCOST retornou para essas duas Câmaras, a CTPNRH e a CTPOAR. Nos dias 23 e 24 de abril, a CTPOAR analisou a matéria e entendeu que a proposta de resolução deveria ser analisada primeiramente pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, pelo fato de que somente dois artigos teriam interface mais direta com a CTPOAR. Em razão disso, alguns membros da CTPOAR passaram a integrar um Grupo de Trabalho que foi criado no âmbito da Câmara Técnica do plano. Então, já houve, a partir desse momento, uma convergência de trabalho, uma integração entre as duas Câmaras Técnicas. Numa reunião realizada em... Em seguida, a Câmara Técnica do plano, ao analisar essa matéria, quer dizer, primeiramente no âmbito do GT, entendeu que deveria ser realizado, ser elaborado um substitutivo e sugeriu que esse substitutivo fosse analisado previamente pela CTCOST, a Câmara Técnica de integração da gestão das bacias hidrográficas do sistema (...) e zona costeira. Nosso Regimento Interno de fato prevê isso, então, o encaminhamento sugerido pela Câmara Técnica do plano foi correto, atendeu ao Regimento Interno, como houve um substitutivo e não uma análise conforme originalmente solicitado pelo Plenário, haveria necessidade de que a matéria retornasse para a Câmara de origem. Nos dias 5 e 6 de agosto a CTPOAR teve conhecimento da conclusão dos trabalhos do GT, criado lá no âmbito da Câmara Técnica do plano e encaminhou de que não analisaria esta matéria, naquele momento, porque não continha nenhuma interface com suas competências e que aguardaria uma análise final da CTCOST, sobre o substitutivo, para em seguida se manifestar sobre essa matéria. A Câmara, desde já, se colocou à disposição para

posteriormente estar fazendo essa análise. Bom, nos dias 16 e 17 de setembro passado, a CTCOST analisou a matéria, estou pedindo aqui a ajuda da nossa relatora. Então, nos dias 16 e 17 de setembro passado, a CTCOST iniciou novamente a análise da matéria, passou a analisar o substitutivo e mais uma vez foi criado um Grupo de Trabalho para analisar o substitutivo. Esse Grupo de Trabalho está considerando não somente o substitutivo, mas também as contribuições que foram apresentadas pela Conselheira Patrícia Bozon na reunião deste Conselho, de 4 de junho de 2008. Então, esse trabalho está em desenvolvimento no âmbito da CTCOST e a CTCOST entendeu que haveria necessidade de proceder essa informação ao Plenário do Conselho, uma vez que essa demanda partiu daqui, para que o Plenário tomasse ciência do trâmite do processo, do trâmite da análise da matéria e a CTCOST entende que precisa de um tempo maior para poder continuar analisando o que vai acontecer no decorrer do ano seguinte. É isso.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado, Marley. Eu queria fazer uma solicitação, até pelo caráter excepcional das informações ao Plenário, mas diferentemente do primeiro, que me pareceu um informe relativamente simples, esse segundo envolve uma complexidade no trâmite bastante significativo, bem maior. Quando tivermos esse procedimento, fica aqui uma sugestão e acho que um encaminhamento, que esses informes sejam prestados por escrito para os Conselheiros, sucintamente, para que vocês previamente tenham a natureza, já que nós vamos prestar uma informação como essa que você está prestando aqui oralmente, a gente possa fazer uma síntese disso e entregar aos Conselheiros para que os Conselheiros tenham... Foi entregue o resumo? Perfeito, eu é que não tenho aqui. Ele fez um resumo do resumo, vocês receberam, perfeito. Então, eu gostaria de perguntar se algum Conselheiro gostaria de fazer algum comentário sobre essa questão. Por favor.

O SR. JAIRO DOS SANTOS LOUSA (CONSELHEIRO TITULAR) – Bom dia, Secretário. Bom dia senhores Conselheiros. Eu defendo os irrigantes na vaga da CNA. É o seguinte, estou vendo que no item 2.1 e 2.2 eles foram respostas a ofícios encaminhados ao Conselho. Eu gostaria de fazer aqui "uma pequena reclamação", que eu também fiz por escrito, isso foi encaminhado ao Conselho, um pedido de encaminhamento para uma determinada Câmara que o Conselho escolhesse, para analisar a questão de definição de curso de água, que é um pleito do Estado do Rio Grande do Sul feito a mim e estou sendo muito cobrado por isso. Eu sei, por informações que obtenho, que o assunto foi analisado e foi encaminhado para a Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia, que por sua vez, me parece, vai encaminhar à CTIL. Eu gostaria também de receber, de ter o mesmo tratamento, de ter uma resposta para nós, porque aí eu encaminharia isso para quem está me cobrando. Só essa questão. Obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado, fica aqui o registro. Algum informe sobre isso? Por favor, Marley.

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – Só informar ao Conselheiro, que, na verdade, a proposta dele ainda está sob análise da CTGRHT, por isso que

623 não trouxemos a título de informe. É que essas matérias, que acabamos informando
624 aqui, são matérias que foram originadas no âmbito do Plenário, foram
625 encaminhamentos, melhor dizendo, originados no âmbito do Plenário. A proposta do
626 Conselheiro Jairo, como outras propostas que qualquer Conselheiro possa
627 apresentar, foi encaminhada para a Câmara Técnica específica e está seguindo o
628 seu curso normal, está sob análise da CTGRHT, depois passará pela CTIL e em
629 seguida virá ao Plenário.

630
631
632 **O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH -**
633 **SRHU/MMA)** – Muito obrigado, mas penso que isso não anula a sugestão de que os
634 Conselheiros tenham essas respostas, dos seus diversos encaminhamentos, por
635 escrito, para que eles possam ter, perante os seus representados, eles possam ter
636 uma justificativa física do que vem acontecendo. Mais algum Conselheiro ou
637 Conselheira gostaria de fazer uso da palavra em relação a esse ponto? Então,
638 fazendo só essa observação, esta é a segunda vez que estaremos dando ciência de
639 uma resposta ao Plenário, em razão do que foi dito aqui pelo Marley, de que a
640 demanda surgiu também do Plenário e não diretamente do Conselheiro. Bom,
641 passamos agora ao item 3.1 da Ordem do Dia, que é deliberação sobre propostas
642 de Resolução que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da
643 Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu, encaminhada pela Diretoria Provisória do
644 Comitê do Piranhas-Açu. Informar que o Conselheiro Iberê Paiva Ferreira de Souza,
645 Presidente interino da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
646 Piranhas-Açu, justificou sua ausência, devido a problemas de saúde, estando em
647 tratamento em São Paulo. Convido à senhora Laélia Maria Lira Ferreira de Melo,
648 representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos do
649 Rio Grande do Norte, no Grupo de Trabalho do Comitê Piranhas-Açu, para
650 encaminhar a matéria. O tempo de apresentação é de 10 minutos. Na sua leitura
651 anterior, você disse que o tempo de apresentação, nos seus informes, é de 15
652 minutos e aqui eu estou dando só 10 para ela. Afinal de contas são 10 ou 15? São
653 15 minutos. Então, você tem 15 minutos, senhora Laélia, para fazer sua
654 apresentação.

655
656
657 **A SRª. LAÉLIA MARIA LIRA DE MELO (SERHID/RN)** – Bom dia a todos os
658 Conselheiros. Eu acho que tem uma apresentação já aí gravada, não é? Bom, isso
659 aí tem o estado atual do processo de instalação (...). Foi criado, instituído em
660 novembro de 2006, com a nomeação da diretoria provisória, mas em abril de 2007
661 houve uma nomeação de uma nova diretoria provisória em decorrência da
662 Secretaria ter mudado de gestor. O Dr. (...) assumiu e houve uma nova nomeação.
663 Em junho de 2007 houve um prorrogamento desse mandato da diretoria provisória e
664 do prazo para instalação do Comitê. Esse era o prazo, houve um pedido de
665 prorrogação, em setembro houve a primeira reunião dessa diretoria provisória
666 efetiva, foi criado um grupo de apoio, uma deliberação que criou um grupo de apoio
667 e esse grupo que nós estamos trabalhando desde dezembro de 2007, houve essa
668 oficina em outubro e foi solicitada a prorrogação, foi prorrogado em 2007, até
669 dezembro de 2008. Essa nova solicitação de pedido é que houve um planejamento,
670 ficou um planejamento estabelecido naquela oficina e precisaria da contratação,
671 através da ANA em convênio com a UNESCO, de uma empresa que fará todo o
672 processo em mobilização. A empresa só foi contratada agora em outubro. Então,
673 houve um novo planejamento e nós não daríamos mais tempo hábeis de instalar o
674 Comitê até agora, dezembro. Houve um novo cronograma de trabalho, o grupo já

trabalhou no Regimento Interno e a composição do Comitê ficou estabelecida aí já, de 40 integrantes, 40 membros, 40 titulares e suplentes. O poder público da Paraíba com 6, o do Rio Grande do Norte com 5, na Paraíba existem 102 municípios, no Rio Grande do Norte 45, são 147 municípios na bacia. Os usuários aí são 7 na Paraíba, 9 no Rio Grande do Norte, Sociedade Civil, 6 na Paraíba e 5 no Rio Grande do Norte, ficou, aliás, o mesmo número de membros nos 2, a união com 2, um da Paraíba e outro do Rio Grande do Norte. A metodologia da instalação, a execução do processo a cargo da empresa contratada com recursos, desde o planejamento que foi estabelecido pelo Grupo de Trabalho e referendado pela diretoria provisória, a empresa contratada foi ADSE – Agência de Desenvolvimento do Seridó existem 2 coordenadores, um para cada Estado e mobilizadores, inicialmente 12 mobilizadores, foram reduzidos para 6. Metodologia de instalação, encontros regionais, são as cidades na bacia, as cidades pólos que estão na Paraíba, Patos, Pombal, Cajazeiro, Itaporanga, no Rio Grande do Norte Caicó e Açu. As Plenárias eleitorais também vão ser na Paraíba em Patos, Pombal e Cajazeiro e no Rio Grande do Norte em Caicó e Currais Novos. Assembléia de posse e eleição da diretoria, material de divulgação, radiofônicos, folhetos, cartazes, (...) e faixas. Aí é o novo cronograma estabelecido, contratação da empresa, produção do material gráfico, oficina de capacitação dos mobilizadores, mobilização social, tem as datas aí, os encontros regionais e isso tudo a assembléia de posse agendada para o dia 17. Era isso, nós queríamos justificar esse prorrogamento do prazo novo, solicitação desse novo pedido em decorrência da contratação mesmo do processo que foi moroso e que não teríamos mais tempo hábil de instalar os Comitês esse ano.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado Conselheira Laélia. Eu gostaria de colocar a matéria em discussão. Algum Conselheiro ou Conselheira inscrita para tratar do tema? Não havendo nenhuma manifestação do Plenário, eu vou encaminhar a matéria em votação. Aqueles Conselheiros que aprovam a proposta de prorrogação do prazo, por favor, levantem seus crachás. Muito obrigado. Os Conselheiros que são contrários à prorrogação do prazo, por favor, se manifestem. Abstenções? Com registro de uma abstenção, fica aprovada a prorrogação do prazo do mandato da diretoria provisória do Comitê de bacias hidrográficas do rio Piranhas-Açu. Nós passamos agora ao item 3.2 da ordem do dia, que é deliberação sobre proposta de Resolução que altera a Resolução do Conselho Nacional número 70, de 19 de março de 2007, que: "estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água referidos no inciso 2 do § 1º do art. 17 da Lei 9648 de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei 9984 de 17 de junho de 2000 ". Encaminhadas pela CT, pela Câmara Técnica de cobrança pelo uso de recursos hídricos. Eu gostaria de fazer o convite ao presidente da Câmara Técnica de cobrança pelo uso de recursos hídricos, o senhor Enéas Souza Machado, para fazer o encaminhamento da matéria. Enéas acabou de chegar. Nós vamos aguardar alguns minutos para que a apresentação seja...

O SR. ENÉAS SOUZA MACHADO (PRESIDENTE DA CÂMARA TÉCNICA) – Bom dia senhoras e senhores Conselheiros. Isso é o que nós estamos apresentando hoje, seria uma proposta de mudança da Resolução número 70, aquela Resolução que trata da aplicação das prioridades de aplicação dos recursos oriundos da

cobrança do setor elétrico, aquele 075, já conhecida. A mudança que nós propomos é muito singela, ainda nesta etapa, existem outras ainda em estudo, mas essa para hoje é muito simples, apenas muda o prazo, ela hoje é anual e a ideia é que isso passa a ser a cada 2 anos, para simplificar o processo, para dar mais tempo para que nós possamos fazer consulta aos Estados e etc., hoje o processo é muito rápido e fica pouco democrático e pouco participativo junto a todos os outros Estados. Então, a ideia é que a Secretaria Executiva do CNRH, a cada dois anos formalizará processo de consulta aos Comitês de bacia hidrográfica e de rios de domínio da União e aos Conselhos Estaduais de recursos hídricos. Essa é a principal mudança. Daí disse que para definição das prioridades estaduais, atinentes à aplicação dos recursos da cobrança, os Conselhos estaduais farão o processo de consulta aos Comitês de bacia existentes e seus Estados, em funcionamento em seus Estados. Esses outros itens daqui são apenas a parte de a seqüência dos prazos, a ideia é que o início do processo de consulta, no caso agora do biênio 2010/2011, seja feita, tenham seu início ainda um ano antes do dia 20 de dezembro de 2008, na seqüência os Conselhos estaduais mandam as suas prioridades para a Agência Nacional de Águas até o dia 15 de abril do ano seguinte e a ANA manipula esses dados e os envia ao CNRH via (...) até 30 de abril e como último passo isso seria discutido pelo CNRH no prazo até o dia 30 de junho. Essa é a idéia básica, é só mudar o prazo de um ano para 2 anos e haver uma outra seqüência. Outro item que foi posto nessa minuta de Resolução é que se pede um apoio mais forte por parte do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, articulado com a SRHU, com a ANA e outros entes da União, para que se busque, para que se persiga, se assegure que esses recursos oriundos da cobrança do setor elétrico não sejam contingenciados. Nós sabemos que isso é uma luta, uma coisa lenta, devagar que precisa ano a ano ir sendo feito, mas eu acho que é uma perseguição, é uma meta nossa que tem que ser feita, seja através do Decreto, de algum outro jeito, enfim, uma união entre a SRHU, ANA e outros entes para que esse recurso possa ser posto ao uso dos recursos hídricos. Muito obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CNRH - SRHU/MMA) – Eu gostaria de pedir ao Enéas para que nos acompanhasse na discussão dessa matéria. Quero pedir também ao Plenário para que nós tenhamos um silêncio necessário para a perfeita discussão dos pontos aqui apresentados e nesse momento coloco a matéria em discussão, já com a inscrição da Conselheira Ninon Machado.

A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR) – Primeiro eu quero registrar a oportunidade dessa emenda Resolução. Eu lembro aqui 2003 quando nós tivemos uma memorável cessão do Conselho de junho de 2003, extraordinária e que deu origem a todo esse processo no sentido de não ter o contingenciamento dos recursos. Eu gostaria que nós pudéssemos colocar uma palavra no art. 6º, que trate da efetividade dos planos de aplicação, eu falo isso por causa desse exemplo do Rio de Janeiro. O plano de aplicação foi aprovado e até agora os Comitês de bacia não receberam um tostão e eu gostaria de registrar aqui, porque o Secretário de Tesouro da época era o Dr. Joaquim que agora é o Secretário de recursos hídricos de finanças do Rio de Janeiro. Então, ele já conhece o assunto e eu pediria a esse Plenário que a proposta dessa aprovação, já traça o caso específico do Rio de Janeiro em que o Governo está contingenciando os recursos e aí eu pediria diligência do nosso Secretário e do nosso Ministro Minc no

sentido de que haja uma liberação dos recursos, porque os Comitês estão totalmente à míngua. Eu estou procurando umas tabelas aqui totalmente à míngua, até para que o Comitê do Bandu não feche no dia 31 de dezembro. Obrigada.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CNRH - SRHU/MMA) – Eu pediria à Conselheira para que, se possível, traçasse por escrito, para que nós pudéssemos submeter, apesar de nós estarmos tratando de um item geral, que você está colocando em um item específico, mas para que nós possamos encaminhar a sua proposta de alteração, pediria que você encaminhasse por...

A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR) – Eu agradeço Secretário, porque realmente nós estamos lutando muito seriamente, eu queria que o senhor nos ajudasse com isso, obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CNRH - SRHU/MMA) – Mais algum Conselheiro? João Clímaco.

O SR. JOÃO CLÍMACO (Conselheiro/ONGs) – Primeiramente bom dia, bem-vindo a todos e a mim também, cumprimentar a todos na pessoa do seu Secretário. Eu falei para ele que eu vim preparado dessa vez, na verdade, eu estou brincando, não vim preparado para nada, eu estou sempre preparado e Secretário sempre fala algum bom humor que anima a nossa Assembléia. Mas eu queria fazer o registro em relação a essa Resolução, porque até hoje eu não fui convencido de que o Conselho tem suas prerrogativas para definir essa articulação com, para aplicação com os recursos da cobrança e eu sinto que não tem ainda uma saída para essa questão. Sendo um Conselho, uma entidade, um ente de gestão dos recursos hídricos, que tem condições, a meu ver, de dar sentido melhor a essa Resolução, infelizmente não fui ainda entendido nesse sentido. A ideia seria fazer dessa Resolução um instrumento de fortalecimento e de implementação da gestão integrada, sobretudo dos Comitês de bacias. Existem estados que não têm Comitês de bacias e nós não temos certeza se isso é por uma questão de opção política ou então por um motivo estrutural, conjuntural que sempre acomete os estados. E aí nós ficamos na dúvida, quando tem necessidade, o povo demanda que tenha Comitê de bacia e não há aquele clima propício para isso. Então, nós pensamos, por que essa Resolução não condiciona, não cria um elemento que possa favorecer a aplicação do recurso, priorizar a aplicação dos recursos nos Estados que tenham como prioridade a aplicação, o desenvolvimento e a implementação dos Comitês de bacias, no caso, quando houver direcionamento para esses Estados ou quando houver, porque esses Estados têm potencial hídrico de geração de energia pautada em recursos hídricos e não recebe ou não recebe o valor que poderia ser mais justo receber ou eles recebem e aplicam em estruturas que não privilegiam a implantação dos Comitês. Então, já tenho feito um esforço de que nessa Resolução a aplicação dos recursos nos Estados onde não tem Comitê ficaria condicionada à prioridade de aplicação de recursos em Comitê de bacia. Isso não é contemplado nessa Resolução.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado. Agora que ele acabou, eu não sei se eu já contei

para vocês, eu joguei muita bola lá no São João Clímaco... Eu gostaria de consultar o Plenário. Tem que fazer a proposta de alteração por escrito, muito embora, depois no encaminhamento vindo por escrito à mesa, verificar, não a oportunidade da colocação, mas sim a oportunidade de se esse tema está contemplado naquilo que nós estamos tratando que é alterar o prazo de fixação das diretrizes, não está em discussão à questão mais abrangente que está sendo posta, mas mesmo assim eu peço aos Conselheiros que faça, assim como recomendo a todos que fizerem sugestão, que possam colocá-las brevemente no papel para que a Mesa depois encaminhe adequadamente ao Plenário que está sendo proposto e não uma interpretação. Gostaria de consultar o Plenário, mais alguma inscrição?

A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR)

– Eu tenho duas propostas, uma moção no Rio de Janeiro e a outra com relação à inclusão da palavra, aplicação dos recursos provenientes da cobrança... Estou tão ansiosa com essa questão do Rio de Janeiro, eu coloquei aqui uma emenda ao art. 6º, em que se fala: os recursos provenientes da cobrança, pelo uso dos recursos hídricos, dos exercícios subsequentes e sua efetiva aplicação, porque não adianta ter plano se você não aplica, ou efetividade... E a efetividade de sua aplicação. E a efetividade de sua aplicação. Onde está aquele NR, logo subsequente e a efetividade da sua aplicação, porque não adianta ter plano se não aplica. Porque, inclusive a nossa avaliação depende dessa efetividade.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CNRH - SRHU/MMA)

– Muito obrigado Conselheira. Eu reitero, este é mais simples, mas eu peço para que haja encaminhamento por escrito.

A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR)

– Deixa-me fazer uma pergunta. Seria um ofício ao senhor ou uma moção que será aprovada pelo Plenário? A esse pedido no sentido da liberação dos recursos.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA)

– Depois eu queria dar um informe. Eu queria que o plenário se ativesse ao que está em discussão, que foi apresentada aqui pelo Enéas que é a alteração do prazo, de consulta aos Estados, Comitês de 1 para 2 anos com ajustes subsequentes fica no prazo. Na sequência até, visto a importância desse tema dar um informe a respeito de um fato ocorrido ontem. Com relação à proposta de Resolução, quer dizer, de alteração da Resolução, mais algum Conselheiro ou Conselheira gostaria de se manifestar? E não havendo, eu vou pedir ao Conselheiro Enéas para que se manifeste e aprimore sobre os comentários e em seguida nós faremos os encaminhamentos das propostas que chegarem à Mesa por escrito, senão eu terei dificuldade de fazer o encaminhamento. Então, Enéas, por favor.

O SR. ENÉAS SOUZA MACHADO (PRESIDENTE DA CÂMARA TÉCNICA)

– Bem, a respeito da sugestão feita pela Conselheira Ninon, ela me parece adequada, se encaixa dentro da idéia do que estaria aqui escrito, dando ênfase à efetiva aplicação do recurso naqueles itens que estão prioridades. Quanto ao segundo tópico proposto pelo João Clímaco, me parece que foge um pouco ao espírito dessa

moção, porque ela é só para fixar o prazo que passa de 1 ano para 2 anos e dá depois a sequência de ações. Colocar aqui que teria que ser priorizada a aplicação desses recursos na implantação de Comitês, me parece não que aqui seja o local adequado, isso precisaria de outra Resolução ou de um outro meio, mas não aqui, provavelmente.

O SR. JOÃO BOSCO SENRA (Diretor do DRH/SRHU/MMA) – É só uma proposta de redação, substituir ali: para aplicação efetiva dos recursos provenientes, porque a palavra aplicação está muito repetida, pela aplicação efetiva dos recursos. Tira embaixo, aí.

A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR)
– Tudo bem, o sentido é o mesmo.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Por favor, mais alguma contribuição? Resolvido. Bom, o encaminhamento que nós vamos dar é de uma única sugestão de alteração, que é esta agora apresentada, que pela sua simplicidade não precisa ser encaminhada por escrito, que é, na proposta apresentada pelo Conselheiro Enéas, é de que o art. 6º, eu vou fazer aqui a leitura do novo art. 6º, ficaria assim: “art. 6º A definição pelo CNRH das prioridades para aplicação dos recursos da cobrança dar-se-á até o dia 30 de junho do ano seguinte ao início do processo de consulta referido no art. 3º, para aplicação efetiva ou efetiva aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nos 2 anos subsequentes”. Então, para não haver dúvidas, para aplicação efetiva dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, nos 2 exercícios subsequentes. É isso? Algum Conselheiro gostaria de se pronunciar sobre a emenda? Agora nós não estamos mais fazendo a discussão do texto geral, com relação à emenda, algum Conselheiro quer se manifestar? Então, eu vou encaminhar a votação da proposta da Resolução, com a emenda que sugerida pela Conselheira Ninon. Está claro isso? Em regime de votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da Resolução ora apresentada com a emenda sugerida em Plenário, por favor, levantem seus crachás. Muito obrigado. Conselheiros contrários? Abstenções? Então, com aprovação por unanimidade da proposta de Resolução que estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover articulação entre o Conselho Nacional e os Comitês de bacia hidrográfica. Eu penso que seria justo se o Plenário assim entender, dar um brevemente informe a respeito da questão do contingenciamento, que talvez ajude no entendimento, na compreensão daquilo que foi manifestado aqui pelos Conselheiros João Clímaco e Ninon. Na segunda-feira, em uma reunião do Ministro com os secretários, a ANA e nós da Secretaria de Recursos Hídricos, aproveitando uma agenda do Ministro Ming com o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, nós solicitamos a ele que fosse reiterada, pela terceira vez, é a terceira vez que o Ministro encaminha ao Ministro Paulo Bernardo nesse período que eu aqui me encontro, a solicitação de descontingenciamento dos recursos provenientes da cobrança. Nós inclusive o Ministro pediu para que nós fizéssemos um resumo desse histórico e fundamentamos inclusive a nova argumentação no momento econômico, político vivido pelo Brasil e pelo resto do mundo, porque o Governo Federal tem sistematicamente tomado algumas medidas e declarado de que as pessoas necessitam continuar consumindo, para que a economia não tenha nenhum

retrocesso. Então, a fundamentação principal, neste instante da solicitação do descontingenciamento dos recursos, é de que deveria haver uma sintonia disso que o governo tem tomado em relação à redução do Imposto de Renda, redução de IPI, redução dos impostos para motocicletas, bancos e tudo mais e para ter uma sintonia, o Governo Federal deveria, mesmo que em caráter excepcional, descontingenciar os recursos para o ano de 2009, para que nós tenhamos uma ideia dos montantes, os recursos provenientes da cobrança e aí tanto da compensação como da cobrança, porque a compensação vocês sabem que é 3% de 6%, daqueles destinados 6% da compensação e 075 da cobrança. O montante para o ano de 2008 foi de 187 milhões de reais arrecadados com essa cobrança, sendo que 106 milhões foram liberados para aplicação pela Agência Nacional de Águas e 81 milhões foram contingenciados. Os recursos para o ano de 2009 estão estimados em 200 milhões, sendo que o volume estimado de contingenciamento, porque historicamente isso é uma decisão de natureza política, já houve ano como 2003, onde contingenciamento não existiu e já houve ano aonde o contingenciamento superou inclusive o valor dos recursos liberados. Então, está previsto um, nessa estimativa para 2009, um contingenciamento da ordem de 90, 91 milhões de reais mantido o critério de 2008, então, nós estamos falando sobre esse montante de recursos a serem liberados. Então, penso que inclusive a sugestão de acréscimo em um dos artigos aqui da redação reforça esse posicionamento que o Ministério tem tomada perante o Ministério do Planejamento na busca do descontingenciamento da cobrança dos recursos hídricos. Com relação aos comentários já feitos também pelo Conselheiro João Clímaco, eles são de ordem geral, com relação ao procedimento geral de cobrança que não é aquele que está ora em apreciação. Então, com a aprovação do item 3.2 da pauta, nós passamos ao item 3.3 da ordem do dia. Eu estava prevendo que nós podíamos acabar a reunião amanhã antes do almoço, mas de repente, se nós formos tão rápido assim, ainda pode ser concluída no dia de hoje, está indo bem. Item 3.3 da ordem do dia, deliberação sobre proposta de Resolução que aprova o detalhamento operativo dos programas 8, 10, 11 e 12 do Plano Nacional de Recursos Hídricos, encaminhada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Eu faço um convite inicialmente ao senhor Sidnei Gusmão para encaminhamento da matéria, por favor, até 15 minutos, eu queria até adiantar, Sidnei, enquanto as pessoas se acomodam, a apresentação é conjunta e depois nós pretendemos fazer a deliberação, programa a programa, com esse encaminhamento inicial para que não haja nenhuma dúvida, por favor.

O SR. SIDNEI GUSMÃO AGRA (CTPNRH) – Obrigado senhor Secretário e os demais Conselheiros, eu quero dizer da satisfação de mais uma vez me dirigir a esse Conselho trazendo mais um pacote de programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para a discussão e quem sabe para sua aprovação, dizer que a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos vem atuando com boa parte da sua agenda voltada para o Plano Nacional, mas a partir desse ano também entendendo da oportunidade que o Plano Nacional possibilitou de discutir uma maior integração, uma maior inter-relação entre as outras instâncias de planejamento no Sistema de Recursos Hídricos e também relacionado aos planejamentos setoriais, isso foi objeto de uma Resolução aprovada por esse Conselho em sua última reunião, que amplia as atribuições da nossa Câmara Técnica para que ela possa também desempenhar esse papel. Então, a Câmara Técnica vem trabalhando, já vinha desde o começo do ano, trabalhando nesse conjunto de atribuições ampliadas, aguardando o referendo desse Conselho que aconteceu com a Resolução aprovada na última reunião, eu até estava presente naquela reunião, eu

queria relatar a matéria, mas em função dos horários de vôo e da solenidade de comemoração de 10 anos eu precisei me retirar da reunião antes que esse ponto chegasse à ordem do dia. Mas fica o agradecimento pela aprovação na última reunião e passamos a discutir a agenda de hoje. Só para relembrar o Plano Nacional de Recursos Hídricos está estruturado em 4 componentes e 13 programas. Aquele primeiro conjunto dos programas 1 a 7, foi aprovado em dezembro do ano passado pela Resolução 80, que em conjunto aprova os 7 programas e o programa 13, que na verdade é o sistema de gerenciamento orientado para resultados do plano é a Resolução 69 de março de 2007. Está em discussão hoje esses programas da terceira componente, sobre maneira, esses 4 programas: o Programa Nacional de água subterrânea, o Programa de Gestão relacionada à região amazônica, as águas do pantanal e também a questão relacionada ao semi-árido, são 4 programas ditos regionais, em que peso que um deles é uma região bem grande, que abrange o País inteiro que é o programa de águas subterrâneas. Na verdade, eu vou fazer um histórico da discussão desses programas no âmbito das Câmaras Técnicas envolvidas na discussão da matéria e no final uma breve descrição dos mesmos. não vamos entrar no mérito de cada um deles, não na apresentação, depois nós podemos fazer isso na fase posterior. O processo de construção, em março de 2007, naquela oficina de detalhamento dos programas, aquela oficina abrangeu os programas 1 a 8, ali foi apresentada uma primeira versão do programa 8, mas depois da discussão se avançou apenas nos programas 1 a 7 e o programa 8 ficou para esse momento. Em dezembro os programas 1 a 7 foram aprovados e a partir de abril desse ano, sempre que aparecer azul, diz respeito a atividades da Câmara do Plano, quando aparecer em verde diz respeito a atividades da Câmara Técnica de água subterrânea, quando aparecer em vermelho diz respeito a CTCOST. Então, em abril de 2008, na primeira reunião da Câmara do plano esse ano, esse ponto, tanto o acompanhamento da implementação agora dos programas 1 a 7, como também o detalhamento dos programas 8 a 12 passaram a ser pontos de pauta permanente e na reunião de abril, então, se apresentou uma agenda para discussão do programa 8. Em junho, na reunião da CTAS de número 61, também aquele mesmo cronograma e fluxograma discussão do programa 8 foi apresentada àquela Câmara Técnica. Também em junho o programa 8, o programa de água subterrânea, foi enviado aos membros da CTAS e aos Órgão Gestores estaduais, solicitando contribuições. Em junho de 2008 acontece à reunião da Câmara Técnica de número 50, esse assunto esteve em pauta, em agosto, mais uma reunião da CTAS onde o assunto continuava sendo discutido, em setembro, a partir de setembro as coisas começam a acontecer mais intensamente. Então, há um ofício da Câmara Técnica do plano ao GTCE, alertando para o prazo dado pela Resolução 80, que esses 5 programa que ainda não foram aprovados deveriam ser remetidos a esse Conselho até dezembro deste ano, então, nós fizemos esse ofício e lembrando que essa discussão envolvia pelo menos aquelas 4 Câmaras Técnicas, além do Plenário do Conselho. Em setembro de 2008 a CTAS chega a um consenso e considera o programa 8 tecnicamente consistente e aprovado, remetendo à Câmara do plano, em setembro também a CTCOST nos pergunta do programa 9, também enxergando que dezembro era o prazo, há um ofício, então, do presidente da CTCOST perguntando do andamento da detalhamento do programa 9, em setembro ainda, na reunião da Câmara Técnica, há uma primeira discussão conceitual sobre o formato, o conteúdo dos programas ditos realmente regionais, os programas 9 a 12 e também há uma apresentação do programa 8 já aprovado pela CTAS. Em outubro há uma reunião conjunta da Câmara Técnica do plano com a Câmara Técnica de água subterrânea onde é aprovado o programa 8 e remetido à CTIL. Ainda em outubro há uma reunião dos presidentes de Câmaras Técnicas com o Secretário

onde é informada a retomada dos trabalhos do GTCE e se coloca, então, um cronograma para que se tentasse chegar nessa reunião, além do programa 8 que já estava aprovado, com os 4 programas regionais também aprovados. Em novembro, na 53ª da Câmara do plano há apresentação e discussão e aprovação dos programas 9 a 12, só que com uma diferença de encaminhamento, através de um ofício, o programa 9 é encaminhado à CTCOST que é a Câmara Técnica especialista em Gestão Costeira, o programa trata desse assunto e a Câmara Técnica resolveu remetê-lo, após uma análise inicial, à Câmara Técnica de Gestão Costeira. Os demais programas foram encaminhados à CTIL que em novembro, na sua reunião de número 105, aprovou o programa 8 e os programas de 10 a 12. Então, daquele escopo inicial que falta, o programa 9 não vem, neste momento, ao Conselho. Olhando esse histórico, pode se concluir que o programa 8 que diz respeito a águas subterrâneas teve um consistente processo de elaboração, uma vez que seu processo levou bastante tempo, desde março de 2007, ele foi apresentado pela primeira vez, foi amplamente discutido na CTAC que é especialista no tema, foi aprovado pela Câmara do plano, pela CTIL e agora está em discussão nesse Conselho. Já os programas regionais levaram um longo tempo, mas para serem concebidos, usei o termo concebido entre aspas, porque não tinham uma clareza da estrutura do mesmo, até que se entendeu como ele deveria funcionar, de modo que o programa 9, que diz respeito a Gestão da zona costeira, foi encaminhado à Câmara Técnica especialista e os programas 10 a 12 enviados à CTIL e estão hoje no Plenário do Conselho. Só uma descrição, caracterização muito rápida, o Programa Nacional de águas subterrânea está estruturado em 3 subprogramas, o primeiro visa a ampliação do conhecimento hidrogeológico, o segundo o desenvolvimento de aspectos institucionais e legais e um terceiro subprograma relativo à capacitação, comunicação e mobilização da sociedade em torno do tema relacionado à Gestão das águas subterrâneas. Já os programas regionais que estão aqui em discussão, Gestão Ambiental de recursos hídricos na região amazônica o programa 10, o programa 11, conservação das águas Pantanal em especial suas áreas úmidas e o programa 12, Gestão sustentável de recursos hídricos em convivência com semi-árido brasileiro. Mais uma justificativa para esses programas regionais, o plano tem um recorte espacial que são as regiões hidrográficas através de uma Resolução que aprova a divisão Hidrográfica Nacional para fins do Plano Nacional de Recursos Hídricos, mas o mesmo plano, também mencionava as chamadas situações especiais de planejamento, criando um recorte regional especial para essas 4 regiões e daí surgem esses 4 programas regionais. Isso aparece no volume de metas e depois no volume de programas do plano. Esses programas regionais são estruturados através não de programas específicos para região, mas através do rebatimento dos programas anteriores, dos programas 1 a 8, nas constituições específicas na região. Isso é feito também e o outro lado da articulação, com os Estados, porque em cada uma dessas regiões há um conjunto de Estados ou um conjunto de órgãos gestores estaduais e essa articulação por ocasião da implementação dos programas, vai ser de extrema importância. De modo que ao final, o que se espera desses programas regionais é uma especialização quanto a modelos institucionais apropriados à Gestão e considerando a natureza particular de cada uma daquelas regiões, dos problemas relacionados a cada uma daquelas regiões e uma ênfase, uma prioridade na implementação dos instrumentos de Gestão, próprios, característicos que apontem para um aprimoramento na Gestão em cada uma dessas regiões. Desse modo é proposta uma minuta de Resolução, ali eu estou apresentando só o único artigo, cortei os considerados, mas na sequência nós a colocamos na íntegra, mas temos conhecimento. Da mesma forma que a Resolução de dezembro do ano passado, que aprovou os programas de 1 a 7, ela

apresenta um único artigo que aprova os 4 programas, o 8, o 10, o 11 e o 12 e tendo em vista que não veio para a discussão o programa 9, foi uma inserção da própria CTIL de conceder mais um ano e que daí o programa 9, relativo a Gestão de Recursos Hídricos em zonas costeiras, integrado ao gerenciamento costeiro deve vir ao Conselho até o final de 2009. Então, era isso que tinha para ser relatado. Eu queria passar a palavra ao GTCE, não sei se o pessoal da Secretaria ou da ANA quer fazer uso para detalhar alguns aspectos dos programas mais particulares. Senão nós podemos avançar na discussão.

O SR. JOÃO BOSCO SENRA (Diretor do DRH/SRHU/MMA) – É só para esclarecer que os membros da GTCE estão presentes, alguma dúvida que tenha, é João Bosco. Só para esclarecer que o GTCE está presente aqui para esclarecer alguma dúvida como todos receberam os programas, com seus detalhamentos e tudo mais, então, estão presentes aqui os representantes da ANA, que são representantes do GTCE e da Secretária e que está à disposição para esclarecimento das dúvidas.

O SR. ROSALVO OLIVEIRA (CTPOAR/MI) – A minha dúvida que eu queria ter esclarecida é com relação ao programa 12, quando eu pego lá atrás cronograma físico e financeiro, atividades, execução de projetos da agenda federal, ANA, SRHU e (...), eu queria saber por que a CODEVASF não está incluída, considerando que a área de abrangência de sua atuação, a bacia do São Francisco e a bacia de Parnaíba e a bacia do São Francisco tem grande parte de sua área inserida no semi-árido. Eu gostaria de saber por que não está incluída a CODEVASF aqui?

A SR^a. ROSA MANCINI (CTCOST/CERH/SP) – Eu queria sinicamente agradecer a concessão da CTIL de dar mais 1 ano para o estudo da água Costeira, porque isso é demais. Eu queria, na verdade, agora tirando o sinicamente, eu queria de fato ter uma informação um pouco mais clara, por que o programa 9 não foi encaminhado com a devida antecedência para a CTCOST e ficou até agora assim? Porque ficou uma banguela no quadro que eu... Para nós é muito triste, porque eu acho que mostra isso é um protesto, o descaso que continua tendo em relação a esse assunto, que é um problema que hoje é nacionalmente está sendo noticiado, é um problema serio de relação entre água Costeira e água-marinha. Eu sei que água salgada não é recurso hídrico, mas de qualquer forma a interação entre os 2 meios é uma questão de fato mais do que sabida. Então, eu gostaria muito de ter uma resposta um pouco mais clara dos motivos que não levaram a esse encaminhamento. A segunda observação que eu gostaria de fazer...

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Rosa só um minuto, Júlio, João Clímaco, por favor.

A SR^a. ROSA MANCINI (CTCOST/CERH/SP) – A segunda observação é com relação ao desnivelamento entre os projetos apresentados, o Programa de água subterrânea, ele está absolutamente bem estruturado com diagnóstico com metas e ações que de fato orienta qualquer um dos Estados, dos Conselhos para tomar qualquer orientação de decisão de ação. Os demais, o de Amazônia e do semi-árido, eu acho que são os mais rasos, que na verdade mais explicar o que não fez

do que outra coisa e do Pantanal está muito bem justificado, mas na parte da proposição está bastante frágil. Então, eu queria entender como é que esse procedimento de um encaminhamento tão diferenciado, tão desvelado entre um programa e outro e se vai ter um procedimento para os outros programas, inclusive para o 9 e como é que nós podemos agir nesse sentido?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado. Agora Conselheira Ninon. Em seguida esses esclarecimentos as duas falas foram de solicitação do esclarecimento, eles serão dados, quer dizer, não sei se os esclarecimentos serão dados, mas serão tentados logo em seguida.

A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR)

– Eu quero fazer minhas as palavras da Dr^a. Rosa Mancini, eu gostaria que constasse de ata. Eu quero dizer, eu vou discutir o Programa Nacional de águas subterrâneas, está muito bom, nós já evoluímos nas Câmaras Técnicas dos planos e na CTIL eu não participei por motivos de ordem superior, mas eu gostaria de colocar pequenas alterações sem que tenha a ver com conteúdo, mas para dar ênfase, porque nessa questão das águas subterrâneas é importante a inclusão e a participação dos Estados. Em alguns momentos aqui eu gostaria que fosse incluído, está aqui nas minhas alterações, passo para vocês, que sejam incluídas nos planos diretores municipais. Cadê o representante do Ministério da Cidade, ele estava aí e eu já falei com ele agora pela manhã e espero que o Dr. Sérgio Gonçalves apareça aqui durante o transcurso, mas eu acho fundamental a participação e depois, em algum momento, que os municípios também tenham sua política de águas. Os municípios são atores importantíssimos, eles são titulares de vários serviços ligados à água, vários usos e são usuários da águas. Então, nós teríamos que incentivar isso é um mandato que o Conselho deveria ajudar que os municípios tenham suas políticas de água e nesse ponto água subterrânea tem prioridade. Quanto aos demais, eu gostaria apesar de ter feito a palavra da Dr^a. Rosa, particularmente em relação à questão de zona costeira, eu quero dizer que nós estamos fazendo todo um plano, que nós construímos e que nós temos orgulho de fazer, mas nós estamos descumprindo um mandamento legal, a lei é clara, específica que a Política Nacional de Recursos Hídricos deve se articular com a política de zona costeira. Além do que está nacionalmente falando, existe nas Nações Unidas o Plano Mundial de ação em relação às zonas costeiras, isso tem repercussão, além das nossas fronteiras. Essa questão de poluição de origem telúrica de objetos de vários tratados internacionais, inclusive tem a ver exatamente com a questão da gestão de zona costeira e o município tem o papel muito importante. Então, eu gostaria que registrasse para que não fosse agendado para 2009, daqui a 12 meses, mas que no ocorrer de 2009 esse novo Plenário possa ter o prazer de aprovar esse plano.

O SR. LUIZ FERNANDO DE ABREU CYBIS (CTCOST) – Muito obrigado. Eu gostaria de com base no art. 15 do nosso regulamento do Conselho, pelo qual é facultado a qualquer Conselheiro com direito a voto requerer vista devidamente justificada de matéria não julgada, de solicitar vista para o detalhamento operativo do Programa Nacional de águas subterrâneas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, programa 8, bem como do programa 10, referente a Amazônia. Os motivos desse pedido são de que há, tanto em um como no outra matéria que diz

1195 diretamente a respeito à Política Externa Brasileira e nós gostaríamos de poder
1196 examinar com um pouco mais de vagar, ambos os documentos, de modo a ajustar
1197 as ações propostas às diretrizes de Política Externa e as ações desenvolvidas pelo
1198 País no tocante a essas duas questões e também poder olhar com um pouco mais
1199 de cuidado para alguns conceitos de modo a nos assegurar que esses conceitos e
1200 essas ações propostas estejam perfeitamente ajustadas e adequadas ao que temos
1201 procurado fazer e às ações de integração e de cooperação que nós procuramos
1202 desenvolver como nação, junto aos nossos vizinhos. De modo que esses seriam as
1203 nossas solicitações. Nós já fizemos alguns contatos informais com a equipe da
1204 Secretaria e pensamos que poderemos, talvez, nessas próximas semanas, trabalhar
1205 junto com a equipe da Secretaria de modo a justamente fazer esse detalhamento e
1206 esses pequenos ajustes de modo a que possamos na próxima reunião, já voltar a
1207 examinar a questão. Muito obrigado.

1208
1209
1210 **O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH -**
1211 **SRHU/MMA)** – Fernando, é o 8 e o 10?

1212
1213
1214 **O SR. LUIZ FERNANDO DE ABREU CYBIS (CTCOST)** – Sim, não temos nenhuma
1215 dificuldade em aprovar os outros 2 hoje. Muito obrigado.

1216
1217
1218 **O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH -**
1219 **SRHU/MMA)** – Eu queria, só para perfeito encaminhamento uma solicitação de
1220 vistas. Então, é uma prerrogativa... Não, não precisa ser aprovado ali não, é
1221 prerrogativa do Conselheiro. Eu queria pedir que as discussões continuassem,
1222 mesmo sobre o 8 e 10, até como uma contribuição. No encaminhamento a seguir,
1223 ouvidos os Conselheiros em Plenário, eu gostaria de trabalhar com os
1224 esclarecimentos necessários. Em seguida tratar do pedido de vistas e em seguida
1225 tratar das questões de emenda dos que eventualmente não tenham pedido de
1226 vistas. Então, seguem, as pessoas podem se posicionar, os Conselheiros e
1227 Conselheiras acerca dos programas aqui colocados, seus comentários. Findo esse
1228 processo, serão dados os esclarecimentos solicitados em relação à CODEVASF, o
1229 9, por que ele não foi incluído, essas solicitações e outras que existam. Então,
1230 primeiro serão dados esses esclarecimentos, em seguida será tratado do pedido de
1231 vista, por enquanto é esse, se houver outro e na sequência nós trataremos das
1232 emendas efetivamente em relação aos demais programas, tudo bem? Próximo
1233 inscrito. O pedido de vista será considerado em seguida aos esclarecimentos e
1234 discussões, ele não será submetido a nenhum item daquilo que foi pedido vista,
1235 inclusive com a fixação de prazo, o mais adequado para análise e para que também
1236 permita o funcionamento adequado do Conselho Nacional. Próximo inscrito é o João
1237 Clímaco.

1238
1239
1240 **O SR. JOÃO CLÍMACO (Conselheiro/ONGs)** – Bom dia novamente. Corroborando
1241 as considerações da Conselheira Rosa Mancini também, eu gostaria de um
1242 esclarecimento acerca de que a aprovação da Resolução automaticamente implica
1243 na aprovação dos pareceres que estão subsidiando a Resolução e nesse sentido eu
1244 acho que faltou alguma observação que diz respeito ao interesse de nossa
1245 representação que é no que diz respeito à contextualização do programa de água
1246 subterrânea, onde fala somente em 2 itens, "detalhar e considerar que as unidades

geográficas" e nós queríamos acrescentar a questão de (...) impactar diretamente a atividade antrópica que é uma questão urgente que poderia ser prioridade e não está contemplado no processo. A outra fala sobre diretriz para detalhamento operativo, onde não tem um olhar mais reforçador da ideia de integração de programas e projetos em execução no âmbito das Políticas Públicas em efetividade. Então, eu queria solicitar essa informação no que diz respeito às águas subterrâneas. O outro programa, que é o subprograma 8.2, a parte que fala sobre conceitos e diretrizes da Educação Ambiental, comunicação e mobilização, não está dentro dos parâmetros que foram discutidos na CTEN e que está para ser aprovado agora, brevemente nesse Conselho. Eu queria poder contribuir para que estivesse mais apropriado ao documento que está em discussão na CTEM quer que reduz um pouco o conceito de mobilização e educação ambiental.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Obrigado. Próximo é o Conselheiro Júlio Rocha, é o último inscrito. Durante a fala do Conselheiro Júlio, se mais algum Conselheiro ou Conselheira desejar utilizar a palavra, por favor, se inscreva e nós vamos considerar o encaminhamento das propostas.

O SR. JÚLIO ROCHA – Bom dia presidente e os demais Conselheiros. O subprograma 12, o Programa de Gestão Sustentável de Recursos Hídricos e convivência com o semi-árido brasileiro, o entendimento nosso da Bahia, do Conselho da Bahia, do Conselho de Ceará, do Conselho de Alagoas, do Rio Grande do Norte, também com adesão do próprio Ministério da Integração, nós solicitamos vista, achamos que esse subprograma precisar ser detalhado, melhor aprofundado refletindo as peculiaridades e a profundidade do tema da Gestão Integral dos Recursos Hídricos e Gestão hídrica do semi-árido brasileiro.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Houve inscrição? Não. O Conselheiro Rosalvo, por favor.

O SR. ROSALVO OLIVEIRA (CTPOAR/MI) – Nós também do Ministério da Integração gostaríamos de pedir vistas ao programa número 12, que se refere ao semi-árido.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Mais alguma inscrição?

O SR. JOSÉ LUIS (Ministério da Integração Nacional) – Acompanhar o pedido de vista do Dr. Júlio, pelo Ministério da Integração e nós vamos desenvolver os trabalhos aí necessário.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Bem, qual é a proposta? Mais algum Conselheiro ou Conselheira gostaria de fazer uso da palavra? Mais um, por favor, Imbiriba, Pará.

1299
1300
1301 **O SR. MANOEL IMBIRIBA JUNIOR (CONSELHO ESTADUAL PARÁ)** – Em relação
1302 ao 11, eu acho que ao presidente, todo mundo como vai ficar, eu não peço em nome
1303 do Pará e nem do Conselho, mas eu acho que no caso da Câmara Técnica, para
1304 fazer uma análise, que de fato como a Conselheira Rosa colocou, justamente
1305 perfeito da parte do primeiro programa de águas subterrâneas é um quadro resumo
1306 que parece que não temos política, é ao contrário, eu acho que se tem trabalhado,
1307 inclusive a nível dos órgãos gestores, ANA, Secretária e agora principalmente na
1308 Amazônia, os que estão agora assinando inclusive os convênios de cooperação dos
1309 planos estaduais para dar o melhor, porque parece que nós não vamos ter política
1310 nenhuma para esses 2 pontos. O Pantanal eu acho que se enquadra e acho que
1311 remete à Câmara fazer uma melhor análise e uma melhor aprovação do próprio
1312 Conselho.

1313
1314
1315 **O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH -**
1316 **SRHU/MMA)** – Bem, por favor, mais algum Conselheiro ou Conselheira gostaria de
1317 fazer uso da palavra? Não. Então, eu... João Clímaco.

1318
1319
1320 **O SR. JOÃO CLÍMACO (Conselheiro/ONGs)** – Secretário tendo em vista as
1321 solicitações de pedidos de vistas, eu vou incorporar os meus motivos também a
1322 fundamentação de um pedido de vista, tendo em vista que os meus motivos, os
1323 nossos motivos também subsidia um pedido de vista nessa linha, no 8 e na água
1324 subterrânea, é na água subterrânea e da parte do...

1325
1326
1327 **O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH -**
1328 **SRHU/MMA)** – Bem, então vamos ver se esse entendimento da Mesa está
1329 adequado no sentido de fazer o encaminhamento dessa Resolução e das
1330 contribuições havidas em Plenário. Primeiro, há uma solicitação de esclarecimento,
1331 duas solicitações de esclarecimentos em relação a não incluir a CODEVASF e é
1332 porque o 9 não está contemplado nesse detalhamento. Então, nós teríamos... Do
1333 desvelamento entre o 8 e os demais. Então, seriam esses dos 3 esclarecimentos.
1334 Em seguida, nós vamos definir os prazos referentes aos pedidos de vistas aqui
1335 formulados. Então, foram feitos pedidos de vista ao 8, ao 10 e ao 12. O 11, se eu
1336 entendi, remete para um profundamente na Câmara Técnica, não foi pedido de vista,
1337 foi remeter à Câmara. Então, primeiro os esclarecimentos, em seguida o tempo,
1338 porque é uma prerrogativa isso não está em discussão, ao tempo de pedidos de
1339 vistas relativos ao 8, 10 e 12. Depois, o pedido de não aprovação do 11, quer dizer,
1340 para continuidade da Câmara Técnica de profundamente do trabalho do 11. A
1341 Câmara Técnica do 11 qual é? É a Câmara Técnica do plano, então, remete à
1342 Câmara Técnica do plano para continuidade do trabalho. Por favor, eu estou em
1343 encaminhamento e depois eu peço a contribuição da Conselheira e depois nós
1344 trataríamos das emendas. Então, nas emendas, o que há é uma emenda da
1345 Conselheira Minon, que ela precisaria nos ajudar a identificar, a que sejam
1346 incluídos...

A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR)
– (...). Vai para apreciação isso que eu queria dizer. Eu teria uma proposta de ordem prática.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Com relação às emendas, então, não há emendas. Nós podemos até fazer essa recomendação, de que as pessoas que tenham contribuições em relação aos temas, visto que há pedido de vista, que os Conselheiros interajam com os outros Conselheiros que solicitaram vistas, no sentido de já apresentar as suas contribuições, mas isso é uma sugestão. Do ponto de vista de Plenário não há votação de emenda, está claro isso? Então, agora, por favor, Minon a sua questão de ordem.

A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR)
– A minha questão de ordem é para tentar tornar mais prático e (...) o processo já que há tantos pedidos, que isso volte à Câmara Técnica, CTIL, que ela coordene esse processo de vistas comuns e isso vai ter que ser consolidado parecer no Itamarati junto com o parecer de todos e que eu não viesse para Plenário essas emendas para nós discutirmos. Então, para uma instância, aí a importância das Câmaras Técnicas e talvez pudesse haver uma sessão conjunta da Câmara Técnica da CTIL, com a Câmara Técnica do plano e alguma coisa que pudesse no haver duplicidade, porque nós vamos apreciar todos esses pareceres.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Está bem, muito obrigado. Nós vamos, agora, aos esclarecimentos. São 3 esclarecimentos, por que não há inclusão da CODEVASF, por que o 9 não está contemplado e por que o desvelamento na produção dos diversos pareceres? Então, por favor, Sidnei.

O SR. SIDNEI GUSMÃO AGRA (CTPNRH) – Eu peço ajuda ao pessoal do GTCE, se quiserem corrige alguma coisa que eu fale ou complementar. Em relação à colocação do Ministério da Integração relativo à atuação da CODEVASF, acho que foi esquecimento mesmo, salvo o melhor juízo, nem o próprio representante do Ministério naquela Câmara se deu conta que está faltando a CODEVASF ali. Então, sem prejuízo, isso pode ser inserido, acho que não prejudica o andamento da questão. Em relação às colocações da Rosa, o programa 9, eu concordo contigo, ele devia estar aqui, não acho que seja um descaso relativo a esse tema. Os 4 programas demoraram muito para ficar prontos, os 4 regionais e a Câmara do Plano decidiu que não remeteria diretamente ao Conselho, até porque havia já um compromisso firmado com a CTCOST de que o programa passaria pela Câmara especialista. Isso não foi uma prática em todos os demais programas, o programa de instrumentos que trata de outorga não passou pela CTPOAR, o programa de instrumentos que trata de cobrança não passou pela CTCOB, todos vieram diretamente a CTIL e conseqüentemente ao Plenário do Conselho, mas havia o comprometimento, firmado na reunião de presidentes, firmado da própria articulação do GTCE com as Câmaras Técnicas que o Programa de água subterrânea e o Programa de Gestão costeira passariam pelas Câmaras Técnicas especialistas. O programa só foi aprovado pela Câmara do plano em novembro, ele começou a ser finalmente elaborado depois de uma longa discussão sobre o seu conceito em

setembro e não deu tempo mesmo. Então, o que aconteceu foi um atraso, um
desaquecimento da atividade do GTCE que é quem elabora o plano, que é quem
elabora o detalhamento do plano, foi inclusive fruto de um ofício nosso ao
Secretário, ao GTCE pedindo celeridade nesse processo, pedindo reaquecimento
das atividades do GTCE, foi objeto no ofício do presidente da Câmara do CTCOST
para a Câmara Técnica do plano que também foi remetido ao GTCE para que isso
também pudesse avançar mais celeremente para que chegássemos e
cumpríssemos a meta estabelecida na Resolução 80 de trazer os 4 programas
regionais junto com o programa de água subterrânea ainda esse ano de 2008 para o
Conselho. Não foi possível, porque entendemos que até chegou a haver a proposta
na Câmara de não remeter à CTCOST, de remeter diretamente a CTIL
conseqüentemente ao Plenário, mas a Câmara entendeu que não, que havia um
compromisso firmado e que o programa seria remetido a CTCOST em prejuízo da
meta de chegarmos aqui hoje com ele detalhado. Então, se houve um
desaceleramento nesse processo, ele interviu, terminou prejudicando os 4
programas regionais, sendo que os outros 3 não tem uma Câmara Técnica
especialista para a qual eles fossem remetidos. Prova disso a situação que ficou o
programa 11 aqui, ficou sem pai, nem mãe e ninguém pediu vistas dele. Em relação
ao nivelamento do programa 1 a 7 e 8 com relações regionais, a Câmara Técnica do
plano entende que o nivelamento é diferente, porque eles são diferentes. Eles não
são programas operativos como os anteriores. Esse é o entendimento da Câmara do
plano, do GTCE, validade pela Câmara do plano, ele não é um programa operativo,
como os anteriores, ele é um programa estratégico que tenta fazer o rebatimento
dos programas que têm detalhamento operativo nessas regiões que são situações
especiais de planejamento. Então, por isso que ele é diferente. Se há um
entendimento diferente por parte desse Conselho, acho que nós podemos avançar
nesse processo e buscá-lo detalhar, porque o que nós imaginamos que como eles
falam muito em integração para gestão dessas áreas, o seu detalhamento mais
operacional seria sua própria implementação, porque fatalmente seriam feitos os
necessários arranjos e articulações entre os Órgãos Federais de Gestão e os
Órgãos Estaduais de Gestão e nesse processo de aproximação, o próprio programa
já estaria se implementando e não sendo elaborado. Então, ele não chega a ser
realmente operativo como os demais, porque ele tem uma particularidade, ele é
diferente mesmo dos demais. Finalmente, acho que os esclarecimentos, eu não sei
se são aceitos, mas são na opinião da Câmara Técnica do plano e acredito que na
opinião do GTCE são esses, mais uma vez reitero que se o Nelson, o Marcos ou
João quiserem complementar os esclarecimentos, fiquem à vontade. E para
comentar, me sinto obrigado a falar, talvez eu seja muito novo, mas fico preocupado,
efetivamente preocupado quando membros da Câmara do plano vêm aqui e pedem
vistas de uma matéria discutida e aprovada na Câmara do plano. Conselho da
Bahia, Conselho do Ceará, Conselho do Pará e o Ministério da Integração têm
assento na Câmara Técnica do plano, participaram da discussão na Câmara
Técnica do plano, aprovaram esses programas na Câmara Técnica do plano, muitos
também devem ter assento na CTIL e fatalmente chegaram aqui e pediram vistas.
Acho que isso merece a nossa reflexão.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado. Em relação aos esclarecimentos prestados, há alguma questão? Só sobre os esclarecimentos. Peço a contribuição do Plenário que nós focamos.

O SR. JÚLIO ROCHA – Vendo o ilustre posicionamento do presidente. Cabe ao Plenário ser instância da deliberativa. A representação das instâncias das Câmaras não retira dessa instância o seu caráter de instância superior do sistema. Então, com a devida Viena, com os registros de praxe, quer dizer, que cabe esse Conselho avaliar e soberanamente analisar a proposta.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Alguma questão em relação aos esclarecimentos, posso encaminhar? Agora, nós temos que dar o encaminhamento para os pedidos de vistas e eu sistematizei aqui, não devo ter cometido erro, porque foi simples, mas mesmo assim é capaz de tê-lo feito. Ao 8 foram feitas as solicitações de vistas do Conselheiro Fernando, representando o MRE e do Conselheiro João Clímaco representando a Sociedade Civil. Foram duas solicitações de vistas em relação ao 8. Em relação ao 10, apenas a solicitação do MRE, através do Conselheiro Fernando. Em relação ao 12 a solicitação de vistas do Conselheiro Júlio Rocha, dos Conselhos estaduais e do Conselheiro Rosalvo, reforçado pelo José Luis, de pedido de vistas do MI. Então, o 8 há 2 solicitações de vistas, em relação ao 10 uma única e em relação ao 12 dois pedidos de vistas. Bom, recebi daqui, por parte do Marley, uma orientação a respeito de como é o procedimento quando há solicitação de vistas. Então, a Secretaria fixa um prazo, esse prazo é ofertado, oferecido aqui em Plenário. Esse prazo é comum, então, uma vez que há mais de uma solicitação de vistas, o prazo é um prazo comum e ele não retorna, uma vez feitas as vistas pelos Conselheiros, pedido de vistas, a Resolução não retorna para nenhuma Câmara Técnica, ela retorna ao Plenário, é isso? Acompanhada do parecer do Conselheiro que solicitou o pedido de vistas. Então, caso haja, em relação a esses pedidos de vista, em relação aos pareceres aqui solicitados, contribuições de emendas, elas não poderão ser feitas durante esse processo, não poderão assim, regimentalmente não estão contempladas, eventualmente se um Conselheiro interagir com quem pediu vistas e fizer uma contribuição para que o seu parecer seja contemplado, ele pode estar contemplado, mas não é regimental que haja emendas, exceto do Conselheiro que solicita vistas, nesse procedimento. E ele não retorna à Câmara Técnica, ele vem diretamente ao Plenário. Não é isso? Isso que foi me dito aqui pela Mesa se tem alguma, por favor, Marcelo nos ajude aqui para que nós demos o encaminhamento adequado sem nenhum tipo de dúvida, nos ajude.

O SR. MARCELO BARBOSA SAMPAIO (CONSELHEIRO TITULAR) – Bom dia a todos. Sr. Presidente, na verdade, como foi falado aqui pelo Conselheiro Júlio Rocha, se esse Plenário é soberano. Então, o pedido de vistas feito aqui não exime a Plenária de se pronunciar sobre ele, inclusive encaminhar até para outra Câmara Técnica se assim convier a esse Plenário. Por falar nisso, acerca de emendas, as emendas obviamente podem ocorrer aqui em Plenário, independentemente das manifestações decorrentes do parecer. Só estou dizendo que ela pode sim retornar sim a Câmara Técnica se assim decidir à Plenária.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Vamos por partes. Solicitado vistas do parecer X, vai para o Conselheiro. O Conselheiro faz o seu parecer, as suas contribuições, ele retorna ao Plenário. Se o Plenário entender que deve voltar a Câmara Técnica, ele volta,

perfeito, enquanto a isso não há dúvida, mas não é o que nós estamos tratando aqui. Nós estamos tratando do pedido de vistas e das emendas que poderiam ser feitas pelos Conselheiros durante o pedido de vistas, não estamos tratando das emendas em Plenário, mas existe o parecer. Então, no parecer as emendas eventualmente, poderiam ser contempladas no parecer de Conselheiro, é isso, por favor, nos ajudem aqui. Eu pediria, a menos que eu cometa um erro, eu não vou colocar em discussão o Regimento, como procedimento, porque senão nós vamos ficar aqui... Então, o que nós temos? Uma hipótese, caso isso seja de conveniência dos Conselheiros, é remeter todas as Câmaras Técnicas, todos esses pedidos, seja o 8, 10 e 12 e o 11 que assim foi feito, por favor, remete à Câmara Técnica e durante o período de reanálise da Câmara Técnica o Conselheiro que solicitou vistas faz as suas contribuições, de forma que depois ali, e outros, tanto aquele que solicitou como outros, interagem dentro do processo através da Câmara Técnica. Esse é um procedimento para ganhar tempo. Pode, eventualmente, prejudicar a qualidade de análise de quem solicitou vistas. Agora, um encaminhamento possível é esse, remetem-se todos à Câmara Técnica, desde que seja uma posição de todos os Conselheiros, inclusive dos que solicitaram vistas, porque isso é uma prerrogativa do Conselheiro, isso não está em discussão, é apenas uma sugestão, vai à Câmara Técnica, o Conselheiro que solicitou, evidentemente, tem todo interesse, mas permite a interação nesse processo com outros Conselheiros, através da Câmara Técnica, para que depois ele volte a Plenário com essas contribuições aí da Câmara Técnica e não do Conselheiros, isso é uma possibilidade. A outra é mantém-se o pedido de vistas, nós definimos os prazos, o pedido de vistas retorna ao Plenário com parecer do Conselheiro e aí o Plenário de forma soberana, analisa se há emendas de Plenário ou se necessidade de retorno à Câmara Técnica. Está claro isso? A pergunta que eu faço é o seguinte: aos Conselheiros Fernando, João Clímaco, Júlio e Rosalvo o encaminhamento de retornar os projetos, os pareceres às Câmaras Técnicas atendem à preocupação de vocês em relação a suas contribuições ou não? Porque se atender, pode voltar à Câmara Técnica, como será feito com o 11, se o Plenário assim entender. Se eles entendem que não, então, o direito de vistas está mantido e isso não entra em qualquer discussão avaliação. Eu queria só fazer essa pergunta aos Conselheiros Fernando, João Clímaco, Júlio e Rosalvo. O encaminhamento, o retorno à Câmara Técnica atende a preocupação de vocês em relação à solicitação de vistas ou não? Se não atender... 2 ali atendem, MRE, João Clímaco, atende. Então, o MRE tem essa responsabilidade, é um direito do Conselheiro e também veja, não há aqui Fernando e de nenhum Conselheiro, nenhuma restrição a seu direito. Se o MRE entender que é necessário ser vistas, isso não é nenhum tipo de... É uma autoridade que lhe é conferida pelo Regimento. Se você entender que é possível interagir na Câmara Técnica, isso eventualmente pode fazer com que nós ganhemos tempo na apreciação dos pareceres.

O SR. LUIZ FERNANDO DE ABREU CYBIS (CTCOST) – Nós não temos nenhuma objeção a ganhar tempo e haver essa avaliação, o importante é que se possam examinar detidamente os assuntos e que esses assuntos sejam de uma forma, enfim, que nós possamos ser ouvidos e acho que isso, me parece que está assegurado com esse procedimento ao qual todos estão de acordo.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado pela manifestação, os demais Conselheiros sim o fizeram também. A princípio, depois eu vou ouvir a Rosa e depois o João Bosco em

relação a esse encaminhamento, mas a Mesa, me parece que está consolidado o encaminhamento que seria remeter o 8, o 10, o 11 e o 12 a retornar à Câmara Técnica do plano para que houvesse essa proposição de complementação, emendas e também para que os Conselheiros pudessem fazer sua análise. Exclusivamente a 11 com relação à questão de profundamente do ponto de vista técnico, que vai uma recomendação de Imbiriba, mas os 4 retornariam ao plano. Esse é o encaminhamento já razoavelmente consolidado.

A SR^a. ROSA MANCINI (CTCOST/CERH/SP) – A minha dúvida, Secretário, é o seguinte: o documento que é entregue após o pedido de vista, ele vai definir quais são os pontos que o Conselheiro discorda. Dessa forma, voltar para a Câmara, sentar, esclarecido, que aspectos devem ser apenas do Pantanal, aprofunda, mas os demais devem ter pontos que devem ser detalhadamente esclarecido, para saber como a Câmara Técnica tem que andar. Então, eu acho que ou os Conselheiros falam agora o que é e ele tem que anotar e depois levar para a Câmara ou vai ter que chamar uma reunião com os Conselheiros. Esse procedimento para esclarecer os aspectos que devem ser revistos, eu acho que tem que ser estabelecido e para mim não ficou claro.

O SR. JOÃO BOSCO SENRA (Diretor do DRH/SRHU/MMA) – Eu queria fazer uma proposta de encaminhamento, que o programa 8 que foi extensamente discutido pelas Câmaras Técnicas todas, que ele pudesse voltar para a CTIL apenas, porque trata de algumas convenções de termos que o MRE colocou aqui e a compreensão do João Clímaco que eu entendo que a CTIL poderia estar resolvendo essa questão já iria direto para a CTIL. Os demais, como são similares, acredito que a Câmara Técnica do plano necessita equalizar, inclusive esses demais planos. Então, eu queria propor que especificamente o programa 8 fosse direto para a CTIL e não para a Câmara Técnica do plano. Que os que vão para a Câmara Técnica do plano depois vão para a CTIL novamente, mas que o de águas subterrâneas já pudesse ir direto para a CTIL e ganharíamos um tempo, até porque ele não tem muito essa questão quanto a seu formato.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado João Bosco. Por favor, se o Conselheiro pudesse se identificar, eu ainda estou guardando os nomes.

O SR. FLÁVIO NEIVA (Concessionárias) – A minha dúvida é a mesma, parece que a (...) está sendo processada aí e concordo perfeitamente com a Conselheira Rosa, é que o estágio que está é no Plenário do Conselho aqui essa questão. Foram feitos pedidos de vista. Então, eu estava ali querendo saber se nós aguardamos os pareceres aqui nesse Plenário, porque uma vez fazendo as duas coisas concomitantes indo para a Câmara Técnica, será a Câmara Técnica que aguardará o parecer ou esse Plenário? Como a Rosa disse as Câmaras Técnicas ficaram paralisadas esperando esses pareceres e na verdade esse Plenário está aguardando esses pareceres também.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado Flávio. Você vê contradição nesse nosso encaminhamento, por favor, Fernando. É evidente isso, mas vamos acumulando. Consenso progressivo é o nome desse método que nós estamos adotando aqui.

O SR. LUIZ FERNANDO DE ABREU CYBIS (CTCOST) – Desculpe interrompê-lo. É, na verdade, um pedido de esclarecimento sobre como é que nós devemos proceder com relação aos esclarecimentos, nós estamos como disse, dispostos a prestar esses esclarecimentos e fazer os nossos comentários aqui ao Plenário ou para facilitar e agilizar as Câmaras Técnicas e podemos fazê-lo. Talvez respondendo às dúvidas, pelo que eu entendo o pedido de vista feito pelos diferentes Conselheiros não os eximirá de produzir os seus relatórios, apenas que esses relatórios serão dirigidos às Câmaras Técnicas pertinentes, de modo a que todos possam ter conhecimento desses comentários com a devida antecedência. Esse foi o entendimento que eu tive. Agora, também estamos dispostos a interagir de uma maneira mais informal, com as nossas observações, se tal for o encaminhamento que o grupo preferir levar adiante.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Esse douto Plenário, na verdade ao remeter pela Câmara de volta à Câmara, depois nós avaliamos aqui as contribuições, não há pedido de vistas, porque você não pode concorrer com 2 instrumentos. Então, por isso que eu consultei os Conselheiros se eles concordariam que voltasse para a Câmara Técnica. Em sendo que eles concordarem, não há pedido de vistas, então, não há parecer do Conselheiro, eles estão dispostos a interagir com as Câmaras no sentido de que as suas contribuições venham por conta da Câmara, não necessariamente através de um parecer. Então, para que não haja dúvida, em retornando à Câmara, no há pedido de vistas, há uma orientação geral do Plenário, assim como ao 11 feito pelo Conselheiro Imbiriba, de que todos os demais, seria esse o atendimento, todos os demais retornam às Câmaras Técnicas, então, não há pedido de vistas e os Conselheiros interagem com a Câmara. De que forma? Nós discutimos aqui o prazo e já definimos basicamente quando é que as pessoas teriam essas reuniões e daríamos um prazo para a Câmara Técnica para que ela reencaminhasse ao Plenário. Mas que fique claro, não há pedido de vistas, então, não há parecer do Conselheiro, há uma interação do Conselheiro com a Câmara Técnica no sentido de aperfeiçoar. Se não for isso, se for o pedido de vistas, nós temos que aplicar na íntegra o Regimento, então não tem essa discussão, não volta para a Câmara Técnica, vai para o Conselheiro, o Conselheiro faz o seu parecer e o parecer volta para o Plenário. O que nós avaliamos e pedimos é que isso pode demandar um tempo maior do que o de retorno à Câmara Técnica. Está claro isso? Então, não tem pedido de vistas, é uma orientação geral do Plenário para que retornem às Câmaras Técnicas. Temos duas questões a resolver. Primeira, uma posição do Conselheiro João Bosco de que o 8 vá diretamente à CTIL dado o nível de preocupação expresso pelos Conselheiros que até solicitaram vistas, as demais retornariam à Câmara Técnica do plano que depois será encaminhada à CTIL para que depois ela venha a Plenário, então, essa é uma questão. O segundo, qual é o prazo que nós estaríamos definindo para as duas Câmaras ou para uma só, se forem duas a CTIL e a do plano ou se for uma só, que é a do plano que depois envia a CTIL, mas está retornando ao plano. Qual é o prazo que nós daríamos? Qual é a previsão da próxima reunião, Marley?

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – Uma previsão preliminar de março, um março e a outra provavelmente em junho.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Há um entendimento de que nós deveríamos buscar esforços em apreciar em março, é isso? Bom, por conta disso isso deveria ser apreciado pela CTIL quando?

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – Só uma explicação, questão Regimental. As reuniões vão se iniciar para as Câmaras vão retornar a partir de fevereiro, todo ano é dessa maneira, porque janeiro é impossível de você realizar reunião por conta das pessoas, que normalmente tiram férias e no mês de fevereiro nós temos que considerar que existe o carnaval, mas no final de fevereiro. Nós temos os prazos regimentais a serem cumpridos, para convocação de Câmaras Técnicas. As matérias que vão para a Câmara do plano, se nós considerarmos que elas vão, a Câmara do plano vai resolvê-las em uma única reunião, então, você tem que convocar a reunião da Câmara do plano ora que sair da Câmara do plano, você tem que convocar a CTIL e considerando também que em uma reunião a CTIL aprova, você tem que convocar depois o Plenário, quer dizer, é muito apertado, por conta do prazo de convocação das Câmaras Técnicas e do Plenário você determinar março. É possível, mas não é certeza que vá acontecer.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Marley se é isso, do ponto de vista do tempo para retornar a Plenária, é melhor o pedido de vistas, pela explicação que você acabou de dar, eu tinha a impressão de que nós ganharíamos tempo indo para a Câmara Técnica. Agora, se pela Câmara Técnica por conta disso, nós vamos perder, o que me parece é que nós devemos manter o pedido de vistas, os Conselheiros têm o prazo até fevereiro ou alguma coisa próximo disso para produzir os seus pareceres, eles retornam para Plenária e aqui em Plenário nós avaliamos e eu acho que quem tiver interesse, conversa com quem pediu vistas para ver se a sua contribuição é incluída ou não no parecer. Mas do ponto de vista de prazo, é ao contrário de todo o raciocínio que nós acabamos construindo aqui. É esse o entendimento do Plenário? Eu queria retomar aqui os pedidos de vistas do 8 do Fernando e João Clímaco, do 10 do Fernando e do 12 do Júlio e do Rosalvo, eles sejam mantidos, o que nós vamos ter de pendência para resolver é o 11 que está pedindo para que retorne, que eles retornem posteriormente, o 11. Agora, os outros são pedidos de vistas é o que ganha tempo, me parece absolutamente óbvio. Eu vou abrir aos 2 Conselheiros, mas essa questão está tomando um tempo desproporcional aqui de encaminhamento.

O SR. JOÃO BOSCO SENRA (Diretor do DRH/SRHU/MMA) – Se o encaminhamento for a questão do pedido de vista, eu queria a ser conversado com o Nelson da ANA, do GTCE, acho que para ter certa uniformidade, pediria também vista ao 11, o Mato Grosso está pedindo. Então, Estado do Mato Grosso vai pedir vista, para que tivesse uma mesma uniformidade, na mesma linha do que eu falei antes.

O SR. LUIS HENRIQUE (Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso) – Secretário é justamente isso, como todos já pediram vistas, então o Pantanal, nós estamos finalizando agora, já a entrega do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, então, eles estão para ser entregues agora, já tem a primeira versão entregue. Então, se nós não pedirmos vistas, nós podemos estar deixando de melhorar a parte do Pantanal, se já vai ser melhorado a Amazônia, semi-árido, então nada mais justo também do que melhorar a parte do Pantanal. Então, nós também pedimos vistas.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Podemos encaminhar? Uma preocupação. Por favor, não gostaria de cercear, porque evidentemente a contribuição pode ser significativa, mas que as pessoas fossem muito sintéticas naquilo que desejam pleitear.

O SR. SIDNEI GUSMÃO AGRA (CTPNRH) – Uma questão, a Resolução 80, quando aprovou os programas 1 a 7, deu um prazo que até o final de 2008, os programas 8 a 12 viessem ao Plenário. A Resolução que estava em discussão antes dos pedidos de vistas, acolhiam os programas 8, depois do 10 ao 12 e dava um encaminhamento para o 9, que dava mais prazo para ele, podia até discutir que prazo era esse. Em se pedindo vistas, esses 4 programas foram pedidos vistas, mas o 9 agora nós ficamos em uma situação de descumprimento de uma Resolução anterior do Conselho, porque não sei se não teríamos que haver, de alguma forma, dar esse prazo a mais, que o Plenário desse esse prazo para elaboração do programa 9, porque ele ficou descoberto agora.

A SR^a. ANA CATARINA (Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Alagoas) – Nós temos uma indagação, quando o Júlio pediu vistas ao processo, ele falou em nome do Estado de Alagoas também. Então, ele pediu, porque nós somos com o Rio Grande do Norte e eles estão, só para reforçar. E o segundo é que nós vamos nos reunir anterior, nós já combinamos, os Conselhos de Alagoas, da Bahia e do Ministério da Integração, nós vamos nos reunir em fevereiro e vamos passar para o parecer para aqui. Então, nós já marcamos e vamos fazer acontecer a nossa parte.

O SR. JOÃO BOSCO SENRA (Diretor do DRH/SRHU/MMA) – Bom, em relação a essa questão, eu já fiz uma proposta de emenda à Resolução, para atender o que o presidente da Câmara Técnica do plano apresentar que retiraria alguns considerandos e tornaria o § único da Resolução, como art. 1º, é que daria o prazo, porque a Resolução anterior estabeleceu que o prazo para apresentar ao Plenário era até dezembro de 2008. E o único que não foi apresentado ao Plenário foi o 9. Então, nós precisaríamos ter uma Resolução dilatando o prazo. A minha proposta é retirar do 6º considerando para baixo, retirar o art. 1º e o § único virar art. 1º. Com isso acredito que nós resolvemos essa questão, dá o prazo ao programa 9 e os prazos dos demais já está dado com pedido de vista, eles voltam na próxima reunião, então, não há o que mexer e eles atenderam a Resolução sendo apresentado até essa reunião.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado. Marley tem alguma consideração a respeito disso? Por favor.

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – Essa preocupação do Conselheiro João Bosco também já chegou aqui por outras pessoas, na verdade, nós não precisamos ter essa preocupação nesse momento, porque quando essa Resolução que seria editada hoje for editada ano que vem, ela vai conter essa previsão e há uma convalidação no termo técnico jurídico que nós usamos, há uma convalidação dessa lacuna que terá ficado em relação ao programa 9. Então, até mesmo por economia processual, você no precisaria de uma Resolução para tratar somente disso, essa Resolução, quando for editada no ano que vem, ela continua a conter o § único, em seu penúltimo artigo, que faz a convalidação e está resolvido o problema com relação ao programa 9.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Me parece que voltamos ao ponto inicial, o que nós temos são os pedidos de vistas do programa 8, 10, 11 e 12, falta apenas definir o prazo, perfeito? Então, essas preocupações estão manifestadas aqui, a sua e do João Bosco, pelo informe do Marley. Qual é o prazo da reunião da próxima convocação?

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – É o seguinte Secretário, se ela for ordinária tem que ser convocada com 30 dias de antecedência, se for extraordinária, com 15. Nós ainda não fizemos essa definição. Então, nós podemos imaginar que ela vai ser convocada para a segunda quinzena de março. Nós temos aí trabalhar como limite a primeira quinzena de fevereiro, como limite, mas um pouquinho antes seria mais adequado, para a Secretaria Executiva preparar os documentos.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Está bem. Contribuição sobre isso? Vamos lá consenso progressivo.

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – É uma questão Secretário de esclarecimento. Salvo melhor entendimento, quando um Conselheiro pede vista, ele pede vista ao documento, não ao programa. Então, por exemplo, o Conselheiro Fernando pediu vista, encerrou o assunto aqui, ele retira lógico que outros podem pedir vista também para fazer suas contribuições, seus pareceres, mas o entendimento aqui é que acho que não está sendo muito claro. Ele pede vista ao documento, o documento é a Resolução.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Não. A Resolução encaminha a aprovação, aí é uma sofisticação muito grande do raciocínio. Ele está pedindo vistas ao documento que está contemplado na Resolução. Portanto, a Resolução deixa de acontecer, ele não pede vistas a Resolução, ele pede vistas ao documento constituinte da Resolução.

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – Mas nós não poderíamos, por exemplo, estar votando se não tivesse pedido vista ao 11, nós não poderíamos estar votando a Resolução, ela estaria prejudicada.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Mas a Resolução não vai ser votada, ela já está...

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – Substitui a Resolução, então?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Claro, mas o que tem aqui...

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – É só para entender como fala o Regimento, porque tem certa dúvida nisso.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – É pertinente para o aperfeiçoamento do raciocínio aqui e compreensão de todos. Então, vamos lá. A data é a primeira semana de fevereiro, é isso? Isso é uma prerrogativa, segundo o Marley disse do Secretário. Então, vou fixar o dia 7 de fevereiro que é o aniversário da minha mãe, 6 de fevereiro, sexta-feira, segunda-feira dia 9. A ideia inclusive de toda a avaliação que nós fizemos que vai ser dada pelo Cacá com os representantes de Câmara Técnica é termos mais reuniões do Conselho. Então, nós começamos a jogar, então vamos diminuir. Delibero o prazo do pedido de vista, segundo meu advogado aqui para que eu não cometa erros, não são vistas, é vista, o prazo do pedido de vista dos Conselheiros aqui apresentados será no dia 9 de fevereiro. O prazo é único. Então, os Conselheiros deverão verificar como se articularem para cumprir o prazo para que eles retornem ao Plenário com os pareceres. No caso do 8 com o parecer do Conselheiro Fernando e João Clímaco, 10 do Conselheiro Fernando, do 11 do Conselheiro de Mato Grosso, Luis e com o 12 do Conselheiro Júlio e do Conselheiro Rosalvo. Catarina não pediu vistas, ela disse que está se articulando com a Bahia. Ela só deu um informe, não pediu vistas. A Bahia que pediu vistas e vocês vão se articular isso é legítimo. Encerrado o ponto. Muito obrigado pela contribuição de todos. Vamos olhar o horário e o andamento dos trabalhos. Muito obrigado Sidnei pela presença. Pessoal, é 12h22min. Então, quaisquer pontos que nós venhamos a iniciar, dificilmente nós vamos concluir em 8 minutos. A proposta é que nós encerremos o Plenário agora, teremos o almoço e o retorno às 14h00min. Então, nós vamos encerrar e retorno às 14h00min e nós vamos buscar bastante agilidade nos encaminhamentos de forma que nós possamos apreciar o máximo possível no dia de hoje. Muito obrigado pela colaboração e participação de todos. Bom almoço a todos. Muito obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Senhores Conselheiros, eu queria dar início aos nossos trabalhos, com dois comunicados. O primeiro é com relação ao lançamento dessa revista, Estudos Avanços 63, publicado pela USP, Universidade de São Paulo, cujo tema é

um dossiê sobre água. Esse material está sendo distribuído aqui durante a nossa reunião, e fazer aqui o registro desse lançamento. O segundo era aproveitar a presença do Cláudio, não sei se faríamos agora, era um breve histórico, relato sobre a situação de Santa Catarina. Se isso seria oportuno ou não, ou se faria mais adiante. Era mais como um informe para o estabelecimento dos trabalhos, aqueles minutos iniciais para que restabeleçamos os trabalhos. Se fosse possível, por um prazo de 5 a 10 minutos, Eu gostaria, você se pudesse posicionar sobre os acontecimentos, buscando focar nas questões que envolvam mais especificamente a questão da água. Por favor, Cláudio, nos ajude passando esse informe.

O SR. CLÁUDIO BEDRAN (CTPOAR/ONGs) – Bom dia a todos. Queria agradecer o secretário, a oportunidade de estar falando sobre a questão do desastre ambiental em Santa Catarina. Acho que é extremamente importante o Conselho de Recursos Hídricos tomar conhecimento ou começar a colocar um olhar sobre essas questões, porque do nosso ponto de vista isso tem, o que ocorreu em Santa Catarina tem tudo ou muito a ver com a questão dos recursos hídricos ou a gestão dos recursos hídricos. Por que eu falo isso? Porque Santa Catarina, de acordo com os estudos de mudança climática, é o Estado que vai passar a ter uma série de eventos climáticos críticos que ocorriam em períodos muito mais distantes. Aí vimos o furacão Catarina, que eu sou, desculpa para quem não me conhece, sou Cláudio Floriano Júnior, sou superintendente de meio ambiente da companhia de saneamento de Santa Catarina. Em função da nossa área, recebemos todos os dias a previsão meteorológica, com detalhes e sempre que tem alguma mudança significativa, inclusive somos avisados por telefone, tem uma série de movimentos que fazemos em função disso. Então, para vocês terem uma idéia, o furacão, até período de 12 horas, todo mundo dizia que não era furacão, para evitar preocupações maiores etc., e o meteorologista lá do CLIMERH teimava que era um furacão e eu estive lá, sou do Conselho do CLIMERH e discutimos sobre discutiu sobre isso. A preocupação da gente. Com relação ao comparativo, Santa Catarina teve três eventos graves nos últimos anos, em relação à questão da água. Foi o primeiro em 74, em tubarão, um efeito muito grande causou muitos estragos, matou várias pessoas, uma enchente muito grande, causou muitos estragos. Depois em 83, 84 em Blumenau, que também foi um estrago bastante significativo, mas aí que precisamos ter um olhar diferente sob o que está acontecendo. Morreram em 83, 84 catarinense, por conta da enchente. 90% dos quais, morreram por afogamento, porque o rio subiu muito rápido e morreram por afogamento. Nesta catástrofe de recursos hídricos, em minha opinião, morreram 128 pessoas até agora, dos quais 125 por soterramento. Então, aí tem algumas autoridades dizendo "não, mas isso é um fenômeno climático, nós não temos o que fazer". Se olharmos com mais atenção as imagens, que para mim as piores não são as que aparecem, a terra que deslizou e etc., são as imagens de uma semana, dez dias depois, que você vê parcelas de solo enormes que ficam embaixo das áreas florestadas e que apareceram rachaduras de 100, 200 500 metros, por 40, 30 centímetros de largura, ou seja, o solo, uma massa muito grande, se deslocou, soltou da rocha, e escorregou um pouco. Então, não se sabe como é que vai conter isso, como é que vai fazer. Agora assim, eu, desafio qualquer um em Santa Catarina, e já disse isso, a me mostrar as imagens da floresta que houve deslizamento não existem, por quê? Porque se pega imagem de solo que escorregou e pega uma ponta da área florestada, é óbvio, é natural isso. Agora, você não vê área de floresta. Tem área que tem reflorestamento de pinos, que aí sim ocorreu isso, em Santa Catarina tem uma disputa muito grande em relação ao plantio ou a reflorestamento em áreas acima de 850 metros de altitude, que se

deslumbra uma nova forma de ter rendimento. Então, são áreas muito inclinadas, todas elas têm problema de desmatamento e Santa Catarina foi a campeã de desmatamento, tem toda uma série de coisas que não dá para pegar isso e colocar a culpa na natureza. Pode até ser, mas se está fazendo isso, é em reação ao que já fizemos. É preciso que olhemos com muita preocupação e, eu estou representante da ABRH e de Santa Catarina, e estamos discutindo inclusive, fazer um evento de peso, ano que vem lá, e aí vou precisar do apoio do secretário também, para discutir água e desenvolvimento para ver como é que estamos agindo com isso. Eu só queria trazer isso para vocês, para que tivéssemos claro, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, é uma política que estamos construindo, tivesse um olhar crítico sobre o que está acontecendo lá. O Conselheiro representante dos Comitês de bacia tem um documento do Comitê do Itajaí, que é o principal Comitê, principal bacia onde houve a maior parte dos problemas, mas a preocupação deve se dar na forma como nós estamos tratando recursos hídricos no Brasil. Muito obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado Cláudio. Sem dúvida é um dado estarrecedor essa constatação de que a grande maioria das pessoas que perderam a vida, em um evento de inundação, morreram em função do soterramento e não daquilo que seria a consequência, por afogamento. É um dado muito significativo. Bom, eu queria convidar a todos a retomarmos os trabalhos e irmos para o item 3.4 Da ordem do dia, que é uma deliberação sobre proposta de resolução que define os procedimentos de indicação dos representantes do Governo Federal, dos conselhos estaduais, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, proposta encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais. Então, eu gostaria de pedir ao presidente da Câmara Técnica, senhor Marley Caetano para encaminhar a matéria. Por favor, Marley, por até 15 minutos.

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – Primeiro, eu queria dizer mais uma vez que o relator dessa matéria seria o Conselheiro Carlos Hugo, que é coordenador do GT representatividade, no entanto, encontra-se impossibilitado por razões de problemas de saúde. Por isso eu assumi essa atribuição. Bom, o atual mandato do Conselho Nacional de Recursos Hídricos se encerra no dia 9 de maio do ano que vem. Por conta disso, nós temos que iniciar o processo eleitoral de renovação do Conselho, a partir de agora, do final de dezembro, temos que estar preparando inclusive a publicação dos editais para os segmentos da sociedade civil, usuários de recursos hídricos e também fomentarmos a organização e realização da reunião dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, para definição dos próximos membros do CNRH. Atualmente esse processo é regulado pela Resolução 14 e foi uma das primeiras resoluções do Conselho, e muita coisa se aperfeiçoou a partir daí, muita coisa se discutiu e há o entendimento de que essa Resolução 14 deveria ser aperfeiçoada. Por conta disso, no início de 2007, iniciamos um processo de discussão sobre uma proposta de substituição da resolução 14, considerando o tema representatividade, buscando sempre uma melhoria da representatividade no âmbito do CNRH. Lá em 2007, no âmbito da CTIL, primeiramente nós fizemos, durante 4 reuniões da CTIL, uma que aconteceu em fevereiro, outra em março, abril e maio, trouxemos especialistas para falarem sobre o tema representatividade. Primeiro foi a senhora Rebeca, depois o professor Paulo Afonso, a senhora Adriana ramos e por último o senhor Luis Antônio Andrade. Na reunião da CTIL de 3 de

junho de 1997, nós entendemos que haveria necessidade de um aprofundamento maior sobre o tema, isso adveio das apresentações realizadas, nas reuniões anteriores e com isso foi criado o GT representatividade, que foi composto por todos os segmentos interessados que têm assento no CNRH. Mesmo com a criação desse GT, nós continuamos produzindo, no âmbito da CTIL, discussões a respeito do tema. Então, em 4 reuniões da CTIL, uma em agosto, setembro, outubro e novembro, nós abrimos a possibilidade para que todos os 6 representantes dos usuários de recursos hídricos e também das organizações civis de recursos hídricos, pudessem expor seu ponto de vista sobre o tema. Cada um teve oportunidade de apresentar, sob o seu setor, o que entendia sobre o tema representatividade, e os trabalhos continuaram também no âmbito do GT. Esse GT teve, podemos dizer que teve duas etapas, uma primeira foi coordenado pela técnica da secretaria de recursos hídricos, Dr^a. Maria Manuel Moreira. Primeiramente aconteceram 3 reuniões, e na 100^a reunião da CTIL, em maio desse ano, o resultado do GT foi levado para a Câmara e naquela oportunidade, nós entendemos que o produto obtido ainda não estava suficientemente adequado. Então, nós entendemos que deveríamos retomar um outro Grupo de Trabalho, para aprofundamento de algumas questões importantes que não teriam sido solucionadas no âmbito do GT, por isso que disse que consideramos que tem duas etapas. Vem a segunda etapa do GT, que sob a coordenação do Conselheiro Carlos Hugo, do Ministério da Justiça, nessa segunda etapa, aconteceram 2 reuniões do GT, ambas em julho e na 105^a reunião da CTIL, realizada agora recentemente, nos dias 26 e 27 de novembro, o produto final foi levada para a Câmara, nós nos debruçamos sobre o produto, fizemos algumas alterações, mas entendemos que o resultado, a proposta já estava suficientemente adequada para ser submetida à aprovação do plenário. Esse entendimento não foi unânime, um Conselheiro se posicionou contrário, não à proposta em si, mas alguns itens da proposta, todos os demais pactuaram com a proposta como um todo. Essa proposta traz, no entendimento da Câmara, alguns avanços importantes, como algumas orientações para atuação do segmento federal, já que não existe processo eleitoral no segmento do Governo Federal, mas há necessidade de uma melhor atuação, de avançarmos em termos qualitativos na atuação do segmento federal, ela condiciona a participação de conselhos estaduais de recursos hídricos ao seu regular funcionamento, até então não existia essa previsão. Ela considera que somente poderão ser habilitadas como representante dos usuários, pessoas jurídicas caracterizadas como entidades de representação de âmbito e atuação nacional ou regional, isso porque é um Conselho Nacional. Então, a representação do usuário tem que ter o mesmo caráter, um caráter de atuação regional, nacional ou pelo menos regional. Também com relação ao segmento de organizações civis, é usada essa conceituação, ela condiciona a participação no Conselho, a entidades de expressão nacional ou regional pelo mesmo motivo, de que trata de um Conselho Nacional. Por último, ela também vincula o compromisso dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos, para que divulguem a sua participação no âmbito do Conselho, ou seja, a disseminação e divulgação da atuação dos representantes desses segmentos no âmbito do CNRH. Então, esses são os principais atos, as principais características, dessa proposta que hoje está sendo submetida ao plenário do CNRH

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado Marley, matéria em discussão. Conselheiros inscritos, por favor. Rosa é a primeira inscrita.

A SR^a. ROSA MANCINI (CTCOST/CERH/SP) – a minha proposta, na verdade, não é apenas minha, é de um grupo de representantes de conselhos estaduais. São duas linhas. A primeira diz respeito ao art. 3º, relativo aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. A nossa proposta que foi muito debatida durante a oficina que aconteceu semana retrasada no hotel nacional, diz respeito a convidar, para participar com direito a voz, todos os representantes de Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, os votos ficam restritos a esses que têm direito para poder fechar a conta do Conselho Nacional, mas garantir que tenha participação. Essa prática nós temos no Conselho Estadual em São Paulo de todos os Comitês de bacia, seja o presidente, o Secretário Executivo e o vice-presidente, eles têm o direito a participar da reunião do Comitê e tem direito a voz, isso é muito positivo. Você justamente estabelece a ligação dos Comitês com o Conselho. Eu acho que essa prática vai trazer uma maior relação, interação entre os Conselhos Estaduais e o Conselho Nacional. Então, a minha proposta seria que entrasse como um § 3º, no art. 3º. Seria: "todos os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, estão convidados a participar do Conselho Nacional com direito a voz". A outra proposta, que eu estou fazendo em nome do meu companheiro do Paraná, Amauri, seria no art. 13. A lógica seria a seguinte, o art. 13, prevê... A lógica é a seguinte, aqui está prevendo que as instituições da sociedade civil e usuários informem, nos seus sites, as atividades que exercem junto ao Conselho. A nossa proposta é que se estenda essa necessidade de informação aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos também. Então, seria "Os Conselhos estaduais de Recursos Hídricos, assim como as instituições eleitas para representar usuários..." têm obrigação de informar tudo isso e entraria um item 5, como se fosse a súmula da participação na reunião do Conselho. A ideia que foi sugerida foi essa, depois pode melhorar na sequência e também está sendo previsto, não sei se bem aqui, tem que estudar o melhor lugar, dos Conselhos Estaduais, também informarem para o Conselho Nacional, as decisões que vão sendo tomadas, as deliberações que saem de lá, até para efeito do Conselho Nacional, avaliar a implementação e consecução de metas que estão sendo feitas nos âmbito dos Conselhos Estaduais. O resumo é esse, é ter direito a voz todos os Conselhos Estaduais, que os Conselhos Estaduais também divulguem sua participação no site, e que a informação seja de vai e volta, um informa o outro e o outro informa um.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Rosa, apesar da clareza, se você pudesse deixar por escrito, seria importante, para que depois não houvesse duvidado. Aqui anotamos, mas era importante ter isso se possível por escrito, próximo Conselheiro inscrito. Por favor, Flávio.

O SR. FLÁVIO – A opinião sobre cada parte será posteriormente, não é?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Depois em um encaminhamento, como é um conjunto, diferentemente do que fizemos na reunião passada, colocar as propostas de emenda e submeter às emendas à apreciação do plenário.

O SR. FLÁVIO – Tenho uma observação para fazer aqui. Notem os senhores, no art. 4º "Apenas poderão ser habilitados como representantes dos usuários no CNRH pessoas jurídicas, caracterizadas como entidades..." Então, tem a categoria entidades de representação e vem as subcategorias que são as associações, instituições, federações, confederação, todas essas subcategorias, são entidades. Então, vamos lá no art. 7º, por favor.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Por favor, Flávio, eu não sei se vocês estão com o mesmo problema. Vocês estão com ela ali, mas nesse documento impresso, não tem a identificação do § 4º, do art. 4º. Faltou uma página inteira? Só o *caput*, perfeito.

O SR. FLÁVIO – Voltando, presidente. Art. 4º. "Apenas poderão ser habilitados como representantes dos usuários no CNRH pessoas jurídicas, caracterizadas como entidades de representação de âmbito e atuação nacional ou regional, tais como entidade...", aí é um conjunto de categorias e vem as subcategorias logo na próxima página que são: "associações, instituições, federações e confederações...". Bom, agora lá no art. 7º, no pé dessa página aí, "Cada instituição de representação de usuários e organizações...", aí seria "cada entidade". Mais na frente tem a mesma coisa, na última página, art. 13, fala "as instituições eleitas", quem são eleitas, são as entidades.

O SR. JOÃO CLÍMACO (Conselheiro/ONGs) – Prezados amigos, nesse Conselho alguns membros que estão aqui nessa plenária e que participaram de Câmaras Técnicas, sabem o nosso empenho desde o começo dessa discussão, de que acontecesse da maneira mais democrática possível, se efetivasse e realmente desse contribuições para aprimorar o processo da representatividade no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Isso porque eu entendia e sempre entendi que é uma demanda de todos nós, praticamente, todos os segmentos têm essa demanda, e não é pelo fato de só o nosso segmento ter, que iríamos ter um olhar mais unilateral da necessidade de mudança. Acontece que até atribuo isso a uma causa estrutural, que no Conselho que você só tem 2 representantes da Sociedade Civil, para 59 representantes dos demais segmentos, com a hegemonia do setor público, há uma deficiência congênita do próprio Conselho de possibilitar o debate democrático e aberto e as possibilidades de juntar convergências, fiquem diminuídas em função do comodismo de alguns falarem, eu trator mesmo, não vou nem debater esse assunto. No caso específico no nosso segmento, tenho que fazer umas observações, quanto ao processo que rolou, aconteceu, que demonstra muito bem o fato dessa visão muito tratorista, visão hegemônica que "é melhor passar por cima do debate, porque você é minoria por isso vai levando" lamento muito isso, mas é o sentimento que me move. Nesse aspecto terminamos criando um documento que causa extremo prejuízo ao sentimento de representatividade, de participação social, a um princípio basilar dessa política pública e da lei que dá sustentação a ela, um prejuízo que chega ao ponto de agredir a nossa inteligência. Para falar isso, para justificar isso, eu digo que todo o processo de discussão dessa resolução, nosso segmento foi muito incisivo no que diz respeito a cumprir preceitos dessa questão da representatividade e participação social, no sentido de democratizar, abrir, fazer visíveis as decisões, fazer os movimentos sociais se interessarem por esse Conselho, serem mais participativo e daí ter outra qualidade do nosso trabalho.

Infelizmente todo esse processo não leva os agentes a concluir isso. Os próprios palestrantes que estiveram aqui, fizeram palestras muito interessantes, muito boas, muito saltarias, muito oxigenadora do sentimento do princípio da participação, foram desobedecidos. Então, eu vou dizer para vocês que essa resolução, teve o coroado dela de decisão de vir para cá na CTIL e a CTIL, dessa vez, extrapolou o que pode se dizer da razoabilidade da sua competência, da sua necessidade de dignificar esse Conselho, e teve uma atitude de mérito, de votar no mérito e não na construção jurídica da proposta e. Então, no art. 5, antes de dizer que vamos pedir vista dessa resolução, eu quero não ser impositivo, dizer os argumentos que nos levaram a isso.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Eu acho bastante importante, mas eu queria que buscássemos se ater ao tempo. Você precisa de quantos minutos para concluir, 2 minutos? Em respeito. 3 minutos adicionais ao Conselheiro, em seguida...

O SR. JOÃO CLÍMACO (Conselheiro/ONGs) – O art. 5º que é exatamente um ponto fundamental que sustenta e fundamenta o nosso interesse, que o princípio da capilaridade, todo o País poder participar da eleição, universalidade, quer dizer, vários atores políticos da sociedade poderem se entusiasmar e participar do processo, e legitimidade, entidades que realmente atuam no ativismo político da água, não no lobby de projetos e recursos públicos. Então, vimos que aqui não contempla isso, de modo que, para piorar, o parágrafo que fala "as entidades regionais". Eu tive o cuidado, para não ficar uma coisa de polarização de polêmica, de fazer um parecer jurídico, que eu esperava que a CTIL me desse um parecer jurídico, um parecer fundamentado juridicamente, sobre porque esse meu parecer não foi acatado, dando conta de que esse parágrafo é ilegal, ele não tem fundamento na Constituição, não tem fundamento em nenhum instrumento. E precisava que a CTIL, com seus em méritos juristas, dessem um retorno para nós, fundamentado tecnicamente e juridicamente, não em uma simples votação, porque é nacional. Isso não tem, eu tenho fundamentação jurídica de que esse artigo não tem base na Constituição, base na Lei 9433 e nas outras instâncias legais. Por outro lado, dentro do princípio de democratização, integração, eu propus que as entidades que já estão nos Comitês de bacias, as organizações civis de recursos hídricos que já estão nos Comitês de bacia, já fossem parte integrante desse processo eleitoral, bastava criarmos um mecanismo administrativo disso, não é nada complicado, já está no sistema. Então, as ONGs, entidades civis que estão no Comitê de bacia, fossem parte desse colegiado eleitoral, não foi aceito. Então, o que eu estou questionando não é só o fato do mérito das entidades, das minhas propostas, em nenhum momento foram discutidas, e se não foram aceitas, mas já que não foram aceitas desde o começo, porque não chegou aqui para discutirmos e colocar como uma coisa diverge, porque o GT não tem autonomia para ficar definindo uma coisa que a CTIL, por sua vez agiu de maneira totalmente inapropriada para sua missão. E julga o mérito, quando na verdade deveria ter julgado a legalidade do meu parecer que foi feito por um advogado, professor da Universidade Federal do Paraná, e não resposta para isso. De forma disso, eu tenho que confessar o nosso desapontamento, nos obriga a pedir vista dessa resolução e vamos trazer tudo fundamentado juridicamente, coisa que a CTIL não fez, a nosso ver. Lamentavelmente pedir nossas desculpas ao plenário por não ter que tomar essa atitude, e desapontado por essa forma de como foi conduzida essas coisas e rever o

papel da CTIL no que diz respeito a uma Câmara Técnica que se auto-intitula como hierarquicamente mais competente para decidir e não ter um processo democrático de acatar, mesmo quando não tem acolhida no GT, colocar para ser discutido da maneira mais eficaz. Eu estou pedindo vista dessa resolução.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Obrigado. Eu queria dizer que a parte regimental, nós temos uma solicitação de um pedido de vista, e tem um conjunto de comentários e de avaliações que são atribuídas exclusivamente à opinião do Conselheiro. Elas não refletem a posição do Conselho, portanto, não estão em discussão. Com relação ao pedido de vistas, são duas possibilidades, assim como foi aplicado no procedimento anterior, é de ouvir os comentários, pessoas que queiram contribuir sobre essa resolução, no sentido de ouvir as pessoas, mas o pedido de vista retira essa resolução de apreciação. Aí, depois, nós temos que arbitrar o tempo para esse pedido de vistas. Então, nós temos duas possibilidades, ou segue... Tem mais inscritos? Eu posso ouvir as pessoas que queiram falar a respeito disso, a matéria não será deliberada. Nós temos 3 inscritos, podemos ouvir a opinião das 3 pessoas a respeito da resolução e em seguida tratamos... É encaminhamento diferente desse? Seriam 6 inscrições, no total? Vejam, nós temos um problema da limitação do tempo e agenda, temos uma resolução em seguida que também vai exigir um grande esforço de organização. Se fosse um número pequeno, não haveria problema em manter. Mas estamos falando com 6, estamos falando em 20 minutos, praticamente de intervenções aqui no plenário, sobre algo que não será discutido. Então, tendo em vista esse número maior, a posição da Mesa é de que nós, tendo a solicitação do pedido, cumpramos o Regimento, suspenda a discussão, e arbitre o tempo do Conselheiro. Pode ser isso?

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – Não sei se a Conselheira Ana Catarina vai perguntar, mas uma coisa importante dizer é o seguinte, o pedido de vista, ele impossibilita que o próximo eleitoral venha a ser regido sobre esta resolução, ele terá que ser regido pela Resolução 14. O que o próximo eleitoral será disparado agora no final de dezembro.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – É isso que acontece com o encaminhamento. Não é conteúdo em relação à resolução.

A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR) – A proposta de fazer uma revisão dessa resolução é de minha iniciativa, desde 2003, quando em 2005 eu propus isso, e receitarei no início desse novo mandato, por razões de uma certa obviedade., até pediria a meu colega que reconsiderasse isso, porque é um ganho para a sociedade civil, é um ganho para todos nós. Porque eu discordo integralmente dele, porque quem está no Comitê de bacia, tem o princípio da subsidiariedade, por exemplo, várias vezes eu não vim porque, tinha um problema lá no Paraíba do Sul, na Bahia de Guanabara, porque estou ativa. Então, o princípio da subsidiariedade é que orienta a 9433, quem tem que estar no plenário, são as pessoas que têm uma representatividade regional, nacional como está sendo dito. Então, eu pediria, porque isso vai obstar um avanço nosso. Agora, secretário, eu queria pedir o senhor, lembrar que em uma CTIL em que o senhor se apresentou ao nosso Conselho na Câmara Técnica, o senhor falou que deveria haver um

rearranjo no Conselho para haver maior equilíbrio de representatividade. Com isso, nós estamos reafirmando a presença do Governo Federal, nada a opor, mas precisamos ter um equilíbrio maior dos outros segmentos, como existem nos Comitês. Então, eu gostaria de cobrar do senhor essa proposta, essa grande sugestão que nos caiu muito bem, e também lembrar que o Presidente da República, até agora não deu uma resposta a uma moção do Conselho Nacional, de aumento do nosso quadro para promover esse equilíbrio em março de 2006. Com todo respeito ao Presidente da República, ele pode muito, mas não pode tudo. Então, nós pelo menos, mereceríamos uma informação porque essa alteração não foi feita. Muito obrigada.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Agradeço a contribuição da Conselheira. Ela também tratou de alguns temas, não tão em apreciação, são bastante relevantes, eu penso até que nós poderíamos pautar um momento, porque nossas reuniões acabam sendo muito rígidas, não tem um tempo de interação dos Conselheiros em relação a preocupações de natureza mais geral, comentávamos com o presidente da ANA, antes de iniciar essa reunião. Então, é possível pensarmos para a próxima reunião, uma agenda de tal forma que essa interação do Conselho, a aferição de determinados posicionamentos, possam acontecer. Porém o que a Conselheira solicitou, não está em apreciação. Tem uma solicitação, foi um apelo ao Conselheiro, para que ele não mantenha o pedido de vistas, que eu vou transmitir ao Conselheiro, se vai manter ou não, em respeito à Conselheira. Você vai manter? Ou nós podemos... Vai manter o pedido de vistas. Então, vamos seguir o Regimento. O Regimento interrompe a discussão. O Conselheiro tem o direito de vista no processo e assim como nos pedidos anteriores, nós arbitramos aqui o prazo do dia 9 de fevereiro, o Conselheiro tem até o dia 9 de fevereiro para apresentar suas justificativas. Evidentemente foram dadas as consequências de que a próxima eleição acontecerá ainda sob a vigência da resolução 14, que permanece em vigor. Próximo ponto, nós vamos ao item 3.5 da ordem do dia... Eu gostaria de manter no registro para quando ela retornar em discussão, as contribuições que já foram feitas aqui em plenária, serão mantidas, para a sessão plenária que virá apreciar essa resolução no futuro. Então, elas aqui, o registro das emendas, elas estão mantidas e serão apreciadas oportunamente, deverão fazer parte do nosso histórico. Item 3.5 “Deliberação sobre proposta de resolução que estabelece a composição e define suplências para a CTAS, CTAP, CTCT, CTGRHT, CTPOAR, para o mandato de 1º de fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2011, e dá outras providências, encaminhada pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Convido, nesse momento, o presidente da CTIL, senhor Marley Caetano para encaminhar esta matéria. Por favor, Marley, você tem o prazo de 15 minutos.

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – Obrigado secretário. Como o secretário já disse, essas 5 Câmaras, estão em processo de renovação de seu mandato, a partir de 1º de fevereiro de 2009 até 31 de janeiro de 2011. Então, a Secretaria Executiva, inicialmente abriu um processo de consulta dirigido a todos os Conselheiros do CNRH, no dia 20 de outubro foi encaminhado, via e-mail, o ofício número 83, quando foi estipulado prazo de 3 de novembro para que os Conselheiros manifestassem seu interesse de participar nessas 5 Câmaras. No dia 31 de outubro, nós da Secretaria Executiva, reiteramos essa solicitação, mesmo assim, após o dia 3 de novembro, após terminado o prazo, nós acabamos recebendo mais algumas

solicitações, ou seja, foram solicitações que foram feitas fora do prazo estabelecido. Pelo Regimento Interno do CNRH, cabe à CTIL receber esses pleitos e construir uma proposta de composição das Câmaras a ser apresentada ao plenário do CNRH para deliberação. Então, a CTIL fez a sua reunião nos dias 26 e 27 de novembro passado. Essa reunião foi convocada e a convocação contou com um quadro de todos os pleitos realizados, essa convocação não foi encaminhada somente para os membros da CTIL, mas para todos os Conselheiros. Então, naquele momento da convocação da reunião da CTIL, todos os Conselheiros tiveram conhecimento dos pleitos realizados para participação nessas 5 Câmaras Técnicas. Eu dou uma pausa para destacar uma questão importante que ocorreu. Nesse quadro nós não inserimos uma manifestação, uma solicitação de participação do segmento das prestadoras de serviço de saneamento. Este segmento nos enviou um e-mail no dia 30 de outubro, no entanto não recebemos esse e-mail, não sabemos por que, se foi alguma razão de ordem técnica, porque foi enviado, no entanto nós da Secretaria Executiva não recebemos, por isso o pleito desse segmento não foi analisado pela CTIL na sua reunião do dia 26 e 27 de novembro. Em contatos que nós tivemos semana passada, com o Conselheiro Walter, ele nos contatou e nos enviou o comprovante de que realmente teria nos enviado a solicitação para participar nas Câmaras Técnicas quantos no tempo hábil, ou seja, em 30 de outubro. Isso aconteceu na última composição com outro segmento, é algo que estamos sujeitos, alguma falha do sistema de Internet de fato nos encaminhou, mas de fato, nós não recebemos, é importante dizer isso para que, já que necessariamente terá que reapresentar o seu pleito nessa reunião. Bom, então a CTIL se reuniu nos dias 26 e 27, e pela segunda vez na história deste Conselho, nós conseguimos pactuar uma composição para 5 Câmaras Técnicas. Em vezes anteriores, normalmente era o processo canibalístico. Eu quero a vaga e você deve sair. Primeira vez na renovação de algumas Câmaras no início do ano, nós conseguimos implementar um processo de pactuação, de negociação e esse processo se repetiu agora. Então, foi um momento importante, onde os segmentos puderam entrar em acordos, um segmento abriu mão do seu pleito para uma determinada Câmara, possibilitando a entrada de outro segmento e fizeram o mesmo, na ordem contrária, em outra Câmara. Com isso nós conseguimos construir uma proposta de composição das 5 Câmaras. Isso aconteceu especialmente em duas Câmaras, na CTAS e na CTPOAR, onde o número de interessados era superior ao limite estabelecido pelo regimento, que é de no máximo 17 membros. As demais Câmaras, CTAP, CTCT, CTGRHT, foi tranquilo porque na CTAP foram 16 pleitos e na CTCT 14 e na CTGRHT 16 pleitos, ou seja, abaixo do limite estabelecido, pelo Regimento Interno. Acho que o quadro está sendo projetado, não precisa que eu leia aqui como que ficou a composição, mas quero só lembrar, por último, de que nós, nas Câmaras em que o pleito foi superior ao limite estabelecido pelo Regimento, nós procuramos seguir todos aqueles critérios estabelecidos no Regimento Interno para composição de Câmara, citando aqui alguns. A reprodução, na Câmara, da representação no âmbito do plenário, nós procuramos seguir também a assiduidade, aquele segmento que foi excluído por falta no mandato que está vencendo, ele teve o seu direito de preferência colocado em último lugar, vamos assim dizer. Então, procuramos também, priorizar a assiduidade. Então, acabamos chegando nesse resultado que está sendo exposto para vocês.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Matéria em discussão. Conselheiro João Bosco.

O SR. JOÃO BOSCO SENRA (Diretor do DRH/SRHU/MMA) – Secretário, demais Conselheiros, em função dessa questão que foi relatada pelo Conselheiro Marley, nós conversamos aqui, o Setor de Saneamento, usuários de serviço de saneamento e o setor dos pescadores e usuários da água para lazer e turismo e para tentar contemplar, queria apresentar a seguinte proposta, na Câmara técnica de águas subterrâneas, permanece os pescadores usuários que vão indicar os seus representantes para participar, e dentro dessa indicação dos seus representantes, deve indicar também, porque vai representar o setor, mas vai contemplar a indicação de alguém de saneamento como se suplente na Câmara Técnica, mas a titularidade é de pescadores e usuários de água e lazer para turismo. Na Câmara Técnica de Recursos Transfronteiriços, o setor de pescadores e usuários, concordam em abrir mão, não, essa tem vaga, essa aqui, recursos hídricos transfronteiriços, ainda têm uma vaga. A proposta é que acrescente o setor de saneamento na câmara de Recursos Hídricos Transfronteiriços, ainda tem uma vaga. Então, a proposta é que acrescente o setor de saneamento. Na CTPOAR, é que o setor de pescadores, acertamos, pescadores usuários de água trocar por setor de saneamento na vaga que está dos pescadores de usuários de água. Dentro dessa proposta, há uma concordância, nós gostaríamos de agradecer o setor de pescadores e usuários de água, pela compreensão e por ter concordado com essa permuta, o que possibilita a representação desse importante setor de saneamento nessas Câmaras Técnicas. Eu só queria dizer que na resolução está faltando, no documento da resolução, acabou que ficou faltando, na composição da CTCT, mas não na resolução que temos em mão, não, tem os setores usuários. Não sei se nenhum setor usuário se candidatou, mas aqui na resolução... Nenhum se candidatou, então, está certo. São essas sugestões, para atender essa demanda do setor de saneamento.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Obrigado, tudo indica que a Mesa conseguiu acompanhar a proposta de acordo ou de algum acordo feito pelo plenário. Por favor, Conselheiro.

O SR. WALTER SORIANE – Realmente o que o Conselheiro Marley colocou é isso mesmo, o fato é que tem alguns mistérios no meio do caminho, entre destinatário e remetente. Nós antecipadamente, tempestivamente, antes do fim do prazo, nós enviamos e consta registro na nossa máquina, e mais ainda, nós fizemos um encaminhamento a própria Secretaria com cópia para os nossos associados que confirma que foi enviado. Infelizmente não há aquela ferramenta de confirmar o recebimento, mas lhe confesso que nunca ocorreu esse fato de nossos envios, nossas comunicações extraviarem, foi um fato lamentável, mas ocorreu. E de certa forma temos que colocar que é o fato, e temos que conviver com ele. Na realidade, só para complementar, nós participamos de 4 dessas Câmaras Técnicas, além da CTCOB e do Plano Nacional, e ao longo da atuação dessas Câmaras, me permita colocar, que no caso da CTPOAR, em 14 reuniões, nós estivemos presentes em 12, através dos nossos representantes. Na CTAS, em águas subterrâneas, das 15 reuniões, nós estivemos presentes 13. Na CTCT, das 16, nós estivemos presentes em 13 reuniões e finalmente na transfronteiriças, de 9 reuniões, nós estivemos presentes em 6 reuniões. Então, isso demonstra realmente, o interesse da participação desse segmento, nessas Câmaras Técnicas. Além dessas que foram mencionadas, também pedimos a participação na CTAP e aí, na realidade, nós até

entendemos que o arranjo apresentado pelo João Bosco, só que colocaria que além dessa, tem duas outras, que têm vaga, que nos habilitaríamos nessa situação. Então, nós ficaríamos participando oficialmente na CTAP, CTCT, na transfronteiriças e outorga e como suplente na água subterrânea. Não era exatamente isso que nós gostaríamos, tendo em vista que água subterrânea é um elemento importante nas nossas atividades normais, mas entendemos também que abrimos mão, acho que no sentido de um entendimento mais amplo, acho que está perfeitamente factível para nosso segmento. Muito obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado Walter. Próximo inscrito. Conselheiro Rosalvo. Por até 3 minutos.

O SR. ROSALVO OLIVEIRA (CTPOAR/MI) – O Ministério da Integração tem como uma das suas atribuições legal, é exatamente a integração nacional que o Ministério executa essa tentativa da integração nacional, por intermédio da elaboração e execução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Política Nacional de Ordenamento Territorial, estas são atribuições legais que o Ministério da Integração tem. E ele desenvolve, portanto, face dessa atribuição, alguns programas, entre esses programas, nós somos responsáveis por todos os municípios de faixa de fronteira, por isso que nós temos um programa específico para faixa de fronteira, a maior parte das nossas fronteiras em termos de tamanho, são as fronteiras da região norte com a região Centro-Oeste, onde temos agências de desenvolvimento regional, especialmente no Governo Lula, que retomamos a discussão das agências de desenvolvimento regional, especialmente a região Centro-Oeste, norte e nordeste. Então, esse função dessa atribuição legal, em função desses programas que nós executamos, nós estamos pedindo ao Conselho que nós fiquemos como primeiro suplente da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços, lembrando que em épocas passadas desenvolvemos aquele trabalho, que aqueles que estão a mais tempo aqui tem conhecimento, com relação à questão da Lagoa dos Patos, aquele trabalho que começamos e que os resultados foram excelentes. Pedimos para ficar na primeira suplência dessa Câmara Técnica. Obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Próximo inscrito é o último inscrito. Por favor, durante te a fala do Fernando, Conselheiros que desejem se pronunciar sobre essa resolução façam sua inscrição, senão procederemos ao encaminhamento. Fernando.

O SR. LUIZ FERNANDO DE ABREU CYBIS (CTCOST) – Muito obrigado, secretário. Serei muito breve, apenas para manifestar a satisfação do Ministério das Relações Exteriores de estar aqui inscrito para integrar as Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas e Recursos Hídricos Transfronteiriços, que de fato são temas que são de grande importância para a atuação do nosso Ministério e também para manifestar nosso apoio ao interesse do Ministério da Integração de participar da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços, que tenho a honra de presidir, assim como apoiar o interesse das prestadores de serviço de

saneamento, que tem têm atuado, de maneira destacada na Câmara Técnica e esperamos que continue a poder fazê-lo. Muito obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado. João Clímaco.

O SR. JOÃO CLÍMACO (Conselheiro/ONGs) – Eu queria fazer um registro em especial ao nosso apoio para que o Ministério da Integração Nacional, corroborando a fala do nosso colega do Ministério das Relações Exteriores, no sentido que seja contemplado esse pedido. Mas aproveitando, já que nós estamos tratando de Câmaras Técnicas, fazer um pedido especial aos representantes dos Comitês de bacias. Eu acho que todos nós estamos de acordo que existe falha estrutural na forma de como está a questão da paridade desse Conselho, mas no que diz respeito aos Comitês de bacia, queria fazer um pedido, especialmente para esses representantes, pode parecer estranho, mas para mim pode fazer esse pedido, se eu tiver sendo um pouco relapso. Então, faço um pedido, a esse representante do Comitê de bacia, que as Câmaras Técnicas sejam mais pr -ativos no sentido de defender os interesses dos Comitês de bacias. Muitas vezes eu estou fazendo mais esse papel do que o próprio representante. Eu posso falar isso, porque eu participo de vários Comitês e sinto que essa deficiência está atrapalhando e não fortalecendo os Comitês de bacias.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado. Há algumas manifestações que são de responsabilidade exclusiva do Conselheiro que a faz, não representa nenhuma posição do Conselho a respeito. Eu vou pedir para o Marley que produza a síntese dos pleitos e dos arranjos já feitos.

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – Me corrijam se eu tiver anotado errado. A proposta é de que o segmento prestadoras de serviço e saneamento, passe a ocupar a 17  vaga da CTAP, a 15  vaga da CTCT e a 17  vaga da CTGRHT e na CTPOAR, também passa a ocupar a 17  vaga em substituição ao segmento de pescadoras usuários de água para lazer e turismo, que por sua vez iria para a primeiro suplência. Já na CTAS, as prestadoras de saneamento, pleiteiam que fiquem com o primeiro suplente. Na parte do Ministério da Integração Nacional, o pleito é que fique como primeiro suplente na CTGRHT, correto? Vou repetir, lembrando que são propostas que mexem no caso, a Ingrid já se manifestou, com relação também às suplências. As suplências são definidas para o caso de exclusão de alguma entidade, caso alguma entidade seja excluída por falta, é chamado para compor a Câmara o primeiro suplente. A proposta colocada  , para que as prestadoras de serviço e saneamento ocupem a 17  vaga da CTAP, a 15  vaga da CTCT e a 17  vaga da CTGRHT, aí não mexe com ninguém, nem na titularidade, nem na suplência. Já na CTPOAR, ela substituiria o segmento de pescadores e usuários de água para lazer e turismo, e este segmento seria remanejado para a primeira suplência, remanejando para a segunda suplência a (...) e para a terceira suplência o Ministério dos Transportes. Na CTAS esse segmento, a proposta de que este segmento entraria na primeira suplência, remanejando a (...) para segunda e os estados de Bahia e Ceará para terceiro. E a última proposta é

para que o Ministério da Integração Nacional, entre como primeira suplência na CTGRHT, o que não mexe com ninguém. Então, a proposta produz alterações, somente na CTAS e na CTPOAR.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Tudo bem? Depois colocar evidente, essa discussão, mas como metodologia, se vocês pegarem os quadradinhos, aqui nas prestadoras de serviço coloca-se um no CTAP, um na CTCT, e um no CTGRHT e um no CTPOAR. Onde está pescadores de usuários de água para lazer e turismo no CTPOAR fica 0, e no CTPOAR aqui, eles ficam como primeiro suplentes, encaminhando transporte na sequência abaixo e na CTAS, setor de pesca, fica como primeiro suplente e depois, na CTGRHT, o MI como primeira suplência, dentro desse mapa que nós temos em mãos, é isso? Uma proposta de encaminhamento está sendo apresentada aqui, é que no caso da CTAP, CTCT e no transfronteiriços, que não há nenhuma alteração, seja dos efetivos, seja dos suplentes, que considerássemos e colocasse em votação e considerassem aprovadas. Em seguida, nós trataríamos daquelas, onde há alteração, seja na troca entre saneamento e pescadores, mas também com o pleito de redefinição das suplências. Então, nesse caso, na CTPOAR e na CTAS nós abriríamos para discussão em seguida, pode ser esse o encaminhamento? Está claro para o plenário? Nós estaremos colocando em votação a CTAP..., apesar de que eu vejo, que era bom deixar tudo em aberto, porque de repente isso pode ser uma possibilidade de arranjo em função das diversas colocações. O que eu quero dizer é o seguinte, antes de colocar em votação essas 3, em função dos arranjos que eventualmente tenha na CTAS, na CTPOAR, pode ser que você precise utilizar esse arranjo que está colocando aqui, é só isso que eu quis dizer. Tem 2 encaminhamentos possíveis aqui. Um é o encaminhamento de que há 3 Câmaras Técnicas, sobre as quais não há pleito, não há problema. E duas que nós teríamos que discutir. Então, nós podemos aprovar esses 3 e discutir as outras duas. O outro encaminhamento ouve-se vê qual é o arranjo para as outras duas e depois se vota tudo em bloco, porque de repente, a posição da CTPOAR ou CTAS pode envolver algumas negociações em relação àquelas que já votamos. Em minha opinião, não deveria fechar, porque senão vai dizer o seguinte, não tem mais margem de manobra, vamos ouvir quais são as ponderações e depois a fazemos o encaminhamento, não ganha tempo nenhum. O encaminhamento que eu estou propondo é ouvir quais são os arranjos em função da CTPOAR e da CTAS e logo em seguida fazer o encaminhamento da proposta final, sem necessidade de estar segregando, votando antecipadamente qualquer uma delas. Inscrições a respeito. Solicitação de esclarecimento? Primeiro vamos verificar quais são as inscrições dos Conselheiros. Em seguida ouvimos essa prestação de esclarecimento. É a primeira vez que eu vejo encaminhamento de esclarecimento. Normalmente solicita um esclarecimento. Aqui ele deseja prestar um esclarecimento, mas o faremos depois das inscrições. Por favor, Ingrid.

A SR^a. INGRED MILLER (Entidades de Ensino e Pesquisa) – Então, na realidade, não quero , o que eu queria era só negociar, como o meu segmento tem interesse tanto na CTAS, e na CTPOAR e já acabamos ficando na suplência, porque esse segmento são dois Conselheiros titulares, ensino pesquisa e associações técnicas, sempre temos tentado ficar com duas vagas, já não conseguimos ficar na CTAS e na CTPOAR, ficamos na primeira suplência, vamos ter que esperar um tempo para entrar. Até para não delongar demais, queria ver se conseguimos negociar, que eu ficasse na primeira suplência na CTPOAR e só ficaria na segunda suplência... O

saneamento ficaria na primeira suplência CTAS e eu ficaria na segunda suplência. Fica um arranjo entre o saneamento e a OTEP que estão discutindo essas suplências.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Na verdade, se eu entendi, precisamos consultar também, os usuários de água que abriram uma vaga na CTPOAR para o setor de saneamento, se concordariam com a proposta de ficar como segundo suplente, passando a primeira suplência aqui na CTPOAR, é isso? Estão de acordo? Vocês têm exatos 30 segundos. Temos um acordo? Ok? Então, foi produzido um acordo, excelente, tempo recorde. A proposta final é de que o setor de saneamento passe se a incluir a CTAP, CTCT, CTGRHT e a CTPOAR. O setor de pesca sede essa vaga da CTPOAR para o setor de saneamento e passa a ocupar a segunda suplência. O MI pleiteia a suplência do transfronteiriços e na CTAS o setor de saneamento fica com a primeira suplência e depois as demais seguem adiante, é isso? Em regime de votação. Os Conselheiros e Conselheiras que são favoráveis a essa composição das Câmaras Técnicas, com mandato de 1 de fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2011, por favor, levarem seus crachás. Muito obrigado. Os Conselheiros ou Conselheiras contrárias? Abstenções? Com registro de uma abstenção. Aprovada a composição das Câmaras Técnicas. Queria agradecer. Penso que nós conseguimos produzir aqui um consenso bastante satisfatório, e em um tempo também apropriado para a continuidade dos nossos trabalhos. Passamos agora ao item 4.1 da ordem do dia, que trata de proposta de moção. Eu pediria aos Conselheiros que assim o puderem fazer, permanecessem em plenário, por conta da apresentação que deve acontecer logo em seguida a esta apresentação, além de outros temas importantes, mas que é a apresentação do resultado da oficina 10 anos do Conselho Nacional, que eu penso que tem uma contribuição bastante significativa que será apreciada futuramente pelo próprio Conselho. Passamos aqui ao 4.1 da ordem do dia que é deliberação sobre proposta de moção que recomenda princípios e prioridades de investimento em ciência, tecnologia e inovação para recursos hídricos, encaminhada pela Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia. Quem vai fazer a apresentação? Convido o senhor Wilson Cabral Filho para fazer a apresentação da proposta de moção.

O SR. WILSON CABRAL DE SOUSA JÚNIOR (CONVIDADO) – Boa tarde a todos. Antes de qualquer coisa, acompanhei esse processo de produção da moção 40, que foi aprovada em 2006 e que resultou de um trabalho da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia que durou mais de 2 anos, desde 2004, nós vínhamos trabalhando essa questão, e aqui faço coro aos que entendem que os resultados das Câmaras Técnicas, produtos das Câmaras Técnicas, vão muito além de propostas de resoluções e moções. Então, todo ganho que se obteve nas discussões, nos *workshops*, nas oficinas, em todas as atividades eventos que a Câmara Técnica protagonizou durante esse período, foram fundamentais para estabelecimento hoje de uma, por exemplo, de um trabalho muito integrado de uso eficiente da água. Então, consolidados, por exemplo, com um edital do CT hidro, contemplando esse fim. Eu queria fazer um breve balanço dessas atividades no tempo que me concederam e apresentar quais são as atualizações propostas à moção 40. Antes de trabalhar com as prioridades ou com demandas, nós pensamos na Câmara em discutir princípios para investimento em ciência, tecnologia e inovação, por quê? Nós observamos, a partir do acompanhamento de alguns editais de conhecimento público, CT hidro e outros fundos setoriais e mesmo de algumas fundações de

amparo à pesquisa, que alguns princípios não estavam, necessariamente, contemplados em todos os editais. Então, uma preocupação da Câmara Técnica foi elaborar ou apresentar alguns princípios basilares para desenvolvimento científico e tecnológico que deveriam estar incluídos nos editais e no fomento público à ciência e tecnologia e inovação. São eles: acessibilidade diversidade temática, divulgação e apropriação de resultados e o estilo contínuo a formação de parcerias em ciências de tecnologia e renovação. Então, cada um deles tem um breve texto, isso já vem do texto da moção 40, houve uma mudança de forma de apresentação desses princípios, para essa proposta de moção, mas de qualquer forma os princípios se mantêm. Até porque nós identificamos a necessidade de manter porque alguns editais continuam, eventualmente, não contemplando um ou outro desses princípios. Bom, qual foi a metodologia de levantamento dessas demandas e dessas prioridades para investimento científico tecnológico? Nós poderíamos elencar uma série de métodos para fazê-lo. O CT hidro, Comitê gestor do CT hidro, adotou uma metodologia, pela metodologia, houve um grande levantamento a partir de 2005 para essas demandas em nível nacional. Então, dividiu-se em regiões e convocou os cientistas, pesquisadores cadastrados no CNPq com nível de produtividade de pesquisa elevado, para fazerem essa apresentação de demandas. Então, essa é uma metodologia que o CT hidro lançou mão. Entendemos que é uma metodologia, interessante, porém não atende à complexidade do desenvolvimento científico e tecnológico que o Brasil carece. Então, partimos para outra abordagem que vai desde a análise dos editais, dos fundos setoriais em relação aos temas, apontados pela moção 40, nós juntamos todos os temas apontados pela moção 40, e fizemos uma análise dos editais colocados nesse período, de 2006 até hoje e o atendimento àquelas áreas temáticas. Realização de *workshops* temáticos com exceção do levantamento para autorização da moção 40. Isso já aconteceu desde a criação da moção 40. Então, nós tivemos um *workshop* sobre uso eficiente da água, um *workshop* sobre tecnologias nacional para monitoramento hidrológico, *workshop* específico voltado para poços de combustível e assim por diante. Então, uma série de atividades foram realizadas nesse período e sempre nós pautamos nesses *workshops* que os participantes nos apontassem demandas atualizadas para investimento científico e tecnológico. Outra fonte foi a realização de reuniões da Câmara, setoriais, em eventos específicos. Por exemplo, simpósio da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, que é um evento que reúne boa parte do público interessado de ciências e tecnologia na área de recursos hídricos, dos congressos da ABES e pautávamos reuniões da Câmara Técnica nesses eventos e chamávamos um grupo de pesquisadores participantes para apontar novas demandas. Divulgação entre os representantes dos segmentos na própria Câmara, então, os próprios representantes passaram a ser porta vozes desse levantamento de demandas e discutiam essas demandas junto aos seus segmentos, ou pelo menos supõe-se que discutiam. E análise, por fim análise do Plano Nacional, assim que o Plano Nacional foi efetivado, pelo menos foi colocado no ar, nós fizemos um levantamento do que o Plano Nacional apontava em termos de necessidade de desenvolvimento científico e tecnológico e colocamos, inserimos isso no texto atual. Então, essas foram as estratégias utilizadas pela Câmara Técnica e o método para atingir esse resultado. Bom, o que se atualizou? Desculpa, isso aqui é importante, mais do que e também de novo fazendo menção à questão do trabalho adicional da Câmara Técnica, nós não nos contatamos em fazer aprovar uma moção. Aprovada a moção 40, nós pensamos, houve em 2003, uma aprovação de uma moção de capacitação, também elaborada pela Câmara Técnica e, no entanto nós identificamos, nas várias reuniões que fizemos no Brasil todo, que essa moção ficou completamente desconhecida da sociedade. Como fazer com que essa moção

atingisse os seus destinatários de fato e não só do ponto de vista protocolar? Em todas as reuniões que nós realizamos nesse período, nós estabelecemos um contato com uma agente local de ciência e tecnologia, seja uma Secretaria de Estado de ciência e tecnologia, um fundo de amparo à pesquisa estadual, e assim por diante ou o próprio fundo setorial, e fazíamos uma entrega “solene” do texto da moção, exigindo não, porque é moção, mas de qualquer forma, solicitando um comprometimento desses órgãos para com o que a moção preconizava. Fora isso, envio de correspondência formal as instituições destinatárias, porém não elencadas no texto, é natural que quem é destinatário do texto, receba do ponto de vista protocolar, uma cópia. Mas não nos atemos a isso, há destinatários que não estão elencados ali. Então, nós identificamos e encaminhamos isso também do ponto de vista protocolar. Apresentação e reunião do Comitê gestor do CT hidro, em uma dessas apresentações, um objeto das demandas foi inclusive, objeto de atendimento do CT hidro, havia um consenso para aquele momento e resultou no que eu citei agora a pouco, na convenção de um edital específico, é um resultado de um esforço adicional da Câmara Técnica. E um delineamento das demandas apontadas de objetos específicos de investimento que é o caso desse edital. Isso inclusive se tornou um projeto da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia. A partir de agora, dado o sucesso que nós obtivemos, a ideia é, eventualmente, sob demanda, escolher um tema prioritário e desenvolver um trabalho sobre esse tema que possa resultar em uma ação efetiva em termos de desenvolvimento científico e tecnológico. Então, entrando agora no texto mesmo propriamente dito, são os principais pontos de alteração, de atualização dessa moção 40? A inclusão do termo inovação, abreviação CIT, Ciência Tecnologia e Inovação, separação em anexos dos destinatários dos princípios e das prioridades de investimento, no texto da moção 40, isso era um texto só, era um anexo só. Então, nesse texto, aliás, foi uma contribuição da CTIL, houve uma separação em anexos, de forma que inclusive possamos atualizar um anexo, sem atualizar o outro, e assim por diante, ficou mais flexível e me pegou de surpresa, não tinha conhecimento desse detalhe e achei bastante interessante. A inclusão de novos fundos e instituições, os chamados destinatários. Um exemplo é o fundo da Marinha mercante, sugestão da CTIL, atualização dois temas prioritários para investimento em e CITI, envolvendo a manutenção de alguns itens que nós consideramos não atendidos até então, o aprimoramento de outros itens, a supressão de alguns itens que na nossa pesquisa constava como já atendidos, e a inserção de novos itens para contemplação por parte do esforço de desenvolvimento científico e tecnológico. Dos temas suprimidos, análise de impacto, das cidades antrópicas sobre meio hídrico, vários editais trataram, editais inclusive inter cruzados, trataram dessa questão, prospecção e conhecimento sobre águas pluviais, então, o PROSAB avançou bastante e houve um edital específico sobre uso da água que tratou dessa questão. O desenvolvimento de produtividade em meio rural, também já atendidos, inclusive em editais do CT agro, alternativas tecnológicas para tratamento de resíduos sólidos com ênfase no lixo enviado, esse texto, na verdade, foi inserido em um outro contexto, integração de ações em CT rural e urbano, estudo ao estudo de metodologia demonstrativa do enquadramento. Essa questão de enquadramento, ainda que não tenha se consolidado, avançou bastante nesse período, pesquisa em instrumentos econômicos, projeção das águas e nós entendemos que é um ponto, agora precisamos passar a implementar instrumento e não mais pesquisá-los, ou manter uma pesquisa, mas que não necessita de uma porta específica e reuso de água, aplicações técnicas, alguns editais tratavam dessas questões e o tema avançou bastante. Decidiu-se manter todos esses temas aí, que são temas que foram citados na moção 40 e estão mantidos no texto atual, aperfeiçoamento de

técnicas de monitoramento bioindicadores, ou biomonitoramento, incentivo à difusão científica e tecnológica, envolvendo novas mídias de acesso popular, de novo, aquela lembrança de que a ciência ainda não chegou à sociedade. É preciso, por mais que tenha se evoluído nesse quesito, precisamos evoluir mais. Desenvolvimento de pesquisas em aquicultura, pesquisas relacionadas a novos contaminantes de meio aquático, técnicas avançadas para tratamento de águas, abastecimento, visando atender a nova Gama, de contaminantes extraídos no meio. Aquele outro item que foi suprimido entrou nesse texto. Adaptação de processo de tratamento convencional de esgoto para plantas com reuso de água e bioaproveitamento. Que diz respeito a uma conversão de estações atuais para estações mais modernas sobre esse enfoque. Gestão de riscos associados a água, contaminação de sedimentos. Bom lembrar aqui que tem pelo menos dois desses itens, que dizem respeito diretamente e indiretamente ao que está acontecendo em Santa Catarina hoje, que são gestão de riscos associados à água e drenagem urbana sustentável. Contaminação de sedimentos, e cooperação científica com Países vizinhos e lusófonos, que é um tema que precisa também avançar. Nós temos plataformas que nos servem muito bem, poderia servir a uma comunidade muito mais ampliada. Dois temas sofreram um aprimoramento de textos, investimento na consolidação do uso de formas alternativas de tratamento de efluentes. Na primeira moção foi colocada investimento no estudo de formas alternativas. Agora, o texto evolui para consolidar esses estudos. Investimento de pesquisa e capacitação do setor técnico médio, ali tem em vermelho, é um erro que eu identifiquei no documento que vocês têm. No documento que está aí, depois de escolas técnicas públicas e privadas tem uma vírgula e o serviço nacional de aprendizagens, está sem nexos. O nexo é dado pela ligação “e”, então, “escolas técnicas públicas e privadas e os serviços nacionais de aprendizagem”. que deveriam ser objeto, pensando no escopo maior, deveriam ser objeto de algum esforço de desenvolvimento científico e tecnologia. Bom, por fim, os novos itens, o que foi acrescentado nesse período. Projetos e programas que envolvam o setor de turismo. Nós vimos, durante esse período, um crescimento muito grande dos investimentos do setor turismo e, no entanto, muito pouco se delineou para ciência, tecnologia e inovação nesses setores, apesar de que nós estamos vivendo um processo de recessão, crise econômica que pode afetar, de qualquer forma, isso deve ser retomado em algum momento. Mudanças climáticas e recursos hídricos, foi incluído, isso é um tema que foi colocado a partir da pesquisa do plano nacional de recursos hídricos. Tecnologias sociais para uso sustentável das águas, também é uma questão colocada pelo Plano Nacional de recursos hídricos, nós incorporamos no texto, metodologia de certificação de responsabilidade sócio-ambiental no uso das águas. Essas duas são demandas da Sociedade Civil, desenvolvimento e aperfeiçoamento institucional. Então, dizem respeito ao desenvolvimento e implantação de metodologias para certificação da responsabilidade sócio-ambiental. O que está acontecendo? Muitos se dizem socialmente responsáveis, ambientalmente corretos e etc., e pouco se avançou no estudo, na pesquisa e no desenvolvimento de instrumentos que garantam, de fato, essa responsabilidade, pelo menos creditem essa responsabilidade. Vide, faço uma ressalva, o caso da Bolsa de Valores com o índice de sustentabilidade empresarial que recentemente tirou a Petrobrás do índice, porque entendeu que havia problemas com essa inserção. Isso gerou uma celeuma muito grande nesse mercado, por falta de mecanismo e critérios que definam isso com uma maior precisão. Implantação, atualização e capacitação de laboratórios de metrologia, visando o uso eficiente da água, essa é uma demanda que veio do *workshop* de tecnologia nacional, para monitoramento hidrológico e de uma atividade que a Câmara Técnica passou a

protagonizar que é a tentativa de criar uma etiquetagem de uso eficiente de água, similar ao que é o PROCEL na energia. Não há laboratórios, hoje equipados e distribuídos no Brasil para trabalhar com esse tipo de certificação. Implantação de metrologia em química ambiental relacionada aos recursos hídricos para certificação de laboratórios brasileiros. Esse está relacionado não só a essa questão, mas também às questões ligadas à qualidade ambiental, de modo geral. E é uma demanda do setor industrial. Então, linhas gerais essas são as colocações para o texto da moção 40, para atualização da moção 40. E eu faço um último comentário. Quando nós fizemos a proposta da moção 40, ainda havia uma espécie de indefinição sobre se seria uma moção estanque ou algo que precisaria de constante atualização. Chegamos a essa constatação. Então, ela carece de atualização, essa proposta atual é uma atualização desse processo. Obrigado, meus contatos estão ali e estou à disposição para eventuais dúvidas.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Nós vamos colocar em discussão. Queria pedir ao Wilson que acompanhasse a discussão aqui na Mesa. Primeiro inscrito. Carlos, por favor.

O SR. CARLOS EDUARDO NASCIMENTO ALENCASTRE (CONSELHEIRO TITULAR) – Queria parabenizar o Cabral e o trabalho da Câmara por essa moção muito importante. E dizer o seguinte, eu não vi, na sua fala, você fez uma série de consultas, inclusive colocando que a CTIL deu uma contribuição importante para a moção. Queria fazer uma recomendação que como essa moção deve se repetir, ela não é estanque, de tempos em tempos vai estar se renovando, que na próxima edição fossem consultadas as demais Câmaras Técnicas, que eu acho que haveria uma contribuição bastante significativa para essa moção. Aproveitando meus 3 minutos, queria responder a meu colega João Clímaco, agradecer a ele a defesa que faz nas Câmaras dos Comitês, acho que todos nós defendemos Comitê, o senhor, o presidente da agência, todos nós defendemos Comitê. Acho que Comitê uma parte importante do nosso sistema. E dizer o seguinte, quer dizer, nós recomendamos aos nossos representantes das Câmaras, não é o Conselheiro que está lá nas Câmaras, mas os representantes, que sempre hajam, sempre intervenham no sentido de dar contribuições, de melhorar as matérias, enfim, de fazer um esforço para que a Câmara, as matérias tenham um trâmite bastante produtivo. E a questão de pró-atividade que ele coloca, a nossa recomendação é para que os nossos representantes não falem quando não há necessidade de falar, para não ficar empatando pauta nas reuniões. Essa é a nossa recomendação para os nossos representados. Obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado Carlos. Próximo inscrito. Rosalvo, por favor.

O SR. ROSALVO OLIVEIRA (CTPOAR/MI) – Senhor, Presidente, senhores Conselheiros, eu trouxe aqui o que fiz essa madrugada, li todo o trabalho do Grupo de Trabalho de reuso de água, porque exatamente nós vimos, no anexo 3, que esse tema, "data vênia" todo o trabalho feito pela equipe, excelente trabalho, por isso nos dedicamos, porque achamos importante essa questão, ciência, tecnologia e inovação e fizemos uma emenda no sentido de contemplar a questão do reuso da

2803 água. E aí entendemos e humildemente colocamos esse entendimento ao debate, e
2804 à deliberação, como consequência, de que a questão do reuso não pode ficar
2805 restrita apenas ao aprimoramento de processos convencionais, a partir de
2806 adaptação de estações de tratamento de esgoto ou adaptação de processos de
2807 tratamento convencionais de esgotos para plantas com reuso de água e
2808 bioaproveitamento. Porque entendemos que o tema de reuso envolve o meio
2809 urbano, envolve o meio agrícola, envolve o reuso na agricultura, envolve o reuso na
2810 indústria, a recarga de aquíferos, e a questão do aproveitamento da água da chuva
2811 e a questão da dessalinização de água. Evidentemente que estou sob o impacto, é
2812 natural, é humano, de ter ficado 3 semanas no Estado de Israel, exatamente em
2813 uma missão liderada pelo Ministério da integração onde nós levamos 20 técnicos de
2814 instituições da bacia do São Francisco, e lá ficamos 3 semana só discutindo,
2815 debatendo com a top de linha com relação à questão do reuso. Então, creio, Cabral,
2816 que talvez entendimento, conversei com a Tereza para ver se ela aproveitava, o que
2817 ela achava da nossa ementa, me colocou, no início da reunião, que a emenda já
2818 estava contemplada, na resolução 40, mas na sua apresentação, quando você
2819 coloca que este tema saiu, aí eu Tereza, pelo amor de Deus. Eu tenho uma emenda
2820 que eu fiz, elaborei, tem cópia para todo mundo. E aí eu fico na dúvida, se ficamos
2821 com esta emenda que nós elaboramos, tenho um exemplar para cada um, se
2822 fazemos esta emenda, e eu passei para o rapaz, ou se voltamos àquele texto
2823 anterior da resolução 40. Esta é a minha dúvida, mas, conclusão que queremos, é
2824 de que o tema de reuso não pode sair das questões de ciência, tecnologia e
2825 inovação, e ele não pode ficar restrito apenas a adaptação de processo de ETE para
2826 reuso, para adaptações de estações de tratamento de esgoto. É um tema muito
2827 mais amplo, acho que nós estaríamos indo contra a história, enquanto
2828 desenvolvimento tecnologia que há essas discussões no mundo todo. Apelaria, até
2829 de maneira, veemente, de que ou voltássemos ao texto anterior, que estava na
2830 resolução 40, ou contemplássemos essa humilde emenda que nós apresentamos aí
2831 para que o tema volte à baila das prioridades de pesquisa, ciência e inovação.
2832 Obrigado.

2833
2834
2835 **O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH -**
2836 **SRHU/MMA)** – Muito obrigado Rosalvo. Próximo escrito. Ninon Machado. Queria
2837 lembrar que se nós formos ágeis aqui no encaminhamento dos trabalhos, é possível
2838 que nós façamos a conclusão de toda a agenda ainda no dia de hoje.

2839
2840
2841 **A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR)**
2842 – Eu pedi ao secretariado para imprimir aquela nota, mas pela moção que eu estou
2843 pedindo... Bom, primeiro de tudo quero observar o seguinte, nessa composição da
2844 CTCT agora a indústria não está, isso eu quero lamentar que ela não tenha
2845 pleiteado e fazer um apelo para que ela tenha poder para poder estar participando,
2846 ela tem um papel muito importante nesse processo. Wilson, meus parabéns, eu diria
2847 que essa é uma Moção (...), quer dizer, dar tudo, para ser a mais abrangente
2848 possível. Eu teria pequenas observações com relação, de conteúdo, mas que eu
2849 acho que não altera muito o que foi discutido, tenho certeza que vocês entenderam
2850 que estava incluído. Uma delas refere se, estou entrando aqui, na fala gestões de
2851 riscos associados à água, você coloca, incerteza normais. Então, poderíamos
2852 incertezas previsíveis, porque a previsibilidade é aquela que dá chance a que você
2853 tenha, por exemplo, serviços de seguro. E eu gostaria de adicionar, nesse processo,
2854 como um tema transversal a isso tudo, os serviços ambientais decorrentes desses

processos, quer dizer, por exemplo, seguro, e outras medidas estruturantes relativas a isso. Na cooperação científica com os países vizinhos e (...), fico muito contente com isso, eu gostaria que pudesse incluir “compartilhamos bacias e aquíferos”, não esquecermos as águas subterrâneas. Isso é um papel muito importante. Na questão das mudanças climáticas, o Plano Nacional tem a questão do clima, hoje modernamente gestão integrada inclui clima também. Então, colocar alguma coisa sobre as questões de adaptabilidade, que eu não estou vendo aqui e que são impactantes, não só na água diretamente, como a questão de saúde pública, todas as questões, biodiversidade e essas coisas. Então, e a necessidade de uma interlocução com a política, trazer a política de clima para dentro da política de recursos hídricos e vice versa; como, aliás, de fato já fizemos na consulta do Fórum de climas. Aqui, já naquele quadro que fala das siglas e quais são os atores relevantes, mudanças climáticas e recursos hídricos, eu queria o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Então, meus parabéns, eu espero que esses órgãos tenham esses atores relevantes possam realmente estar sensibilizados e registro, lamento que a indústria não esteja participando desse novo ciclo da CTCT.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado Conselheira. Próximo inscrito.

O SR. JOÃO BOSCO SENRA (Diretor do DRH/SRHU/MMA) – Primeiro eu queria parabenizar a CTCT pela Moção. Eu queria, na verdade, dar um informe, que tomei a liberdade porque represento o Ministério no CT hidro e tivemos uma reunião do CT hidro em que ia definir os programas para 2009. Então, eu apresentei essa Moção, disse que ela não tinha sido votada na reunião anterior porque faltou quórum, tinha sido discutida e deixei no CT hidro para que a Moção pudesse ser incorporada nas diretrizes do planejamento para 2009, que ia ser tomada essa deliberação. Então, me antecipei, como membro do CT hidro e como membro do Conselho, sabendo da importância da Moção para esse novo processo. Eu queria dar um testemunho, de quanto que a CTCT e a Moção 40 e esse processo que vem sendo feito e a própria Câmara Técnica, na reunião que teve com o CT hidro, quanto que isso foi relatado, da importância do avanço no CT hidro da definição das diretrizes, da implementação da Política de Ciência e Tecnologia na área de recursos hídricos a partir do CT hidro. Então, isso foi ressaltado. Então, a própria maneira de compor os editais já vem incorporando essas ações. Acho que isso mostra para nós, aqui do Conselho, mostra que a Moção 40 efetivamente vem sendo implementada, vem dando resultado, apesar de ser uma sugestão, ela pautou o CT hidro, vem pautando e essa moção também, sem dúvida nenhuma, está contribuindo e muito para o CT hidro. Então, queria dar esse testemunho, que foi dito pelo Presidente do CT hidro na reunião, de que essa contribuição da CTCT, dessas discussões, tem sido muito importante na estruturação do próprio CT hidro.

A SR^a. INGRED MILLER (Entidades de Ensino e Pesquisa) – Queria parabenizar a CTCT, particularmente no ex-presidente Wilson Cabral, que foi indicado nosso aí, das entidades de ensino e pesquisa, que presidiu tão bem essa Câmara. Eu sei que o comentário que vou fazer não compromete, mas pelo menos em um daqueles assuntos ali das atividades, tem a agência de fomento, que é o CT-Energ, que sei que já está financiando estudos na área de mudanças climáticas. Então, caberia acrescentar ali. Também ali no “para o uso eficiente da água em energia”, também

cabe acrescentar o CT-Energ; gestão de riscos associados à água, que o setor de concessionárias está fazendo vários estudos de planos de ações emergenciais; e em vários outros. Ali também o CT-Energ tem feito trabalhos, principalmente em tecnologias sociais para uso sustentável da água. Mas era mais para agradecer o empenho do Wilson, que era o nosso indicado na Câmara, pelo excelente trabalho produzido.

O SR. JOÃO CLÍMACO (Conselheiro/ONGs) – Eu queria fazer um registro, porque eu tive especial carinho por essa Resolução, que era uma das poucas que a gente vê que tem um efeito muito operacional, muito prático dentro do campo da tomada de decisões do setor público, em especial a CT-Hidro. Esse registro vai ao encontro do meu cumprimento à nossa Presidente da Câmara, Tereza, que com muita competência, sucedendo o Wilson, se colocou à altura também da competência do anterior presidente da Câmara. Foi uma surpresa boa e acho que precisamos ter presidente de Câmaras como você, em outras câmaras, porque democrática, atua de maneira muito competente na gestão das diferenças de opiniões e tudo mais. Então, eu queria fazer esse registro e dizer que essa Resolução inova no que diz respeito a alguns aspectos que não tinham na outra, estou falando isso porque já que o João Bosco tem esse papel lá no que diz respeito à CT-Hidro, um dos motivos de termos colocado a questão do desenvolvimento e aperfeiçoamento institucional ser objeto dessa Resolução, é que a construção do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e a própria Política Nacional de Recursos Hídricos foi uma política instituída e a Sociedade Civil ficou... Foi instituída por um setor que tem certa hegemonia no discurso, na produção das idéias, na ideologia da própria política e não foi uma política construída em cima de um debate que havia uma motivação da sociedade para isso. A sociedade foi induzida, na verdade não foi instituinte desse processo, de modo que nós vemos em toda essa trajetória dos 10 anos uma hegemonia de um olhar muito tecnicista e burocrático da política. Então, nós vemos comitês de bacia sendo insuficientes, alguns comitês não estão atuando. Essa idéia de fazer o desenvolvimento institucional, aperfeiçoamento do desenvolvimento institucional tem muito a ver com a contribuição das Ciências Sociais, no sentido de fortalecer os comitês de bacia como instância de gestão, utilizando das ferramentas das Ciências Sociais e pedindo ao setor hegemônico da tecnocracia e da tecnologia, que entenda que essa contribuição pode resolver vários problemas da insuficiência de alguns comitês de bacias, com fundo de pesquisa para fazer análise, avaliação de eficácia e eficiência institucional dessas instâncias de gestão. Fica o meu registro e agradecer à Presidente pela conduta dos trabalhos. Espero que seja aprovada.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado. Durante a fala da Tereza registraremos as inscrições eventuais, possíveis inscrições, senão seguiremos para deliberação. Por favor, Tereza.

A SR^a. TEREZA CRISTINA ESMERALDO DE OLIVEIRA (PRESIDENTE DO CTCT) – Obrigada, Secretário. Essa Moção foi um trabalho que começou desde gestões anteriores, o Wilson foi nosso presidente anterior, começou com o trabalho da Moção, 40 que já foi uma consequência, na realidade, de pesquisas que vínhamos desenvolvendo na Câmara Técnica e percebemos, “olha, estamos precisando gerar esse pedido de demandas não só para o CT hidro, porque tradicionalmente o CT

2959 hidro, pelo CNRH, já recebe essa indicação de demandas”. Mas, precisávamos mais
2960 do que o CT hidro sensibilizar todo o setor de pesquisa e isso é importante. Estou
2961 feliz dessa participação que vocês Conselheiros estão tendo e a indicação, o pedido
2962 de que consultemos também outras Câmaras Técnicas, que nós tivemos
2963 contribuições da CTIL e que com certeza outras Câmaras Técnicas teriam algo mais
2964 a contribuir, nós levaremos em conta que essa idéia de que isso aqui, sempre que
2965 está sendo atualizado, sempre temos que estar tendo essa sensibilidade, esse
2966 trabalho de prospecção do que está sendo mudado, o que realmente está sendo
2967 necessário realizar e sensibilizar as instituições, tanto públicas, quanto privadas, as
2968 agências de fomentos, como outras que possam atuar nesse financiamento. A
2969 proposta do Rosalvo, ele até tinha me procurado antes e sentido falta, me cobraram,
2970 “vocês tiraram o reuso”, por causa da atualização. O reuso, de certa forma, foi
2971 contemplado em diversos editais. No entanto, entendemos que realmente é um tema
2972 super importante. Na nossa Câmara Técnica é um tema, inclusive que nós tínhamos
2973 um Grupo de Trabalho específico sobre reuso. Então, é um trabalho que nós
2974 realmente enfocamos, está no Plano Nacional de Recursos Hídricos, é um tema
2975 prioritário. Entendemos que essa proposta dele, é válida colocarmos nessa proposta
2976 de Moção, retomarmos esse tema para ele continuar sendo provocado junto as
2977 agências de fomento para serem financiados. Só para adiantar de vocês, isso é para
2978 demonstrar como os trabalhos da Câmara Técnica resultaram nesse caso para uma
2979 proposta de Moção, mas resultou também, na reunião do CT hidro, que nós criamos,
2980 na Câmara Técnica, dois Grupos de Trabalho, um sobre reuso, outro sobre
2981 inovação. O grupo de inovação, nós estamos trabalhando essa proposta do uso
2982 eficiente da água, da certificação, nós estamos trabalhando nisso e colocamos ao
2983 CT hidro a necessidade de um edital específico para uso eficiente da água e foi
2984 aprovado. Independente dessa proposta de Moção, nós fomos à reunião do
2985 Conselho de Gestores de Recursos Hídricos e o CNPq vai lançar um edital
2986 específico sobre isso. Então, o trabalho da Câmara Técnica é um trabalho muito
2987 rico, é uma experiência maravilhosa participar, convido os Conselheiros que ainda
2988 não participam, a participarem também, porque é muito rico, muito, constrói
2989 resultados que não são contabilizados só como Moção de Resolução. E peço a
2990 todos pela aprovação desta nossa proposta, com os ajustes que se fizerem
2991 necessários. Obrigada.

2992
2993
2994 **O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH -**
2995 **SRHU/MMA)** – Muito obrigado, Tereza. Não há mais inscritos. Eu vou passar ao
2996 Sérgio para que ele possa fazer algumas considerações, inclusive sobre as diversas
2997 contribuições ao texto, para que a partir da sua fala oriente a nossa votação,
2998 encaminhamento em Plenário. Por favor.

2999
3000
3001 **O SR. WILSON CABRAL DE SOUSA JÚNIOR (CONVIDADO)** – Fazendo aqui um
3002 balanço do que foi apresentado, a primeira consideração abordou a questão dos
3003 comitês e da participação dos comitês, de uma necessidade de participação maior
3004 dos comitês nessas definições. Eu esqueci de colocar uma, ato falho meu, uma das
3005 reuniões da Câmara Técnica, inclusive foi feita no âmbito do Fórum Nacional de
3006 Comitês, e teve a participação de comitês para apresentação dessas demandas. O
3007 Rosalvo colocou a proposta de se incluir o reuso. O reuso saiu da Moção, estava na
3008 Moção 40 e foi retirado após uma discussão um tanto quanto polêmica, até porque
3009 envolveu um outro processo que estava ocorrendo na CTCT, que era da aprovação
3010 da resolução de reuso. Então, entendeu-se que por um lado reuso já vinha sendo

3011 contemplado em alguns editais, a idéia aqui é priorizar, eu sei que se formos não
3012 priorizar, teremos 500 outros temas para colocar aqui, mesmo temas que possam
3013 ser considerados prioritários. Mas eu não vejo problema nenhum em se reinserir o
3014 reuso, faço até a sugestão que se utilize o *caput* do texto que você propôs, com o
3015 texto que já estava contemplado na Moção 40. E faço uma provocação, vamos
3016 aprovar a resolução de reuso e aí a gente também segue com a... A Ninon colocou
3017 algumas considerações que eu acho que são puramente, algumas até semânticas,
3018 dá para colocar no texto sem problema algum, só uma questão. No quadro que você
3019 chamou de atores relevantes, na verdade não são atores relevantes, são os
3020 destinatários da Moção, são fundos e instituições que aportam recursos,
3021 especificamente para pesquisa e para desenvolvimento científico e tecnológico.
3022 Então, eu não vejo, me corrijam se estiver enganado, que o Fórum Brasileiro de
3023 Mudanças Climáticas tenha essa prerrogativa...

3024
3025
3026 **A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR)**

3027 – Isso é um órgão institucional do Governo, é um Fórum criado por decreto... Mas
3028 ele tem mecanismos de fomento.

3029
3030
3031 **O SR. WILSON CABRAL DE SOUSA JÚNIOR (CONVIDADO)** – Bom, sem querer
3032 entrar no mérito da discussão, eu acho o seguinte: se há capacidade de fomento a
3033 partir dele, não vejo problema nenhum incorporar. E a Ingrid colocou a questão do
3034 CT-Energ, não sei por que o CT-Energ não está aí, ele estava nos textos que
3035 viemos desenvolvendo, talvez por um erro de dimensão ele tenha saído no final.
3036 Então, também fazendo essas ressalvas, acho que o texto pode ser aprimorado e
3037 não vejo nenhum problema com o que foi colocado.

3038
3039
3040 **O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH -**
3041 **SRHU/MMA)** – Bom, em regime de votação, com as alterações aqui propostas e
3042 incorporadas pela Câmara Técnica, os Conselheiros que votam pela aprovação da
3043 Moção, por favor, levantem seus crachás. Muito obrigado. Os Conselheiros que são
3044 contrários? Abstenção? Aprovada a Moção e nossos agradecimentos e
3045 reconhecimento pela qualidade do trabalho apresentado. Bom, o próximo ponto de
3046 pauta é apresentação; bom, quais são os pontos seguintes que nós temos? Nós
3047 temos a apresentação da Oficina 10 anos do CNRH, nós temos o Programa
3048 Nacional de Avaliação da Qualidade da Água já programado, inclusive, para a
3049 reunião passada, que acabou não sendo feita. E conclusões da Nota Técnica,
3050 referente aos empreendimentos hidroelétricos. E também, Estado da Implementação
3051 do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Nós temos quatro apresentações, do ponto
3052 de vista do Regimento. Depois tem a parte de informes e o encaminhamento de uma
3053 solicitação que a Ninon nos apresentou, que será colocada ao Plenário. São
3054 16h45min, nós temos uma hora e quinze, é até 18h00min. Sem prejuízo da
3055 qualidade do debate que deve se seguir a cada uma das apresentações, nós temos
3056 o tempo estimado de 20 minutos para cada apresentação, mas se pudéssemos
3057 reduzir na apresentação um pouquinho, quer dizer, o expositor ficar com essa
3058 recomendação, nós ganharíamos um tempo de debate e, talvez, possamos concluir
3059 toda a pauta ainda no dia de hoje. É esse o pedido que nós fazemos ao Plenário.

A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR)

– Eu estou sendo informada pela nossa relatora do processo de empreendimentos, que é o item 5.3, que ela amanhã não estaria aqui, se ela poderia ter prioridade na apresentação, para que tenha certeza...

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Senhora Martha Sugai? Eu acredito que consigamos cumprir a agenda no dia de hoje. Então, nós encaminhamos e se percebermos que não conseguiremos cumprir a agenda toda, consideramos essa solicitação de antecipação ainda para apresentação no dia de hoje. Mas em função desses pedidos, fica aqui a nossa solicitação, sem perda da qualidade e também do debate que vai se seguir, que os apresentadores pudessem utilizar um tempo inferior ao previsto aqui de 20 minutos, que nós conseguiríamos cumprir a agenda toda no dia de hoje. Por favor, para apresentação dos resultados da oficina.

O SR. FRANCISCO CARLOS BEZERRA E SILVA (CONVIDADO) – Boa tarde. Fui facilitador na oficina, "Os 10 anos do Conselho Nacional, proposição", e estou me aventurando aqui a finalizar um relato do que nós trabalhamos. 20 minutos. Eu espero fazer bem mais breve para que a gente possa atender a todos hoje. Essa oficina foi realizada nos dias 3 e 4 de dezembro, contou com 113 participantes das diversas Câmaras Técnicas e mais alguns convidados, e o objetivo dela foi de fazer uma avaliação do funcionamento do Conselho e propor melhorias nesse funcionamento, além de aproximar os membros das Câmaras Técnicas. Bom, basicamente ela foi trabalhada em 3 etapas, uma primeira etapa, que foi na manhã do dia 3, onde foi feita uma apresentação e uma discussão do atual estágio de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e dos desafios demandados ao Conselho, na visão da Agência Nacional de Águas, da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e também da gerência do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Essa apresentação, na verdade, pontuou alguns questionamentos, algumas provocações, principalmente na avaliação que a ANA fez do funcionamento do Conselho Nacional. A ANA fez uma avaliação onde ela analisou os anos a partir da estruturação, do impacto das resoluções, do cumprimento delas nos estados e no relatório impresso que será distribuído junto com isso para vocês, vocês vão poder ver os dados que são muitas informações. Em seguida, houve um pequeno debate e depois nós dividimos todo esse conjunto de participantes em 5 Grupos de Trabalho, com o objetivo de propor esses subsídios para melhorar o funcionamento do Conselho Nacional. Isso diante da avaliação feita e das discussões que foram processadas. No dia seguinte, cada grupo fez uma apresentação das suas proposições e um grupo de sistematizadores agrupou essas proposições dentro de alguns itens previamente acordados. Ou seja, agenda do Conselho, coisas que nós vamos ver adiante. Eu vou trazer um pequeno resumo dessas proposições, lembrando que o conjunto delas vai estar no documento impresso que tem bem mais coisas do que vai estar colocado aqui. Na verdade, um dos questionamentos seria trazer quais são os desafios ao Conselho diante do atual momento, dentro do sistema. E nós agrupamos esses desafios em 3. O primeiro é o desafio de estabelecer uma agenda estratégica, pautando temas que fortaleçam como um Conselho Nacional de Recursos Hídricos, considerando as suas competências legais e atendendo as demandas da sociedade. Isso se deu muito diante da crítica que foi feita que o Conselho, nos 10 anos, das 90 resoluções tomadas, apenas 21% dessas resoluções são passíveis de implementação nos estados. Os demais são somente resoluções que podem ser implementadas na

União. Então, houve a discussão muito forte sobre o caráter nacional do Conselho e se o Conselho realmente é um Conselho Nacional ou Federal. O segundo conjunto de desafios foi relacionado à articulação, o desafio do Conselho de articular com os estados, com os sistemas afins, com os demais entes do sistema, de modo a integrar a gestão dos recursos hídricos com as políticas setoriais. Isso foi também uma tônica bastante forte nas discussões dessa oficina. E o terceiro foi em relação à melhoria do seu funcionamento interno, garantindo uma boa representação e representatividade de seus membros, consolidando as atribuições das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, melhorando o funcionamento de sua Secretaria Executiva e monitorando seus resultados. Outra crítica levantada foi muito em relação ao monitoramento dos resultados do Conselho. Nesse desafio 1, de estabelecer uma agenda estratégica, os pontos que a gente sistematiza aqui – não são todos, como eu já falei – o 1 é que realmente essa agenda contempla interesses nacionais e não interesses pontuais, setoriais apenas. É ter como base o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Essa foi uma tônica muito forte de que o Plano Nacional de Recursos Hídricos está elaborado e cabe essa esse Conselho ter como missão acompanhar sua implementação e estar permanentemente voltado para isso. Buscar atender as demandas do SIGEOR, focalizar na implementação de todos os instrumentos de gestão e identificar temas prioritários em articulação com o CONAMA. Esses são grandes desafios para a agenda. Dentro dessa agenda teve uma questão que foi muito recorrente, de que a Lei nº. 9433/97 deve ser analisada quanto a sua consistência no contexto federativo do País. E temas por ela não regulamentados deverão ser tratados no âmbito dessa agenda. Entre esses temas devem ser inseridos a definição de critérios para a gestão de rios fronteira e transfronteiriços, o estabelecimento de critérios para a definição de bacias de interesse nacional e regional; isso além de outras coisas que vão conter. Essas são ilustrações do que está se pensando na grande agenda nacional. E a proposta para definição dessa agenda, da operacionalização de como chegar nela, ou seja, que a Secretaria Executiva do Conselho deverá receber as demandas para definição da agenda até o mês de outubro de cada ano. E essas demandas, tanto vindo de vocês Conselheiros, quanto vindo dos conselhos estaduais, dos governos estaduais, das Câmaras Técnicas; mas quem quiser propor a pauta dessa agenda até outubro de cada ano. Essas propostas serão sistematizadas e encaminhadas ao Plenário do Conselho, ou aqui para definição das prioridades. Na reunião plenária para a aprovação da agenda deve ser considerada a participação dos presidentes das Câmaras Técnicas e dos membros da Secretaria Executiva do Conselho, possibilitando contribuições, o Conselho aprovará sua agenda estratégica até o mês de dezembro e a pauta das CTs deverá ser estabelecida a partir dessa agenda estratégica. Entretanto, não se exclui a possibilidade, por parte das câmaras, de propor matérias ao Plenário do Conselho, a partir de uma demanda identificada. Ou seja, isso também foi bem colocado. Essa agenda não é um gesso onde ela contém 100%, ela dá uma abertura, mas tem uma agenda nacional que pautará o trabalho do Conselho e das suas câmaras. No desafio 2, que é articular-se com os estados, com os sistemas e os demais entes, de modo a integrar a gestão, tem orientações do diálogo permanente. Bom, tem coisas bem óbvias, mas nós trouxemos o que veio de lá. Tem uma proposição de ativação da Comissão de integração CONAMA e Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ou seja, criada pela Portaria 357 do MMA, mas, incluindo nessa Portaria a definição de procedimentos para deliberações conjuntas. Que essa Comissão busque também definir como chegar às deliberações conjuntas entre os dois conselhos. E a articulação entre os dois conselhos na revisão de seus regimentos e estruturas. O que foi colocado é que os dois estão passando por essa revisão e que é um momento ímpar de reunir os dois e fazer uma

proposição conjunta nisso. E que também essa maior integração do Conselho Nacional com os conselhos estaduais poderá ser alcançada pela promoção de oficinas e workshops, uma coisa ou outra; de integração em função das prioridades nacionais. Pelo estabelecimento de uma dinâmica permanente de diálogo entre as secretárias executivas do Conselho Nacional e do Conselho Estadual, inclusive houve recomendações de como fazer isso, se visita, se faz reuniões antes dessa reunião do Conselho, uma reunião da Secretaria do Conselho Nacional com os conselhos estaduais. Um convite para participação no Conselho Nacional com direito a voz a todos os Conselheiros dos conselhos estaduais e a implantação de um plano de comunicação para os entes do sistema e órgãos gestores. Ou seja, um plano de comunicação do Conselho direto para os entes do sistema e órgãos gestores. Desafio 3. É o terceiro conjunto que é para melhorar o funcionamento. Ou seja, em termos gerais uma revisão na composição, garantindo maior participação da sociedade. Tem muita discussão por que foi levantado que o Conselho tem um predomínio muito forte dentro de um determinado seguimento e que nessa revisão deveria buscar maior participação. Uma melhoria na representação e na representatividade. Que as discussões nas Câmaras Técnicas sejam pautadas pela agenda e com a produção de relatórios regulares; um planejamento, monitoramento e avaliação de desempenho, uma melhor estruturação e definição de papéis na Secretaria Executiva e uma definição de procedimento para elaboração e tramitação dos processos de resolução, moção, uma coisa mais clara e mais bem definida. Bem, agora as proposições que foram feitas para o planejamento. Ou seja, estabelecer metas e prazos em função da agenda aprovada, a agenda ser detalhada no âmbito das Câmaras Técnicas com a elaboração de uma proposta de termo de referência que será consolidada pela Secretaria Executiva e aprovada pelo Plenário, ou seja, em dezembro. Com a aprovação da agenda, as câmaras técnicas têm um prazo para elaborar seu o plano de trabalho de detalhamento disso que vai ser aprovado pelo Plenário; e considerar a incorporação em qualquer tempo de questões extemporâneas. Foi citado inclusive o caso de Santa Catarina. Um evento que ninguém está esperando que não possa ser fechado nesse planejamento. Bom, se tem planejamento, se tem também monitoramento. As sugestões são que seja feita uma definição de indicadores quantitativos e qualitativos para avaliação de desempenho com mediação externa. Quando o Rodrigo flecha apresentou a avaliação da ANA, colocou e foram questionadas depois, várias pessoas levantaram esse questionamento, de que resoluções e moções não são indicadores completos para um determinado item. Ou indicador de representação e representatividade não poderia ser apenas a hierarquia do membro. Então, como foi colocado, era uma provocação para se fazer refletir e aprofundar essa discussão. Então, que sejam definidos esses indicadores de quantidade e qualidade para avaliação de desempenho com mediação externa. E o que esses indicadores devem auxiliar a monitorar? O desempenho e a efetividade na formulação das políticas de recursos hídricos, ou seja, a própria missão do Conselho; o atendimento às metas e objetivos estabelecidos no plano de trabalho do Conselho e o cumprimento do cronograma da agenda. Ou seja, esses indicadores voltaram para esse monitoramento. Bom, com relação ao funcionamento das câmaras técnicas. Ocupou bastante tempo essa discussão, porque a oficina tinha um caráter propositivo, não era deliberativo, então, o que vinha tinha que ser de certa forma, incorporado. A sugestão de realizar um diagnóstico para subsidiar avaliação sobre possíveis alterações. Isso surgiu de quê? Já na fala inicial da manhã, da secretaria, foi feito esse questionamento pelo secretário, se essa estrutura cristalizada de dez câmaras permanentes, se isso era realmente o ideal para o Conselho, se isso não poderia ser revisto. Coisas nesse sentido. Então, foi feita toda essa discussão. Mas para chegar nisso precisamos

3218 realizar um diagnóstico para subsidiar a avaliação sobre possíveis alterações. Se há
3219 necessidade. Também proposta de manutenção da estrutura atual, sem nenhuma
3220 alteração, proposta de extinção das Câmaras Técnicas permanentes, mantendo
3221 permanentes apenas a CTIL e a CETEM. A definição de uma sistemática de
3222 integração entre as Câmaras Técnicas e destas Câmaras Técnicas com o Plenário.
3223 Ou seja, como é que vai ser feita essa integração nesse trabalho? Precisa ter uma
3224 sistemática. E criar, em cada Câmara Técnica, uma coordenação de resoluções, ou
3225 seja, na Câmara Técnica ter alguém com a responsabilidade de coordenar o
3226 processo das resoluções. Bom, a CTIL foi o ponto maior da discussão quando se
3227 entrou nas Câmaras Técnicas, nós tivemos diferentes proposições, uma delas, de
3228 um lado transformá-la em uma CT com função de filtro das resoluções, ou seja, só
3229 vem para o Plenário o que passar e for aprovado pela CTIL; e essa câmara ser
3230 formada apenas por Conselheiros com direito a voto. Isso uma proposta levantada
3231 lá. Por outro lado, tem outra proposta que contrapõe a isso, que é uma delimitação
3232 das atribuições dessa câmara de modo a reduzir suas interferências quanto ao
3233 mérito das proposições, ater-se apenas aos aspectos legais e institucionais. Isso foi
3234 muito batido, essa discussão de que a CTIL às vezes passa adiante, inclusive tem,
3235 no relatório escrito, algumas sugestões de que muitas coisas também acontecem
3236 por que vão rever vírgula, vão rever fórmula, coisas que perdem muito tempo em
3237 cima disso; e que para isso recomenda-se até que a Secretaria Executiva tenha no
3238 seu quadro, um profissional que já possa pegar a proposta de resolução de qualquer
3239 câmara técnica, (...) dentro do formato para mandar para a CTIL que para que ela se
3240 atenha apenas à institucionalidade e à legalidade disso. E não ficar nesse sentido.
3241 Mas a CTIL tem essas sugestões. Com relação à Secretaria Executiva, foi avaliada a
3242 necessidade de ser reestruturada para permitir essa ampliação de ações que estão
3243 sendo solicitadas a ela, como: a elaboração e monitoramento do Plano de Trabalho,
3244 a criação de um núcleo de comunicação e marketing no âmbito do Conselho, o
3245 acompanhamento e articulação das pautas nas Câmaras Técnicas, ou seja, ficou
3246 também se questionando quem deveria fazer isso e foi colocado por alguns dos
3247 membros o quê? Que às câmaras, às vezes, têm dificuldade de estabelecer um
3248 prazo para entregar aquela discussão na forma de uma proposição, mas que
3249 poderia já pautar, dentro do termo de referência, os relatórios de situação com
3250 prazos definidos. Então, teria um trabalho da Secretaria nisso. A promoção de
3251 eventos e mecanismos de integração que tem sugerido aqui uma boa quantidade
3252 para isso e a integração com os conselhos estaduais. Como falei anteriormente, foi
3253 uma tônica bastante discutida, a necessidade de o Conselho Nacional buscar e
3254 fortalecer essa articulação. Então, ser uma atribuição da Secretaria Executiva para
3255 isso. Com relação à comunicação tanto interna quanto externa, otimizar as
3256 tecnologias de comunicação, foi sugerido que as CTs inclusive utilizem mais a
3257 Internet nas suas discussões; são sugestões colocadas. Um plano de comunicação
3258 para os entes do SINGER e um para toda a sociedade. A criação de redes de
3259 informação em cada segmento; vocês estão vendo que tem coisas aí que são
3260 recomendações que devem ser buscadas. Inserir no site um canal para recepção de
3261 sugestões; divulgação do Conselho Nacional nos diversos eventos – aí uma
3262 sugestão. Bom, com relação à revisão de Regimento, o que foi colocado no início? É
3263 que este ano o Conselho está contratando uma consultoria para fazer uma avaliação
3264 do Conselho, inclusive, com proposição, de que essa oficina e esse documento é um
3265 momento de contribuição, mas lá já foram pensadas algumas questões. A
3266 representação setorial, ampliando a participação dos segmentos, que quando for
3267 fazer essa revisão, ampliar essa participação dos segmentos. Foi muito discutida a
3268 história da paridade dos segmentos, dentro disso; as atribuições do Conselho
3269 Nacional, aí também ninguém sabe se cabe nessa revisão rever atribuições, porque

atribuições quem revê é lei, não é isso? Mas, dando ênfase às questões estratégicas de formulação e arbitragem, deixando as questões operacionais para a Secretaria Executiva. A ANA inclusive apresentou uma proposição disso. De colocando entre as 16 e 17, um conjunto de atribuições que o Conselho tem hoje, quais seriam aquelas que realmente seriam o foco de atuação do Conselho, aquelas que são voltadas para formulação e acompanhamento da política e as de arbitragem, deixando aquelas que são mais operacionais, para a Secretaria Executiva, que é o órgão gestor nacional. Reformular procedimentos para pedido de vistas. Ou seja, os segmentos que participam de uma Câmara Técnica proponente não poderão fazer pedido de vista do que veio daquela Câmara. Isso, inclusive hoje já apareceu aqui e parece que tem sido essa discussão: de onde veio a justificativa para isso. É exatamente na questão da representatividade dos membros nas câmaras, ou seja, é obrigação do segmento, de certa forma na compreensão dos participantes, acompanhar o que os seus indicados estão discutindo nas câmaras. Então, se chega a proposição no Plenário, aquele segmento, a princípio já deveria ter pactuado no âmbito da câmara e não fazer essa solicitação. Instrumentalizar, através de resoluções e moções todas as decisões. Eu acredito que para por aqui. E essas outras recomendações; não sei como, mas vocês devem buscar fazer isso, estabelecer programas de fortalecimento das políticas estaduais, mediante o critério da meritocracia; condicionar o repasse de recursos para os estados; à implantação das instâncias e mecanismos de gestão dos recursos hídricos; ou seja, mais ou menos eu não sei se estou cometendo uma barbaridade, mas talvez o que o Pró-Água nacional vem propondo fazer. Condicionar o apoio institucional, financeiro e políticas estaduais a ausência de deliberações e as ações jurídicas que questionem a legalidade dos atos dos agentes públicos. Bom, também são recomendações, são proposições e eu acredito que fiz uma síntese breve. Estou entregando aqui em meio magnético já o nosso primeiro resumo. Nós chamamos de relatório preliminar, para ser distribuído para todos vocês, onde vocês podem apropriar-se disso, inclusive com a síntese do que foi dito nas primeiras falas. É isso. (Palmas!) Eu espero estar liberado, porque no debate eu estou sendo apenas um porta-voz.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado. Queria cumprimentá-lo pelo poder de síntese. Fique aqui conosco nesse tempo. Apenas 3 pequenas e breves considerações. Quando ele se referiu a determinado segmento que tem maioria, leia-se Governo Federal, maneira elegante. A segunda, quando tem uma pequena precisão, a extinção das câmaras técnicas, não é extinção das câmaras técnicas, é que elas sejam câmaras flexíveis e uma observação de que os participantes dos segmentos na Câmara Técnica não tenham pedido de vista, segundo nosso advogado, ali na verdade é o representante. A pessoa que tem direito a voto é que está lá, não o segmento representado, porque se a pessoa não acompanhou, ela está aqui no Plenário, mesmo que esteja no mesmo segmento, o segmento teria essa autonomia. Só uma precisão em relação às questões que foram formuladas, mesmo por que algumas delas, as pessoas que estavam aqui presentes nos ajudaram a precisar essas questões. Bom, eu queria fazer uma recomendação de que na verdade não está em debate nenhuma dessas proposituras. Elas são discussões que apareceram que serão sistematizadas. Algumas serão encaminhadas por que são de procedimentos, então serão encaminhadas pela Secretaria Executiva e aquelas que demandem deliberação do Conselho serão apresentadas oportunamente dentro do processo de revisão do Regimento. Então, ao invés de termos uma revisão pontual do Regimento, a idéia era constituir um conjunto de propostas que depois, aprovadas

em Plenário, dessem origem ao novo e futuro Regimento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Nós podemos aqui abrir para discussão. Não sei se poderíamos garantir 3 inscrições e depois continuaríamos com a apresentação para buscarmos a conclusão da agenda do dia de hoje. Pode ser esse o encaminhamento? No máximo 3 inscrições de 3 minutos se alguém desejar falar. Não será fulminado por nenhum dos demais Conselheiros, mas 3 comentários e na seqüência passaríamos para a apresentação do Programa Nacional de Avaliação e Qualidade da Água. Alguém gostaria de usar a palavra? Muito obrigado. Obrigado pela contribuição de todos os Conselheiros. A idéia é que o relatório que será entregue a todos os participantes será entregue evidentemente a todos os Conselheiros com uma contribuição do debate havido durante essa oficina. Então, todos os Conselheiros receberão o material que será produzido. Passamos então ao item 5.2 da ordem do dia, que é a apresentação do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da Água, Marcelo Pires Costa, gerente da Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas para sua apresentação. Você tem 20 minutos, lembrando da possibilidade da abreviação desse tempo, à sua consideração. O seu tempo é de 20 minutos.

O SR. MARCELO PIRES COSTA (ANA) – Eu vou tentar ser bastante breve. Acho que eu tenho uns 20 slides, acho que consigo fazer em uns 15 minutos. Bom pessoal, tentando ser bastante breve aqui nessa apresentação, a idéia é informar sobre esse Programa Nacional que está sendo implementado pela ANA. De início apresentar um breve diagnóstico das redes estaduais de monitoração de qualidade de água. Hoje no País a gente tem em 18 estados e o Distrito Federal com rede de monitoramento. Isso dá um total de 2000 pontos e uma densidade de 0,26 que é bastante baixa se compararmos com outros países. A gente percebe que vários estados não têm redes estaduais de monitoramento, a maior parte deles na região amazônica, também Piauí e Maranhão e Santa Catarina. Ou seja, vários estados hoje não têm essas redes. Se olharmos em termos de densidade de pontos de amostragem, ou seja, qual é a densidade desses pontos para cada 1.000 quilômetros quadrados do território, nós vemos que existe uma variedade muito grande de estratégias de monitoramento. Alguns estados com uma densidade bastante alta, como São Paulo e Paraná; com e outros com uma densidade bastante baixa. Ou seja, o esforço de coleta de dados de qualidade de água é bastante diverso entre os estados. Se a gente olhar o número de parâmetros monitorados, também é bastante diverso. Alguns estados monitoram mais de 50 parâmetros, como São Paulo, Minas e Rio de Janeiro; outros estados monitoram menos parâmetros. Se a gente olhar a frequência de coleta, também existe uma diversidade muito grande. Por exemplo, aqui no Distrito Federal a coleta é mensal, em outros estados a coleta é bimestral, em outros é trimestral, outros quadrimestral. Ou seja, o que isso causa? Causa uma dificuldade muito grande de fazermos um diagnóstico nacional de qualidade de água. Porque temos várias estratégias de densidade de pontos, de frequência de parâmetros. Além dessas redes estaduais, existe também a rede hidrometeorológica nacional, que é operada pela ANA, que tem 1.340 pontos. A coleta de qualidade é feita nas estações pluviométricas, tem uma frequência trimestral, mas só mede 4 parâmetros, que são aqueles feitos com sonda em campo. Aí um resumo desse diagnóstico. Não temos redes estaduais em 8 Unidades da Federação; em âmbito nacional poucos parâmetros são monitorados. A densidade de pontos de monitoramento é baixa. Essas diferenças dificultam a comparação de resultados. A divulgação das informações é insuficientes em vários estados. Isso é um problema, alguns estados até têm redes boas, mas a divulgação não ocorre de

maneira adequada. E outro aspecto importante é que falta sustentabilidade financeira para garantir a continuidade desse monitoramento. Algumas redes começam, param, voltam depois. Bom, o que esse programa quer entre os objetivos principais? Criar uma Rede Nacional de monitoramento de qualidade de água. Essa rede nacional nada mais é do que as redes estaduais funcionando com critérios mínimos. Para isso vamos ter que estabelecer diretrizes nacionais para essas redes, ou seja, um padrão nacional de monitoramento para parâmetros, frequência de coleta e outros. A gente vai ter que apoiar os estados para que eles estruturem seus laboratórios, tenham capacitação de pessoal e consigam operar essas redes. Ou seja, vai ter que ter fluxo de recursos para os estados melhorarem suas redes. A gente vai precisar criar uma base de dados nacional sobre qualidade de água, ou seja, essas informações dos estados serem armazenadas em uma base de dados única. A gente também precisa de uma base de dados de fontes poluidoras e ter um portal de monitoramento na Internet; que a gente possa divulgar essas informações para a sociedade. Isso tudo em âmbito nacional. E também a gente elaborar um relatório nacional de qualidade de água, porque isso nós não temos hoje. O programa se divide em quatro sub-componentes, um é essa rede que eu acabei de falar, o segundo componente é padronizar parâmetros e procedimentos de coleta e análise de laboratório. Outro componente é a estruturação de laboratórios e capacitação de pessoal; e o quarto é pegarmos essa informação, avaliar e divulgar para a sociedade. Com relação a rede nacional, quais seriam os objetivos? A gente está falando aqui de uma rede de tendência de evolução da qualidade das águas, ou seja, não é rede de alerta. Queremos avaliar se a qualidade da água atende aos usos estabelecidos pelo enquadramento, que isso é essencial para acompanharmos as metas de enquadramento, se elas estão sendo alcançadas, é essencial termos redes de qualidade adequadas. Essas informações vão apoiar ações de planejamento, outorga, licenciamento e fiscalização que usam informações de qualidade da água. E outra coisa importante é a gente avaliar a efetividade das ações de gestão. O que isso está realmente causando de melhoria da qualidade dos rios. Nós estabelecemos algumas metas para esse programa que a gente ainda entrando em consenso com os estados. Visitamos 11 estados apresentando esse programa, tivemos uma recepção bastante boa. Isso que eu vou apresentar na sequência ainda está em discussão. A gente tem essa situação atual, que eu mostrei, de densidade de pontos e estamos como uma meta para 2015 essa situação: a região amazônica com uma densidade menor, porque óbvio, não vamos colocar densidade de pontos igual para o País inteiro, porque tem toda a questão de logística, as grandes distâncias. A região costeira, onde se concentra a maior parte da poluição das águas, vai ter uma densidade de um ponto para cada 1.000 quilômetros quadrados; uma região intermediária com uma densidade também intermediária de 0,5 e um aspecto importante: essa região 4 aqui por causa da questão dos açudes, principalmente. Temos que ter uma abordagem específica para essa região, porque tem problemas de atrofização desses açudes; isso tem que ser acompanhado em mais detalhes. Com relação à frequência estamos propondo essa região aqui com uma frequência mínima semestral, e o resto do país com uma frequência mínima trimestral. De novo, são critérios mínimos. Se o estado já faz monitoramento hoje com uma frequência maior, ele não tem necessidade de voltar para uma frequência trimestral. Com relação aos parâmetros de qualidade, pegamos um trabalho que foi essa oficina de definição de indicadores mínimos de qualidade de água; ela foi promovida pelo PNMA em 2001 e contou com a presença de todos os estados, e os estados chegaram nessa lista mínima de parâmetros para monitoramento de qualidade de água. Então, se tivermos aqui os físico-químicos básicos, como oxigênio, PH, temperatura; microbiológico que são os coliformes;

3426 indicadores biológicos clorofila e fitoplâncton para ambientes lênticos e questão dos
3427 nutrientes. A princípio estamos adotando essa lista, mas isso aqui também está em
3428 discussão com os estados. Talvez essa lista aumente em alguns parâmetros. Para
3429 os demais parâmetros, por exemplo, essa lista não tem metais pesados, pesticidas.
3430 Dentro do programa nós pensamos que esses parâmetros seriam analisados em
3431 campanhas específicas. Não estariam fazendo parte da rede normal de
3432 monitoramento. O fluxo da informação, a gente pensou no seguinte, nos estados
3433 vamos ter instalado o HIDRO, que é o sistema da ANA de base de dados geral de
3434 informação de qualidade da água e de vazões; e via Internet os estados alimentam
3435 essa base nacional que na verdade é o módulo de qualidade de água do SNIR.
3436 Então dentro desse módulo teremos o HIDRO recepcionando as informações de
3437 qualidade de água. Uma base de dados de fontes poluidoras, que vai estar
3438 conectado com a base do IBAMA, que é o cadastro nacional de fontes poluidoras; e
3439 outra base de dados dos órgãos integrantes. Tanto o IBAMA quanto os órgãos
3440 gestores estaduais, que têm redes, vão alimentar essa base e a gente vai ter uma
3441 divulgação externa via um portal de qualidade de água. Com relação à divulgação
3442 das informações, a gente já pensou em alguns produtos, aquilo que eu falei: um
3443 relatório nacional de avaliação de qualidade de água. Esse produto aqui, na
3444 verdade, é o panorama nacional de qualidade de água que fizemos em 2005 e teve
3445 um sucesso bastante grande, teve mais de 40 mil downloads na internet.
3446 Obviamente vamos ter os relatórios estaduais e o programa também estaria dando
3447 aporte de recursos para os estados elaborem seus relatórios. Temos o relatório de
3448 conjuntura de recursos hídricos que aborda vários temas e um deles é qualidade de
3449 água. E teríamos aquele portal na Internet que teria as informações disponíveis em
3450 forma de mapa, gráficos. Esses seriam os produtos para a divulgação. Com relação
3451 ao curso do programa, estamos trabalhando com um horizonte de até 2015.
3452 Estimamos um total de 46 milhões para esse período todo. A maior parte do recurso
3453 vai para a operação da rede, uma parte razoável, 10% para laboratórios e
3454 capacitação; e outra para estudos específicos. As fontes de recursos, principalmente
3455 o Pró-Água que estamos usando para a elaboração do projeto dessa Rede Nacional,
3456 que vamos ter um diagnóstico mais detalhado de todas as redes estaduais. O
3457 orçamento da ANA e aí precisamos incluir uma rubrica no PPA; o CT-Hidro para a
3458 questão de capacitação de Recursos Humanos nos estados e parceria com o PNMA
3459 3, para trabalharmos principalmente na questão de estruturação de laboratórios,
3460 padronização de procedimentos. E também uma parte vai ser orçamento dos
3461 estados como uma contrapartida. O cronograma do programa. Já estamos com
3462 atividades agora do projeto da rede aqui em 2008, já devemos contratar agora no
3463 início de janeiro o projeto da Rede Nacional. Ao longo do ano que vem, vamos
3464 realizar oficinas com os estados para chegar ao consenso sobre aqueles critérios
3465 mínimos e ao longo de 2010, a questão de estruturação de laboratório que são de
3466 capacitação, principalmente a partir de 2010, quando já tivermos os critérios
3467 mínimos estabelecidos. E a partir do ano que vem, na verdade já começou a criação
3468 dessa base de dados nacional de qualidade de água. E aí, vai até 2015. A partir de
3469 2015 temos uma atividade contínua, ou seja, atividade da rede normal. Bom, esse
3470 programa está sob coordenação do Dr. Bruno Panhoquesqui, diretor da área de
3471 projetos e conta também com o Dr. Paulo Varella e João Lotufo como
3472 subcoordenadores. Obrigado, meu e-mail está aqui, quem quiser mais informações.
3473 (Palmas!)

3474
3475
3476 **O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH -**
3477 **SRHU/MMA) –** Muito obrigado Marcelo. Há inscrições em Plenário. Por favor,

Marcelo, fique conosco. Vamos fazer o encaminhamento de primeiramente 3 inscrições, já há essas 3 inscrições, vindo lá do fundo para cá, Rosalvo e depois a gente verifica o restante do encaminhamento.

O SR. ROSALVO OLIVEIRA (CTPOAR/MI) – Dr. Marcelo, eu queria ver a questão da base territorial. A minha discussão vai à direção da base territorial, porque o senhor colocou a questão dos relatórios estaduais de qualidade da água, quando eu entendo, muito humildemente de que a avaliação deveria ser por bacia, semi-bacia e segundo que nós deveríamos ter o mapa e lá no Ministério da Integração nós temos isso; porque eu trabalho na Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Políticas, o mapa do PIB nacional. Naquelas regiões onde o PIB fosse grande, conseqüentemente eu posso supor de que eu utilize mais água, tenha mais poluição, é que eu deveria ampliar o monitoramento da qualidade da água. Então, a minha pergunta é no sentido de por que não esta lógica das bacias e por que não a lógica do PIB ou das atividades econômicas no País.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado Rosalvo. Walter.

O SR. WALTER – Só queria fazer uma observação com relação à apresentação e talvez seja exatamente por falta de conhecimento, mas eu não vi a palavra integração e na realidade esse tema de integração, o próprio secretário está sendo bombardeado e a partir de agora com maior intensidade, exatamente com relação às ações de integração entre meio ambiente e recursos hídricos com saneamento. E um termo que nós vamos usar frequentemente aqui é exatamente as Metas Progressivas de Sistemas; principalmente de esgotamento sanitário. E essa minha fala vem a propósito especificamente de qualidade de água, dos quais as companhias de saneamento, operadoras de saneamento públicas, privadas, municipais e estaduais têm por obrigação fazer esse controle de qualidade e na apresentação eu não vi essa possível integração e se falou muito, inclusive, com laboratórios, capacitação de laboratórios. Quer dizer, um custo adicional que eu não sei até que ponto isso estaria integrado ou poderia se integrar até na ação dessas empresas. Isso é muito importante, tendo em vista que em uma falta de recursos, como é o nosso, que esse ponto de integração e de usar estruturas existentes, eu acho que é uma prioridade número 1.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado. Há a inscrição do João Bosco, que completa a terceira, do Dalton e do Clímaco. Eu queria então encerrar as falas nessas 3. Fui motivado pela necessidade de colocar o Dalton como inscrito, palmeirense como eu, então, uma concessão palmeirense. Mas eu pediria bastante brevidade e depois eu encaminho ao Marcelo para que faça uma colocação de âmbito geral em função da qualidade das intervenções que já estão sendo postas em Plenário. João Bosco, por favor.

O SR. JOÃO BOSCO SENRA (Diretor do DRH/SRHU/MMA) – O meu também é bem rápido, até porque uma era a questão do recorte e já foi dito aqui, das bacias. A

outra questão também que foi abordada; eu estava lembrando a Portaria do Ministério da Saúde, com o Ministério da Justiça e Defesa do Consumidor, acho que ela tem que balizar um pouco, até porque identifica alguns parâmetros. E a terceira, é porque chama Programa Nacional de Avaliação de Qualidade das Águas Superficiais, acho que é bom colocar superficiais, porque aí não envolve as águas subterrâneas que estamos trabalhando no outro programa.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado. Dalton, pelo tempo que desejar desde que não ultrapasse 3 minutos.

O SR. DALTON – Boa tarde a todos. Eu gostaria de corroborar com o Suriani, na questão de fazer alguma tratativa com os serviços de águas também, que já são obrigados a fazer esse monitoramento e perguntar qual a sistemática que estaria on-line, através de sondas multiparâmetros, o custo operacional disso com transmissão, se está sendo levado em conta para todo esse cronograma que vocês estão colocando; porque nós tivemos um exemplo lá na região, com a SANASA, através do 001, que nós temos o programa de cobrança voluntária da água e nós colocamos duas sondas fixas e uma móvel multiparâmetros e já fazem 4 anos e até agora não conseguimos sincronizar esses sinais, esses apontamentos. Então, a dificuldade de com 2 sondas que nós tivemos em uma região propícia de colocar até sinais de transmissão para computador com facilidade, nós estamos ainda com dificuldade junto ao serviço de água de Campinas através da SANASA, da qual o secretário foi presidente e também de Valinhos. Então, a dificuldade de como estão analisando isso aí. Obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado Dalton, João Clímaco é o último inscrito.

O SR. JOÃO CLÍMACO (Conselheiro/ONGs) – Estamos vivendo um momento de bom humor nesse Conselho, cada vez maior. Eu tenho que pedir desculpas a vocês, por falar em bom humor, nós tivemos uma revista que foi celebrativa dos 10 anos e a pessoa que foi encarregada de elaborar essa revista pediu constantemente a minha participação nessa revista. E eu tenho uma vida extremamente atribulada. Eu trabalho em projetos na área de agricultura, não vivo de recursos hídricos; eu trabalho com agricultura familiar e tenho uma agenda muito complicada e fiquei super carregado de trabalho e ainda mais estávamos vivendo um momento de tristeza imenso com tantas resoluções e tantas dificuldades nas Câmaras Técnicas que estavam me deixando quase desanimado de pensar assim: “Será que no ano que vem eu vou ter que gastar meu tempo com esse Conselho?”, porque ainda me pedem um artigo, porque não gostaram do artigo antigo. Que tem que ser um artigo mais celebrativo, efusivo, uma coisa assim como se eu tivesse vivendo um ambiente de Eros vencendo totalmente o Thanatos; e não é verdade. Então, eu falei para a pessoa da revista, eu disse, “Eu não estou com clima de fazer esse artigo, porque não estou tendo vitórias nenhuma nesse Conselho, estou vendo só dificuldades e desafios cada vez maiores”. Merece, tem coisas muito boas aqui no Conselho, eu queria dizer que merecia um artigo efusivo, eufórico; até o fato de eu estar aqui é uma vida celebrada. Mas, infelizmente eu não fiz, então estou pedindo desculpas,

3582 porque eu fui um pouco ausente, indelicado até, de não ter feito o pedido do
3583 secretário. Então, eu vou fazer um artigo em um blog que nós temos na internet e
3584 vou fazer esse artigo efusivo na hora que eu ver algumas propostas nossas serem
3585 acatadas nesse Conselho. Aí vou fazer esse artigo com muito prazer. Agora, sobre o
3586 Programa Nacional de Avaliação de Águas. Eu queria fazer um registro aqui. Em
3587 que pese a qualidade técnica do nosso companheiro, foi muito feliz e acho que
3588 precisa mesmo ter um Programa Nacional de Avaliação das Águas. Eu acho que
3589 esse componente de participação e acompanhamento, integração com a sociedade,
3590 deveria ser mais evidenciado ou até explorado. Não tem ator melhor para identificar
3591 uma água mal avaliada ou avaliar bem ou mal uma água como... Até
3592 involuntariamente. Aí faço um registro de uma situação de uma proposta que nós
3593 fizemos aqui no Conselho e essa proposta diz respeito à avaliação de qualidade de
3594 água. A proposta dizia respeito, em casos de rios, corpos de água, onde houvessem
3595 áreas contaminadas perto de comunidade, caberia ao Comitê de bacias ser pró-ativo
3596 no sentido de sinalizar à comunidade que aquela água não estava avaliada de uma
3597 maneira que sugeria que há perigo para aquela comunidade usar aquela água. E
3598 curiosamente na CTIL essa proposta foi extremamente, violentamente, escurraçada
3599 e eu acho que isso foi uma coisa muito feia e me deixou muito triste. A avaliação de
3600 qualidade da água é feita pela população todos os dias. Às vezes ela faz sem
3601 querer. Basta você ir à Bahia, na Baía de Todos os Santos tem um lugar que tem
3602 alta incidência de mulheres tendo filhos com problemas de cérebro, problemas
3603 congênitos de formação; tem incidência de doenças decorrentes de contaminação
3604 hídrica e que a proposta foi oriunda daquela comunidade, para colocar uma placa
3605 em cada rio onde houvesse áreas contaminadas, porque a comunidade... Essa
3606 avaliação fosse disponibilizada para a comunidade. Isso é possível, por que não é?
3607 Estamos a serviço da sociedade. Projeto, programa, tudo isso é a serviço da
3608 sociedade. Eu quero o registro de que essa proposta não passou na CTIL, em
3609 especialmente a ANA que na CTAP, que agiu de maneira muito incisiva para que
3610 essa proposta não passasse; e que eu acho que essa avaliação de qualidade da
3611 água merece ser feita em conjunto com a comunidade e os resultados serem
3612 acompanhados e administrados junto com a comunidade. Então, essa visão
3613 somente tecnicista não contempla uma possibilidade de que essa avaliação esteja
3614 dando resultado para a sociedade imediatamente. Entendeu?

3615
3616
3617 **O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH -**
3618 **SRHU/MMA)** – Muito obrigado. Passo agora ao Marcelo para as suas considerações
3619 a respeito das diversas sugestões.

3620
3621
3622 **O SR. MARCELO PIRES COSTA (ANA)** – Bom, começando pela primeira
3623 intervenção, com relação ao recorte das bacias, não tive tempo, mas tenho outro
3624 slide que mostra o rebatimento daquelas metas dos estados nas regiões
3625 hidrográficas. E é óbvio que os nossos relatórios, inclusive aquele que eu mencionei,
3626 o panorama da qualidade das águas é todo feito pelas bacias; que é a nossa
3627 unidade de gestão. Então, isso já vem sendo utilizado pela ANA e é a lógica do
3628 programa também. Adotamos esse recorte. Não poderia ser de outro jeito. E temos
3629 um ganho muito grande de qualidade da análise quando fazemos essa agregação
3630 das informações dos estados e rebatemos isso nas regiões hidrográficas. Que é um
3631 recorte que normalmente não se tem. Hoje no País, se alguém quiser ter uma idéia
3632 de qualidade de água tem que consultar vários relatórios estaduais e a idéia é
3633 termos isso agregado em uma base nacional pelas regiões hidrográficas, óbvio. É

nosso recorte. Com relação ao PIB como indicador, estamos usando vários indicadores, como a carga de esgoto lançada, atividade industrial, que é óbvio que tem rebatimento e tem coerência com o PIB. Não vejo talvez o PIB como o indicador mais adequado. Já temos alguns indicadores específicos para direcionar essa rede de qualidade, como fontes poluidoras e tudo o mais. Com relação à integração com as empresas de saneamento, de novo, foi uma falha minha, na verdade, dentro do projeto da rede está previsto que vai ser também feito um diagnóstico das redes das empresas de saneamento e das empresas do setor elétrico; para evitarmos exatamente essa sobreposição. De acabarmos colocando pontos onde a empresa de saneamento ou empresa do setor elétrico já monitora. Isso está previsto também. Com relação à água subterrânea, a ANA tem outra agenda de água subterrânea. Inclusive semana passada teve um workshop para discutir exatamente critérios para monitoramento de água subterrânea. Então, isso está indo em paralelo, mas é óbvio que no futuro essas coisas devem convergir para termos um relatório único de água superficial e subterrânea. Com relação a monitoramento on-line, essa rede não comporta isso, estamos fazendo aqui o monitoramento tradicional com coleta em campo e levando as amostras para o laboratório. Como eu falei, aqui não estamos pensando em rede de alerta, são redes de tendência. Com relação à participação da comunidade, eu concordo, acho que essa informação tem que estar acessível para a sociedade e uma das idéias do programa é essa: de termos essas informações colocadas de uma maneira mais fácil para a sociedade entender, por exemplo, informações de balneabilidade das praias, que isso normalmente não chega à sociedade. Sabemos que isso é um problema grande em várias bacias e até outras coisas mais específicas, por exemplo, alguns poluentes são bioacumulativos e se acumulam nos peixes que são consumidos pela população. Então, tem um rol de coisas que a gente tem que melhorar em termos de comunicação para a sociedade, mas na verdade o escopo e o objetivo principal do programa é esse: é conseguirmos que essa informação técnica chegue à população para ela ser informada sobre os riscos que ela está correndo pela exposição em águas poluídas e tudo mais. Bom, acho que é isso. Quem quiser mais informações, estou disponível pelo e-mail ou por telefone. Na verdade esse é um programa que está sendo implementado agora, começou mais recentemente e temos aí uma quantidade enorme de coisas para fazer agora, principalmente no primeiro semestre, de visitar todos os estados brasileiros, consensar aqueles critérios mínimos e conseguir apoio dos vários atores, para conseguirmos incluir essa rubrica no PPA e conseguirmos mais recursos. Sem dúvida é um projeto de longo prazo para a gente ter um ganho qualitativo bastante grande nessa questão. Obrigado. (Palmas!)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado Marcelo. Vamos passar agora ao item 5.3 da ordem do dia que é a apresentação "Conclusões da Nota Técnica nº 01/2008/CTIL/CNRH/MMA, referente ao Relatório do GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos”, encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais”. Eu queria convidar então a coordenadora do GT, a senhora Martha Sugai, para a sua apresentação também com o tempo disponível de 20 minutos, com os ajustes da agenda do dia de hoje. Por favor.

A SR^a. MARTHA SUGAI (PRESIDENTE DO GT) – Boa tarde a todos. Eu vou apresentar aqui as conclusões que foram apresentadas nesta nota técnica CTIL nº. 1. Essa nota técnica é resultado dos trabalhos do grupo, que foi criado na 90ª

reunião da CTIL com os objetivos de discutir a aplicação das diretrizes do Plano Nacional aos empreendimentos hidrelétricos, tendo em vista os artigos 52 e 12, § 2º da lei 9433. O GT foi criado em função de uma demanda da Conselheira Ninon. Essa demanda ela fez no âmbito da Câmara Técnica do Plano, em função da aprovação do Plano Nacional. A Câmara Técnica do Plano Nacional, por entender que esta solicitação dela estava mais afeta às questões legais, essa questão foi encaminhada para a CTIL. O Grupo de Trabalho se reuniu 4 vezes; eu queria aqui agradecer a minha indicação. Eu fui indicada para coordenar esse grupo pela ABRH. Eu coordenei o grupo a partir da segunda reunião. Eu queria também manifestar o meu agradecimento ao apoio que a Ninon me deu ao longo da condução desses trabalhos. O nosso trabalho, apesar de termos tido só 4 reuniões, foi feito muito através da Internet. Eu acho que esse processo acaba ajudando muito e vamos dizer, faz com que você tenha menos reuniões e chegue ao resultado. Na 102ª reunião da CTIL, que foi realizada em julho, nós apresentamos a nota técnica que apresentava os resultados do grupo; ali dentro nós fizemos um histórico de todo o processo. Apresentamos a base legal que conduziu nossos trabalhos; tem as atas das reuniões e também tem a lista de todas as pessoas que participaram de uma ou mais reuniões do GT. Na 102ª reunião, quando nós apresentamos esse relatório do grupo, houve algumas sugestões dentro da CTIL que nós incorporamos no resultado do trabalho. Daí, na 104ª reunião, realizada em setembro, foi aprovada esta nota técnica; ainda por ocasião desta reunião tiveram algumas sugestões e o resultado vocês receberam. Então, a nota técnica, na verdade, tem como anexo o relatório do Grupo de Trabalho. Na segunda reunião do Grupo de Trabalho, discutimos qual seria o nosso real objetivo. Nós decidimos que o real objetivo do grupo seria responder cinco questões que nós pré-selecionamos. As questões específicas relacionadas à integração dos projetos setoriais e articulação intersetorial ficaria para ser discutida dentro da implementação do programa 5.2 do Plano Nacional, que trata da compatibilização e integração dos projetos setoriais. Então, nós só íamos realmente discutir as questões legais. Aqui vocês têm as 5 questões legais que nós escolhemos. Na verdade nós ainda não sabíamos o resultado, então, tem algumas coisas que até depois mais para frente estariam estranhas. Mas a primeira questão seria: “Como fica a validade do § 2º do artigo 12, tendo em vista o veto do inciso 8º do artigo 35?”. A outra questão: “Há necessidade de regulamentação do PNRH, tendo em vista o veto do inciso 8º do artigo 35? Se sim, como?”. A terceira questão: “Qual o real significado de outorga e utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica que estará subordinado ao Plano Nacional de Recursos Hídricos?”. Na verdade este é o § 2º do artigo 12 da Lei 9.433. A quarta questão: “O PNRH deve apresentar a lista de aproveitamentos em operação dos futuros dentro do horizonte do PNRH, tendo em vista que uma das justificativas ao veto do inciso 8º é de que “a inclusão ou a exclusão de qualquer aproveitamento poderá obrigar a reprogramação do todo””. A quinta questão foi: “O artigo 52 é uma disposição transitória? Se sim, no âmbito do PNRH a preocupação deveria ser com a regulamentação do PNRH em si ou ao invés de tratar da implementação das formas de implementação do artigo 52”. Na verdade, se vocês entrarem no programa 5.2, vocês vão ver que uma das questões que foi colocada dentro desse programa é exatamente essa questão de regulamentação; das formas de implementação do artigo 52. Então, as conclusões do grupo, eu vou apresentar a partir deste slide. Então, na Lei 9.433, primeiro a gente enfatiza o § 2º do artigo 12 e na sequência o artigo 52. O que está escrito no artigo 12, § 2º? Aquilo, na verdade, eu até já li que esta questão que estaria subordinada ao PNRH, só que no final dele: “aprovada na forma do disposto no inciso 8º do artigo 35 desta Lei, obedecida a disciplina da legislação setorial específica”. Esse é o texto do § 2º. Daí, dentro do capítulo “das

disposições transitórias”, está o artigo 52, que enquanto não estiver aprovado e regulamentado o Plano Nacional de Recursos Hídricos, a utilização dos potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica continuará subordinada à disciplina da legislação setorial específica. Então, esse é o artigo 52 da lei 9.433. Bom, qual é a questão que acabou trazendo algumas dúvidas? O inciso 8º do artigo 35, que na verdade está sendo citado no § 2º do artigo 12, foi vetado pelo presidente na época da sanção da lei. E ela definia que “o Plano Nacional de Recursos Hídricos, que cabia ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovar o Plano Nacional, encaminhá-lo ao Presidente da República para envio, na forma de Projeto de Lei ao Congresso Nacional”. Esse artigo, como eu já disse, foi vetado pelo Presidente, agora cabe ressaltar que o que ele vetou, na verdade, foi a forma de aprovação do PNRH. Como justificativo ele colocou que assim como cabe aos Comitês aprovar o Plano de Bacias, deveria ser competência finalística do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e não passar isso para a Câmara, porque haveria uma interrupção do processo. Ainda dentro das conclusões, essa questão do artigo 35, na verdade, quando foi vetado o inciso 8º, tirou-se a competência do Conselho Nacional à aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Essa competência foi introduzida de volta, através do inciso 9º. E que trouxe para o Conselho Nacional acompanhar a execução e aprovar o plano de recursos hídricos e determinar as providências necessárias para o cumprimento das suas metas. Essa é hoje a competência do Conselho com relação ao Plano Nacional de Recursos Hídricos. Logo, vamos dizer, qual foi a conclusão que nós tiramos? Extraí-se da leitura do § 2º do artigo 12 que a outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica estarão subordinados ao Plano e deverão obedecer à disciplina da legislação setorial específica. As duas coisas têm que ser obedecidas. Tendo em vista o veto ao inciso 8º, em que o Plano Nacional de Recursos Hídricos seria aprovado por lei, como isso não vai ser mais feito, nós concluímos que não há necessidade de regulamentação do Plano Nacional de Recursos Hídricos e sim um maior detalhamento. Ali no § 4º, colocamos exatamente o que está escrito na página 11 do volume 3 do PNRH, da diretriz. O que é o plano? Ele apresenta diretrizes que representam instruções condutoras do estabelecimento das ações programáticas e programas para atingir os objetos pretendidos ao plano. Os programas foram aprovados no volume 4, então, essa é toda a condução do Plano Nacional. E o detalhamento operativo já foi aprovado na resolução 80 de dezembro de 2007. Ali está dentro, o programa 5 que trata dessa articulação. Então, além da aprovação pelo Conselho, do Plano em 2006 e do seu detalhamento em 2007, podemos afirmar que o PNRH deverá ser revisado periodicamente, os seus programas, e detalhados não cabendo falar em regulamentação. O próprio Plano Nacional prevê uma avaliação a cada 4 anos. Ali a questão do significado. Ressaltamos que essa outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica significam que deverá estar subordinado aos objetivos e macrodiretrizes do PNRH. Em relação à questão de que se o PNRH deve apresentar a lista de aproveitamento, concluímos, até em função da justificativa que teve com relação ao veto ao inciso 8º, de que ele não deve ter, uma vez que, vamos dizer qualquer inclusão ou exclusão de aproveitamento, exigiria uma revisão como um todo. E o PNRH vai ser atualizado a cada 4 anos, enquanto que o planejamento energético tem revisões anuais. Para finalizar, com relação à questão do artigo 52, ele é realmente como uma disposição transitória, foi colocado assim. A preocupação hoje não é realmente com a aplicação do artigo 52 e sim com o detalhamento maior do Plano Nacional. Eram essas as conclusões. (Palmas!) Eu queria aqui também manifestar meu agradecimento a todas as pessoas que contribuíram no trabalho. Achei que foi muito gratificante.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Por favor, Martha, fique aqui conosco. Então, em discussão a apreciação pelos membros aqui. Inscrições? Mais alguma inscrição? Por favor Dr. João Clímaco. Durante a sua fala, registraremos eventualmente as falas adicionais e encerraremos as inscrições.

O SR. JOÃO CLÍMACO (Conselheiro/ONGs) – Boa tarde novamente. Nossa representação não tem cadeira efetiva na CTIL, embora nós participemos efetivamente dessa Câmara e muitas vezes o desdobramento das atividades dessa Câmara, fica impossível acompanharmos pelo fato de não estarmos como efetivo nessa Câmara. Então, fica muito caro para nós ter um acompanhamento mais assíduo. Mas esse tema é muito importante e foi, por um tempo, objeto da nossa participação, tanto é que nas atas, as primeiras reuniões desse grupo, nós tivemos presentes. Depois disso, tivemos um acompanhamento muito superficial, mas a responsabilidade da nossa participação existe independente de estarmos ou não. E eu queria fazer um registro, até porque, como membro da representação da Sociedade Civil, das ONGs e movimentos sociais no Conselho, eu não queria ser omissos e dizer que concordo 100% com o que está escrito aí. Eu acho que quando se tem no Brasil, e eu aprendi muito aqui em Brasília. Aqui se faz os melhores e mais bem sucedidos inteligentes exercícios mentais para fugir do império da lei. E fazem também os melhores e mais inteligentes exercícios mentais para justificar algumas coisas boas da lei. Esse caso é bem exemplar disso. Eu sempre entendi, como leigo, quando comecei a ler sobre esses assuntos, que a emergência do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, a emergência desses marcos regulatórios que colocava a água como um bem público; e aí sujeita a novos paradigmas e novos olhares para sua gestão, ela colocava alguma ordem nessa coisa de dizer que a água é prioritariamente para isso e para aquilo e a poderíamos ter um ambiente democrático de decisão do seu destino. Essa discussão toda que chegou aí me mostrou e a forma como foi colocada, aponta para mim: foi uma maneira inteligente de como fazer com que um setor que foi hegemônico, sempre teve o poder de decidir o destino das nossas águas, não perca esse poder. E a coisa está tão dinâmica, até por que nós temos um Governo que nesse aspecto perdeu totalmente a sua identidade com a origem, de ser um Governo democrático, popular, de base social muito consistente, entregou, vamos dizer, entregou todos os seus sonhos; entregou o ouro ao bandido, na linguagem popular. Então, eu acho que esse documento não contempla esse dinamismo que sugere que o plano, pelo menos quando eu li na primeira vez nos primeiros compêndios, tinha certa ascendência sobre o destino e o valor da outorga, a democratização do domínio sobre a água. Terminando, secretário, eu queria lhe dizer, fazer esse registro, que não achamos que esse texto representa o espírito da lei da água como uso múltiplo, como bem público. Esse texto tenta dar um arranjo a uma situação que às vezes enfrentamos, e quando tem outorga para empreendimentos hidroenergéticos, o setor que representa ele, com toda a cordialidade e amizade que eu tenho com o representante deles aqui, mas na prática esse setor anda no máximo, no limite do desrespeito à lei. Quer dizer, onde ele puder, ele tenta para poder viabilizar. Quando na verdade eu tenho clareza e sempre acreditei que os empreendimentos hidroenergéticos são necessários e apóio. Só que essa mania de andar no limite, arrumar um jeito de a lei ser descumprida para minimizar custos não tem sentido perante o espírito da lei. Queria deixar esse registro, não está um texto que contemple os princípios que acreditamos e outra coisa, ele foge um pouco da

dinâmica. Hoje nós temos um problema sério no País, no que diz respeito ao aproveitamento hidroenergético. A questão das PCHs; e esse Conselho está passando longe das PCHs. E que não é mais uma coisa pequena em termos de aproveitamento de recursos, e esse texto não está contemplando a questão das PCHs pela importância que ela tem na atual conjuntura da exploração da água para a hidroeletricidade.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito bem. Rosalvo é o último inscrito. Em seguida retornarei a Sr^a. Martha e passaremos ao prosseguimento aqui da nossa pauta.

O SR. ROSALVO OLIVEIRA (CTPOAR/MI) – Eu acredito que na oficina que nós fizemos com as Câmaras Técnicas, enfatizamos muito uma relação mais próxima com o CONAMA. Mas eu acho que, e aí, a partir da sua apresentação, acho que temos que ampliar a nossa relação com o Conselho de Políticas Energéticas, CPE; acho que nós temos que nos apropriarmos e fazermos uma leitura efetiva e um diálogo, não é um debate. Não quero abater a idéia de ninguém, quero dialogar com um plano estratégico de energia. O nome não é exatamente esse, não estou me lembrando o nome exato, mas existe um plano que pensa o País 10, 15, 20 anos na frente, porque os investimentos em energia são altos investimentos e o seu planejamento demora. E também acho que nós devemos fazer um diálogo com o Plano Nacional de Logística do Território, o nome é esse mesmo, do Ministério dos Transportes, no caso da energia porque a nossa matriz energética é oriunda da utilização de recursos hídricos e do transporte por que as grandes barragens foram pensadas apenas para a produção da energia, quando elas também poderiam ser pensadas para melhorar os transportes nos rios, etc. e etc.. Então, na realidade eu penso que ao invés de ficarmos criticando o outro e apontando; quando apontamos nós temos três dedos para nós mesmos. É buscarmos o diálogo, nós irmos participar destes conselhos e discutirmos inclusive aqui, trazermos aqui secretário, a apresentação do Plano Nacional de Logística do Território, do Plano Brasil 2020, se não me engano, que é o último elaborado para a questão de energia; e aproveito para concluir, dizer também, até pegando a sugestão de outros colegas de quem nós precisamos também ter aqui no conjunto de apresentações, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Então, acho que esses 3 planos são absolutamente fundamentais que devem ser apresentados e debatidos no âmbito desse Conselho. E peço gentilmente que não seja feito no último dia, na última hora. Mas que seja objeto dos nossos, no caso da pauta, antes de votação de moção, de resoluções. Que seja nos primeiros horários, porque estas são as questões centrais. Se nós não formos àquelas pessoas de elaborarmos o diálogo, fizermos as pontes, nós vamos ficar também discutindo aqui nesse gueto e “o outro é ruim” e isso e aquilo. Espero ter sido claro.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado. Não há mais inscrições. Eu passo à Sr^a. Martha Sugai para suas considerações.

A SR^a. MARTHA SUGAI (PRESIDENTE DO GT) – Primeiro eu acho que a gente sempre tem que ter em mente que na verdade os potenciais hidráulicos são de

domínio da União. Segundo ponto, o Clímaco, na segunda reunião nós tínhamos decidido que íamos discutir dentro do Grupo de Trabalho a questão legal. A questão de articulação seria feita dentro do programa, como eu coloquei ali. São duas coisas complementares. Nós estávamos no âmbito da CTIL e em todas as ocasiões que eu tenho oportunidade de falar, eu falo: para mim, o principal desafio que nós temos é a elaboração do programa 5. Para mim é toda a nossa continuidade, porque eu até queria agradecer ao Rosalvo pelas suas palavras, porque eu concordo com ele. Eu acho, inclusive, se não me engano, no inciso 1º do artigo 35 que fala que compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, isso até colocamos também dentro da nossa nota técnica; porque lá a questão era o inciso 8º e o 9º do artigo 35. Mas também compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, fazer a articulação entre os planejamentos. Então, eu acho que realmente o Plano... Eu sou do setor elétrico e ele deveria apresentar aqui o plano de longo prazo, que é o PNLE 30; foi esse último que foi lançado. Anualmente é lançado o Plano Decenal, acho que ele deveria vir. Assim como você falou: todos os setores deveriam trazer aqui o seu planejamento exatamente para o Conselho Nacional conhecer qual é sua meta. Porque o grande desafio, eu sempre digo assim: se vocês lerem o manual de inventário que é a primeira fase da etapa do estudo de uma usina hidroelétrica, vocês vão ver que a questão de usos múltiplos está muito bem contemplada ali. A questão é que ela depende do planejamento dos outros setores. Claro que dentro do manual, vamos dizer, em função dos estudos, nós somos obrigados a fazer alguns planejamentos, algumas estimativas dos outros usuários. Mas à medida que o setor tiver o seu planejamento, ele vai ser contemplado de uma melhor maneira. E eu acho que as discussões aqui dentro podem enriquecer essa condução do trabalho. Apóio a idéia e acho que os próprios membros aqui, o Ministro de Minas e Energia vai ter todo o prazer de apresentar esses trabalhos aqui. (Palmas!)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado Martha, agradeço. Nós teremos que fazer um encaminhamento. Nós temos como previsão de teto no dia de hoje, as 18 horas que nós já atingimos. Temos ainda a apresentação do item 5.4 da ordem do dia, que é o “Estado da implementação do Plano Nacional”. Na seqüência alguns informes e uma solicitação encaminhada pela Conselheira Ninon Machado, ao qual nós pretendemos dar um encaminhamento. Bem, a proposta seria que prorrogássemos até 18hs30min e que nós perseguíssemos a conclusão da agenda. Tudo bem? Por favor, então o João Bosco Senra, diretor do Departamento de Recursos Hídricos, para a apresentação, “Estado da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos”, encaminhado pelo Grupo de Técnico de Coordenação e Elaboração do Plano Nacional, GTCE.

O SR. JOÃO BOSCO SENRA (Diretor do DRH/SRHU/MMA) – Eu vou procurar ser bem rápido aqui, até em função do horário. Todos vocês receberam esse documento, foi via e-mail, é um resumo desse informe. Falo aqui em nome do GTCE, que é o Grupo Técnico da Agência Nacional de Águas e da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano que é responsável por fazer esse relatório. Só lembrando, a questão do sistema do SIGEOR, trabalha a partir desse conceito de gestão orientada para resultado, que visa definir os resultados, a partir da implementação dos planos e programas e criar nas organizações, uma cultura de gestão baseada em fatos e dados voltados para o alcance de resultados e metas. Então, o plano foi estruturado, o detalhamento dos programas foi reestruturado a

partir de resultados e metas e o SIGEOR busca atender esse objetivo no processo de monitoramento. A estratégia de implementação do plano que foi aprovada na resolução 69/06, estrutura, ela vai falar do SIGEOR, da importância desse sistema para o processo de implementação do plano, que tanto vale na implementação, mas também para a sua avaliação e a sua revisão a cada 4 anos. E um conceito que é muito importante, é que o SIGEOR não nasce pronto. Ele é construído gradualmente em uma dinâmica de sucessivas avaliações. E esse primeiro relatório, pelo próprio plano nós estaríamos apresentando o primeiro relatório do SIGEOR; então, ele foi feito, apenas o processo de implementação do plano, dos programas já aprovados pela Agência Nacional de Águas e pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Nesse processo de construção. A proposta dele é que nós tenhamos, esperamos que no próximo ano o relatório já venha com as contribuições das Câmaras Técnicas, que seria do Conselho Nacional, o que o Conselho Nacional, com suas resoluções, com as suas deliberações está contribuindo no processo de implementação do plano, dos estados, da Sociedade Civil, dos setores usuários. Então, nós estamos formatando uma solicitação a esses outros parceiros para que possa alimentar o SIGEOR. O SIGEOR, nós temos como documento previsto pelo sistema de gerenciamento, o informe SIGEOR que é esse informe anual, que é elaborado pelo GTCE e que faz monitoramento do desempenho dos programas. Tem o relatório de conjuntura, que é feito anualmente pela Agência Nacional das Águas, que apresenta o estado dos recursos hídricos do País; como vocês recordam, alguns são mais novos, esse relatório de conjuntura vem sendo feito anualmente e vai dispensar a construção de diagnóstico no processo da revisão do Plano Nacional. Ele é uma atualização, na realidade, do Volume 1, do Plano Nacional de Recursos Hídricos e o relatório de estado do plano, que é feito quadrianualmente e que serve para revisão do Plano Nacional traçando novos rumos. Aí é um quadro que está na resolução aprovada, que mostra, aí temos, nas estrelinhas e na bolinha, todo o ano; esses documentos do SIGEOR e o documento do estado das águas, esse relatório de conjuntura feito pela Agência Nacional de Águas e aquele quadrado, a cada 4 anos, nós teríamos esse relatório de revisão geral que possibilita ao Conselho revisar a Câmara Técnica do plano, trazer ao Plenário do Conselho para a revisão do plano a cada quatro anos e depois até 2020. Então, nós temos esse sistema de formação articulado com o PPA; então, sempre plano vai ser visto antes para poder influir no PPA dos 4 anos seguintes. Esses documentos previstos no SIGEOR têm esse objetivo de organizar o fluxo de informações associado ao plano, necessário ao gerenciamento e também para subsidiar a tomada de decisão por todos os atores. A fonte de informação é a Secretaria e a ANA, e o sistema de informação do Plano Nacional e o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos. São dois sistemas de informação que conversam entre si e que vão subsidiar esse relatório. Bom, aí o que é esse relatório? Esse relatório é um balanço anual de 2008, correspondente ao processo de implementação do Plano Nacional. Ele está baseado nas informações, como eu disse apenas da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e da Agência Nacional de Águas, e apresenta evolução do processo de implementação do Plano Nacional durante o exercício de 2008, conforme a resolução. A proposta, como o plano não é para ser implementado apenas pela SRHU e pela ANA; como eu disse, o SIGEOR, no próximo ano já esperamos incorporar outros atores que estarão colaborando nas ações que vêm sendo implementadas por todos os demais atores e, como desde o início da aprovação do SIGEOR sempre foi dito que a gente não ia apresentar um sistema pronto e acabado. E ele é assim mesmo. Aonde se aplica esse sistema, ele é um processo que tem que ser apresentado e nele mesmo se avalia o que precisa ser melhorado dentro do próprio sistema, como nós vamos ver

3998 daqui a pouco. Um dos objetivos proporcionar aos atores todas as informações
3999 acerca do andamento das ações, para que todos os Conselheiros e toda a
4000 Sociedade Brasileira, que já está disposto na página nossa, conheça um pouco do
4001 que vem sendo implementado e conferir essa efetividade da gestão aí do Plano
4002 Nacional. Vai subsidiar o processo de revisão do plano e fornecer o conjunto
4003 complementar de indicadores destinados a uma avaliação global do Plano Nacional
4004 de Recursos Hídricos. Porque nós temos em cada programa, indicadores
4005 específicos para a avaliação daqueles programas. Nós ainda não temos indicadores
4006 para avaliar o plano como um todo. Nós não temos hoje como dizer, o plano foi
4007 implementado 10%, 5%, ou essa avaliação; até por que não temos os indicadores
4008 de todos os programas que o Conselho vem aprovando. Então, esse relatório vai
4009 subsidiar essa avaliação de indicadores para que possamos dizer: “Olha, chegamos
4010 em 2020 com 50% do plano implementado”, ou “40%”, ou “80%” e etc., e “a
4011 qualidade da água efetivamente melhorou nos rios”, quer dizer, esses são
4012 indicadores globais que certamente os relatórios tendem subsidiar. Esse é um
4013 exemplo da ficha síntese de informação, então, nós temos ali, para cada ação,
4014 porque nós temos os programas, os subprogramas e em cada subprograma nós
4015 temos a ação, que é o concreto da perspectiva. Então, apenas para... Nós não
4016 vamos passar ficha por ficha, peguei só uma, até em função do tempo, onde nós
4017 temos ação. Qual era a meta prevista no Plano Nacional; o que foi feito; o
4018 prognóstico; e alguns comentários, e, às vezes, trazemos algumas observações.
4019 Então, no caso da ação 1.1, “Construção da matriz de coeficientes técnicos de
4020 recursos hídricos no Brasil”. Ele está sendo contratado em 2008, a previsão é
4021 finalizar em 2009; isso era o que estava previsto. O termo de referência foi
4022 contratado, o estudo foi elaborado, os recursos foram negociados no âmbito do Pró-
4023 Água, já está no processo, e o prognóstico é que nós vamos fazer de 2009 a 2010;
4024 passar um pouco do prazo que ia até 2009, porque tivemos um problema de um
4025 atraso no Pró-Água. A pendência é a publicação do edital para contratação de
4026 consultores. Já está praticamente pronto e estamos aguardando apenas essa
4027 publicação que deve sair por agora. E assim, para cada ação. Então, vocês vão
4028 encontrar a implementação, a situação de cada ação, o que foi feito. Eu confesso
4029 para vocês que quando eu vi a equipe técnica nossa da Secretaria e da ANA trouxe
4030 o primeiro relatório, eu tive uma sensação muito boa de sentir, de dizer, o Plano
4031 Nacional saiu do papel. Ele está sendo implementado. Vocês vão observar de que
4032 efetivamente o Plano Nacional passou a dar diretriz para a Secretaria de Recursos
4033 Hídricos e Ambiente Urbano, nas suas prioridades, das suas ações e da Agência
4034 Nacional de Águas. E acredito também, como temos visto, de outros atores do
4035 sistema que têm balizado no Plano Nacional, na implementação, a definição das
4036 suas agendas e certamente que o relatório do ano que vem vai apontar essas
4037 questões. Então, foi com muita alegria mesmo, que eu confesso para você, que
4038 quando eu li o relatório a gente observa que as coisas efetivamente estão
4039 acontecendo, estão sendo implementadas e os resultados nós vamos ver a médio e
4040 longo prazo. Aí uma avaliação. Ele trás também uma avaliação. Nós percebemos
4041 que falta uma padronização na linguagem e no formato do detalhamento dos
4042 programas de 1 a 7. Então, a linguagem, o formato e o detalhamento, na revisão
4043 certamente precisam ser melhorados nesse formato, o que leva, no processo de
4044 análise a dar essa dificuldade de comparação. A existência de diferentes tipologias
4045 de ações, dependendo de quando essas forem iniciadas. Antes, durante ou a partir
4046 do Plano Nacional. Então, essa tipologia não apresenta. São questões que fazem
4047 parte de uma avaliação para a revisão. Verificou-se a importância de que sejam
4048 mapeados quais os objetivos dos programas e subprogramas, se estão sendo
4049 alcançados por meio das diferentes tipologias de ações. Constatou-se a

conveniência de que haja um fluxo contínuo entre o Plano Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento cotidiano dos recursos hídricos. A convergência do planejamento de longo prazo, ao gerenciamento de curto prazo e vice-versa. Para que o curto prazo não tome o tempo do longo prazo, essa convergência. E isso é importante e pudemos observar que efetivamente ele mostra que a Agência Nacional de Águas e a própria Secretaria vêm fazendo esse trabalho de integrar o curto prazo dentro da perspectiva do longo prazo, mas que isso é uma questão muito importante a ser incorporada por todos os atores e melhorada inclusive por nós. A rede de atores que pode contribuir para o alcance dos objetivos deve ser ampliada paulatinamente consolidando como estratégia nacional para gestão de recursos hídricos. Isso que eu estou dizendo, a gente espera que paulatinamente as pessoas passem a incorporar informações na implementação de cada programa e plano. As informações referentes a atividades previstas, porém ainda não iniciadas, não constam desse informe 2008, devendo ser incorporadas em versões posteriores ao informe, à medida que as mesmas iniciem. Então, tem iniciativas que estão previstas para iniciar em 2010. Porque, para começar, você teria que iniciar outra antes. O plano tem algumas ações nesse sentido. Então, não foi dado nenhum informe sobre essas, porque estava prevista para começar em 2010, mas a avaliação é importante colocar alguma observação do que foi feito, o que está aguardando, fazer uma relação nessa perspectiva. E são apresentadas observações pontuais a cada subprograma atividade, incluindo pendências e críticas como contribuição ao processo de tomada de decisões e correções de rumos. Essa coluna de observações, como eu disse, é fundamental por que ela pode evitar um problema futuro, corrigindo já alguns rumos. Algumas recomendações. Já estou encerrando. Visando aprimorar o processo, formalizar a institucionalização de GTCE; nós temos GTCE, mas não está formalizado e nós estávamos aguardando inclusive a resolução aprovada na penúltima reunião do Conselho, antes dessa, das competências da Câmara Técnica do Plano Nacional, então, o GTCE passa a ter um papel, que eu e a Rosa estávamos conversando um pouco sobre os planos estaduais com o Plano Nacional, que vai para além do Plano Nacional, mas nessa integração de planejamento. Nós já estamos com uma minuta de uma proposta dessas. A equipe nossa deverá estar encaminhando, discutindo já com a Agência Nacional de Águas, para formalização através da Secretaria. Então, essa foi uma recomendação do GTCE. Estruturar o sistema de informações do Plano Nacional de Recursos Hídricos de forma articulada e integrada ao SIGEOR. O sistema de informação vem sendo estruturado e integrado já com o SIGEOR. Consolidar o documento do GTCE sobre a dinâmica correlação entre as pautas desenvolvidas pelas Câmaras Técnicas e os programas e subprogramas do plano. Isso já vem sendo feito, os presidentes das Câmaras Técnicas receberam aquela matriz, as Câmaras Técnicas já iniciaram as discussões; algumas vão discutir na primeira reunião do ano, como que as Câmaras Técnicas, o que está no plano deve influenciar na agenda e na pauta das CTs para auxiliar na implementação do próprio naquilo que cabe ao Conselho Nacional. Propor na forma de um documento do GTCE as adequações necessárias em cada ação do plano, objetivando subsidiar seu processo de revisão em 2010. Porque o GTCE, a partir desses relatórios, já vai trabalhando a revisão de 2010. Não esperemos 2010 para fazer essa revisão. Estruturar indicadores para o monitoramento do alcance dos objetivos estratégicos do plano, que aquilo que eu disse, são indicadores macro de avaliação do plano como um todo, que vai refletir, em suma, na melhoria da qualidade e da quantidade de água que a população vai sentir. É isso. Muito obrigado. (Palmas!)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado João Bosco. Está aberto para alguma manifestação do Plenário. Então João, tem uma do João Clímaco, você, por favor, nos acompanhe. Depois, se necessário você fará os comentários gerais finais.

O SR. JOÃO CLÍMACO (Conselheiro/ONGs) – Eu queria fazer um registro novamente, primeiramente cumprimentar o João Bosco que eu conheço há quase 20 anos ou mais. E ver como esse plano, que eu tenho tanta crítica; até porque eu conheço o cidadão e ele cresceu, a trajetória profissional de João Bosco tem se evidenciado muito no trabalho pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos. E eu tenho algumas críticas, mas eu nunca deixei de considerar que foi a única forma de nós não cairmos na mesmice da vulnerabilidade da política de recursos hídricos, em relação ao corporativismo, aos interesses econômicos, setoriais, às vezes até em prejuízo ao interesse do País. O Plano Nacional de Recursos Hídricos é a única ferramenta realmente legal que a Política Nacional de Recursos Hídricos tem, que enquadra quem quiser ser enquadrado e não enquadra quem quiser ficar ilegal. Apesar de todos esses arranjos, como foi feito agora na apresentação anterior sobre o sistema elétrico, eu acho que esse esforço, João Bosco, merece ser considerado, porque o que eu tenho observado nesses dois anos e meio; estou falando nisso, por que talvez o ano que vem eu não esteja aqui, mas nesses dois anos e meio convivendo aqui, o que eu vi foi muita gente querendo fugir do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O setor elétrico tem o plano estratégico, tem uma análise estratégica de recursos hídricos; na ANA tem plano estratégico de bacia, e aqui tem o Plano Nacional de Recursos Hídricos, mas o que está legal, o que fundamenta a política de gestão de recursos hídricos é esse plano. Então, eu tenho que dar o mérito a quem merece. A forma como algumas condutas, eu questionei muitas vezes, por exemplo, a questão da integração de políticas públicas. Nós não temos força política ainda, João Bosco e nosso nobre secretário novo aqui podem crer: esse plano precisa ser uma coisa projetada pelo Governo, por toda a governança do País, porque hoje a minha maior preocupação é: a CODEVASF faz um negócio e não olha o plano, o setor elétrico faz um negócio e não olha o plano; empreendedores fazem mil coisas e não olham o plano de bacia. Então, não há ainda uma força política. Mas um dia a sociedade vai olhar assim: “A única coisa que eu tenho na lei para eu bater, para me fundamentar o meu direito é um instrumento que está na lei”. E esses planos que estão aí, filhos bastardos dos interesses setoriais, corporativos e patrimonialistas, eles vão ter que se submeter à lei, porque um dia a população vai usar a sua lei. Parabéns. E vamos, quem sabe, melhorar essas limitações que eu coloquei aqui.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Alguma outra manifestação? Por favor, João Bosco. Suas considerações finais.

O SR. JOÃO BOSCO SENRA (Diretor do DRH/SRHU/MMA) – Bem rapidamente, agora à tarde, acredito que deve estar terminando uma reunião de um grupo formado pelo Ministério da Integração para a elaboração do Plano Nacional de Estrutura Hídrica e o Secretário Vicente, como a reunião disse sobre essa questão da importância dessa vinculação com o Plano Nacional e está participando lá o Marcos Neves que é conhecido de todos vocês. Eu faço parte desse grupo, não estou lá por conta dessa reunião, exatamente com essa preocupação. Então, eu já queria registrar que o Plano Nacional de Estrutura Hídrica já começa com essa

preocupação de estar integrado a partir do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Então, eu quero dar o registro, é um caso concreto da importância, acho que isso valoriza todo o trabalho. E a outra questão é um informe muito rápido, porque foi aprovado agora e recentemente financiado pela Cooperação Espanhola, nós estamos organizando um curso de planejamento, o Brasil coordena essa questão, a convite, que vai ser financiado para os países de toda a América Latina, para a elaboração de planos nacionais. Acho que é mérito de todos vocês, de todo o Conselho Nacional de Recursos Hídricos que aprovou um plano que hoje é referência mundial e que efetivamente está servindo de orientação não só para a nossa política, mas também para a construção das políticas em outros países. Muito obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado João Bosco. Nós vencemos a pauta geral, passamos agora à sessão de informes. Temos aqui 4 informes oficiais e depois vamos encaminhar o informe do Carlos. Tem mais informe? Então, por favor, registre os informes e na sequência a proposição da Ninon. Bom, informamos que o CONAMA encaminhou ao Conselho a Moção nº. 71 de 21 de junho de 2005, que recomenda a recuperação ambiental da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro. A data é 2005, a resolução é válida e analisando o melhor encaminhamento em relação a essa Moção, que com certeza foi provocada em razão da mortandade, da contaminação do rio, havida recentemente. Informamos sobre a 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental que será realizada no segundo semestre de 2009. O grupo interministerial que a organiza, definiu que o CONAMA teria 5 vagas e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos 3 vagas. A Secretaria Executiva do Conselho realizou uma consulta aos Conselheiros e nenhum se propôs a participar do grupo interministerial. Por essa razão, foram indicados 3 representantes do MMA em Câmaras Técnicas que preparam a Conferência Nacional de Saúde Ambiental. Passo agora a palavra ao Gerente de Apoio ao Conselho, Marley Mendonça para o próximo informe.

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – O Conselho de recursos hídricos do Estado do Rio Grande do Sul aprovou em 28 de novembro de 2008 a Moção 01/2008 que manifesta a concordância em total apoio à proposta de criação do Comitê Federal de gerenciamento da bacia hidrográfica da Lagoa Mirim e do canal São Gonçalo. Eu participei dessa reunião como representante do Ministério do Meio Ambiente. A proposta original em discussão lá no Conselho do Rio Grande do Sul seria no sentido de federalização de um comitê estadual existente. Então, naquela oportunidade eu expliquei aos Conselheiros do Conselho Estadual, de que não existe essa figura prevista na nossa legislação. Federalização de um comitê estadual. Deveria ser discutida sim a criação de um comitê federal. Poderia até, nessa criação, tratar de uma integração com os comitês estaduais, mas haveria a necessidade de ser seguida a Resolução 05; ela prevê todo o rito de criação de um comitê federal e em razão disso a Moção foi alterada e foi-nos encaminhada. No entanto, o processo de criação, seguindo a Resolução 5, evidentemente não acompanhou essa Moção. Então, nós temos que registrar o recebimento dessa Moção e respondermos ao Conselho Estadual do Rio Grande do Sul, no sentido de que deve ser montado o processo de criação do comitê, de acordo com o que prevê a Resolução 05. Então, nós estamos comunicando ao Conselho o recebimento desta Moção e o encaminhamento que a Secretaria Executiva vai dar, no sentido de

orientar o Conselho Estadual de recursos hídricos do Rio Grande do Sul, quanto ao procedimento a ser seguido.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Muito obrigado Conselheiro Marley. Abrimos aos informes do Plenário, os inscrito, por favor. É sobre este aqui? Esse eu vou encaminhar em separado, não é um informe. Você quer tratar como um informe? Ninon, a minha idéia, como você encaminhou por escrito, eu recebi de que havia uma solicitação de que houvesse a leitura do material em mesa, eu queria encaminhar em seguida aos informes. Carlos, por favor.

O SR. CARLOS EDUARDO NASCIMENTO ALENCASTRE (CONSELHEIRO TITULAR) – Sr. Presidente, eu sou portador aqui do ofício encaminhado aqui para a presidência do Conselho, Ministro Carlos Minc, do Comitê do Itajaí em Santa Catarina que eu gostaria de ler e está apoiado pelo Fórum de Comitês de Santa Catarina. Esse pleito está apoiado pelo Fórum, foi encaminhado aqui para a presidência, mas depois eu posso deixar essa cópia que está comigo para ser encaminhado talvez para a CTIL. (leitura do ofício). Tem aqui, então, também ofício do Fórum Catarinense apoiando essa ação. Obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – muito obrigado Carlos. Sem dúvida um documento de significativa importância. Próximo inscrito. João Clímaco, informe. Em seguida há três inscrições. Por favor.

O SR. JOÃO CLÍMACO (Conselheiro/ONGs) – Eu quero atender a expectativa dos que estão querendo terminar logo. Eu queria fazer um informe de que amanhã, todos aqui estão convidados, eu estava esperando ver a pauta daqui para ver se ia dar tempo ou não, para conciliar com a pauta lá. Na Plenária do Conselho Federal de Engenharia nós vamos assinar um convênio de cooperação técnica entre FUNASC e o Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas, que congrega várias ONGs no País que estão atuando nos comitês; e o Conselho Federal de Engenharia, cujo objeto é a atuação dos profissionais de bases tecnológicas, comprometidos com a Sociedade Civil no âmbito das Câmaras Técnicas. Tanto nos comitês nos estados, como aqui no Conselho. Esse convênio seria assinado aqui, mas calhou das duas reuniões serem no mesmo dia e ficou combinado para amanhã. Vossa Senhoria está convidada. É um convênio que revela a disposição desse sistema em estar ao lado da sociedade ajudando a construir a governança democrática das políticas públicas. A outra parte, eu queria fazer o registro, agora em novembro nós fizemos a reunião do CREA Jr. do Piauí, onde foi solicitado que nós fizéssemos um pleito junto à Secretaria do Conselho, no sentido de ressuscitar um processo de criação de um comitê de bacia do Rio Parnaíba. Para isso tem um processo que eu não sei em que pé está, mas queria pedir ao Senhor Secretário para nos dar informações; o que precisa para esse processo do Comitê de Bacia do Rio Parnaíba ressuscitar. No mais eu queria manifestar a nossa solidariedade aos representantes de Santa Catarina, mas, contudo, como o Regimento nosso diz que a manifestação do Conselho é via resolução ou moção, eu tinha falado com o pessoal de Santa Catarina, para o

Conselho se manifestar através de uma moção ao Governo do Estado de Santa Catarina, tendo em vista que estava para ser votada uma lei ambiental no Estado de Santa Catarina agora em dezembro, que por causa desse desastre foi adiada para fevereiro, que praticamente sepultava todas as ansiedades progressistas de uma integração entre a gestão ambiental e a gestão de recursos hídricos. Com esse acidente grave que teve lá, essa coisa foi adiada, mas eu sugeriria que houvesse uma moção do Conselho, para que fôssemos mais forte na missão desse Conselho, em prol das políticas públicas serem eficientes. No mais, queria fazer o registro do companheiro que esteve aqui há dez anos na fundação desse Conselho, como eu não escrevi o artigo, eu achei melhor trazer um companheiro que estava aqui há dez anos quando surgiu esse Conselho, que era rapaz, e agora está aqui, depois de dez anos, vendo o que ficou desses dez anos. Nosso engenheiro civil e também parceiro lá no Rio, Maffei, estou fazendo uma homenagem merecida a um colega que ajuda a gente lá no Rio de Janeiro. No mais, um feliz Natal e próspero ano-novo para todos.

O SR. MARLEY CAETANO DE MENDONÇA (CTIL) – Você disse Comitê do Parnaíba? Não seria Paranaíba?

O SR. JOÃO CLÍMACO (Conselheiro/ONGs) – Parnaíba, Piauí. Existe um processo que já está há muito tempo, já deve estar desatualizado, temos que voltar, porque o pessoal lá está pedindo para voltarmos a pensar nesse assunto. É um comitê que já tem 5 barragens sendo construídas, não sei quantas intervenções na bacia e parece que quando tem muita coisa assim o comitê demora para sair.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Obrigado João Clímaco. Próximo inscrito. Imbiriba e na sequência a Ninon e o Jairo.

O SR. MANOEL IMBIRIBA JUNIOR (CONSELHO ESTADUAL PARÁ) – Sr. Presidente, senhores Conselheiros, tenho a satisfação de informar que ontem em São Paulo foi criada a Associação dos Fórum Nacional de Gestores de Água, que foi uma luta durante todo o decorrer do ano, em várias reuniões e temáticas debatidas tanto do ponto de vista técnico, quanto da política nacional, e, além da criação da associação, a aprovação do próprio estatuto. E já definida uma agenda para 2009, onde o Fórum estará participando do Fórum Social Mundial em Belém, discutindo o estado e a gestão das águas, entre os dias 27 de janeiro e 1º de fevereiro, um convite a todos vocês que possam estar participando, que estiverem no Fórum Social Mundial, na discussão sobre o estado e a gestão das águas, e março, dia 5 e 6 nós vamos estar discutindo instrumentos econômicos no Estado de Alagoas, em Maceió, discutindo a questão dos fundos setoriais. De 16 a 22 do mesmo mês nós estaremos em Istambul, no Fórum Mundial da Água, representação da Associação; no mês de maio um curso para 30 gestores na Holanda, patrocinado pela UNESCO para discutir a gestão mundial das águas. De 28 a 29, um seminário sobre licenciamento em outorga, em parceria com a ABEMA, ANAMMA, SEMAE, a ESB e o Ministério, em Goiás, Goiânia; setembro, de 23 a 25 o seminário “Água e questões controversas – Avanço da Política”, em Santa Catarina, Florianópolis e fechando a agenda do ano de 2009, em novembro, no Fórum Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas em Minas Gerais. Essa é a agenda. Iremos divulgar para o Conselho,

estará no site depois que organizarmos isso a partir de janeiro, à disposição dos Conselheiros e da sociedade. E dizer que a composição, praticamente não mudou, nós temos como coordenação geral a Bahia, INGÁ, o IGAM de Minas Gerais e o Acre; o Estado do Acre na Secretaria Executiva. Por Coordenação Regional, no nordeste ficou o Rio Grande do Norte; no sul, Paraná; sudeste, São Paulo; Centro-Oeste, Goiás e o Pará na região norte. Foi criado então o Conselho fiscal, que tem Alagoas, Mato Grosso e Santa Catarina. Essa é a conformação da política hoje da Associação. Informar também que no dia 22, que é aniversário de morte de 20 anos de Chico Mendes, lá no Pará o Secretário estará presente assinando o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Pará, assim como o Plano Estadual de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, uma política integrada com a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Para finalizar, dizer que na modalidade paraense, nós formamos o primeiro coletivo gestor de bacia do Baixo Guamá, que na realidade é onde está toda a região metropolitana, os 5 municípios, cerca de 2 milhões de pessoas implementando a política hídrica. Obrigado. Boas festas a todos. (Palmas!)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Só para seguir a brincadeira do Plenário, muito obrigado José Machado. Eu ouvi daqui. E registrar a importância da consolidação do Fórum de Gestores Estaduais, sem dúvida mais uma etapa bastante significativa de consolidação do tema da água. Próximo inscrito Ninon Machado.

A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR) – Inicialmente eu queria parabenizar o Dr. Imbiriba por estar fazendo essa apresentação de uma agenda e eu ia pedir ao Plenário do Conselho que estabelecesse, a priori, uma agenda para que pelo menos as reuniões plenárias fossem de conhecimento de todo o Sistema Nacional. Por exemplo, hoje estão acontecendo reuniões de assembléia da GVAP e do CIVAP. São áreas importantes e deve ter alguns outros participantes desse Plenário que não foram por que estão nos comitês de bacia participando desses momentos. Isso é uma questão que há que ter pelo menos uma articulação de agenda. Os sites podem facilitar isso e deveria ter no âmbito da Secretaria, um órgão trabalhando nessa articulação de uma maneira mais tranqüila e objetiva. Dois comunicados. Um é que o secretário mencionou a questão do derrame no rio de domínio Fluminense, na bacia do Paraíba do Sul. E isso me leva a um fato acontecido há uns 4 anos atrás, quando aconteceu Cataguazes e nós propusemos a esse Plenário e também ao CIVAP que a gente estabelecesse fundamentos que já estão na política; gestão de risco é uma parte, de um Sistema Nacional de alerta e emergências que seja articulado de forma que haja um processo nacional. Existe no âmbito do MMA um órgão que tem o nome que foi organizado e... B2R2, que foi decorrência do processo de Cataguazes. Mas esse assunto tem que ser mais institucional. Na época do Paraíba do Sul, ficou o Dr. Gerson (...) manipulando as comportas para aqui e para lá; e isso é o presidente da ANA fazendo isso. Tem que ser uma coisa mais institucional e mais organizada, dentro de uma cultura de segurança. Todas essas instalações que estão na bacia têm que ter intramuros, porque é obrigada pelo próprio licenciamento, essas regras de emergência e alerta. E nós temos que ter, porque a notícia que se chegou é que na ponta, na foz, já há um comunicado na bacia, já chegaram os contaminantes. E por outro lado, duas notícias boas, porque nem tudo é ruim. Temos que fazer a crítica. Foi constituído o Comitê da Foz do Paraíba do Sul,

porque é uma das coisas mais importantes, porque, pela transposição acontecida na década de 50, aquela região do norte Fluminense ficou muito empobrecida, e agora com esse comitê da foz nós esperamos que essa região de marina possa ter um cuidado mais especial e o grupo está muito ativo. Também no âmbito do Comitê da Bahia de Guanabara, que é um comitê de região, foi constituída a Comissão Pró-formação do órgão gestor, que tem lá um nome particular, do sistema lagunar de Jacarepaguá, que é um sistema muito crítico. Ele tem muitas indústrias, a montante, a região estuarina; então, é uma região de alto poder aquisitivo, mas o sistema lagunar está uma verdadeira cloaca e isso aconteceu na sexta-feira passada. É motivo de muito regozijo pelo Comitê da Bahia de Guanabara e eu pediria uma especial atenção do Conselho e particularmente da Secretaria de Recursos Hídricos, porque tanto a boca do Paraíba do Sul como a Baía de Guanabara e Sepetiba, que o comitê (...), os rios são drenantes, eles estão como áreas especiais de planejamento na parte estuarina e costeira. Então, é muito, muito importante que haja uma atenção dos órgãos federais e do Conselho Nacional com relação a isso. Esses são os informes e as colocações que eu tenho a fazer. Agora, tem isso aqui. É para falar agora?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – Na seqüência dos informes, por favor. Vai ser o último ponto. Por favor, o último. Jairo Luz, por favor.

O SR. JAIRO LUZ – Eu quero obedecer ao Conselho do Carlos. Vou falar só quando for necessário falar. Eu vou falar três coisas. Uma eu já falei, que é essa. O segundo, dois informes. O primeiro deles como diz a Ninon, é mais uma questão de gênero, porque na instituição a qual represento, a CNA, foi eleita e já tomou posse, uma bela mulher. É a mulher que é a presidente que a CNA nunca teve. É a primeira mulher. Então, eu queria informar que eu acho que pode até ter uma mudança de comportamento – Kátia Abreu – pode ser que vá influenciar os próprios produtores rurais. O segundo informe é quanto ao Comitê da Bacia do Paranaíba, não é o Parnaíba. Eu não pude comparecer na última reunião que foi em Uberlândia; aliás eu estava lá para a reunião, mas tive que ir para o Simpósio da Petrobrás representar a CNA. Então, não fiquei na reunião. E um dos assuntos complicados era que o nosso presidente do Comitê era o Secretário de Meio Ambiente de Goiás, que não permaneceu no cargo. Sumiu, não apareceu mais. Não mais o vi. E agora, o outro secretário estava em dúvida se ficava ou não e tinha sido combinado que o primeiro presidente seria de Goiás. Então, ele aceitou. Convenceram a ele, não sei como foi a reunião lá, porque ainda não conversei com ninguém, apenas alguém me deu a dica de que ele aceitou. Então, o Comitê do Rio Paranaíba depois de muito tempo tem um novo presidente. Parece que agora vai deslanchar. Esse é um comitê que está tenso; esse é o primeiro Comitê de Integração que tem representantes dos tributários do Rio e Federal. Para o lado de Minas está muito organizado, então, quem tem a maior área da bacia é Goiás. Onde está menos organizado. Nós só temos um comitê de um tributário, que eu acredito que ele vai ter... Uma coisa que a gente não fez ainda no Conselho e muito menos lá em Goiás. A re-fundação de um comitê. Porque ele foi criado, foi fundado e morreu. Morreu por que as reuniões... O órgão gestor não ajudou, não teve alguém que pegou para puxar, para apoiar. Acho que vai ter que re-fundar. E quando fundar, outro do lado de Goiás para equilibrar a situação. Então, pelo atual secretário ter assumido, teve uma grande reforma administrativa em Goiás e quando tem reforma todos que são do governo sabem

4414 como é que são as reformas. Elas gastam 4 anos para voltar no caminho certo. Eu
4415 acredito que lá já passou a metade do governo e ainda não fez a reforma direito,
4416 mas está em andamento. E essa reforma trouxe alguns órgãos ambientais, por
4417 exemplo: nós tínhamos o governo anterior que criou as agências. Esse acabou com
4418 a agência e levou para Secretarias de Meio Ambiente. E eu já trabalhei no Governo
4419 e eu assisti esse filme. Lá tem um negócio que chamamos de cemitério de órgãos.
4420 Por quê? Acaba com os órgãos, aí não consegue assumir os órgãos e ele tem que
4421 criar um departamento para cuidar daqueles órgãos. É o que vai acontecer lá. Então,
4422 na nossa agência, possivelmente ela for extinta, ela vai para esse órgão também,
4423 que é o cemitério. E vão criar outro sistema. Talvez isso seja em decorrência da
4424 dificuldade que o próprio presidente da ANA já falou, já conversei com ele a respeito,
4425 e em Goiás, a política de recursos hídricos está meio desligada da área federal. E
4426 tudo o que escutamos aqui, parece que em 2009 terão alguns programas de integrar
4427 mais e talvez possamos conseguir melhorar a política de recursos hídricos de Goiás.
4428 Não estou falando que ela está toda defeituosa. Ela está meio desligada, afinal nós
4429 temos um pacto federativo. Eu moro num País chamado Brasil, moro no Estado de
4430 Goiás, mas moro em um país que chama Brasil. Eu acho que tem que encaixar,
4431 enquadrar, algumas coisas podem ser diferentes, mas não tudo. É isso aí. Obrigado
4432 pela paciência.

4433
4434
4435 **O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH -**
4436 **SRHU/MMA)** – Muito obrigado ao Conselheiro Jairo. Nós concluímos a parte de
4437 informe. Só um encaminhamento final. Foi encaminhado pela Conselheira Ninon um
4438 documento, onde é uma avaliação, uma avaliação já expressa por ela durante as
4439 suas manifestações e também uma recomendação da atuação do Secretário de
4440 Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, na direção da sua avaliação. O Marley me
4441 deu o informe, conversou com a Ninon, do ponto de vista regimental isso já foi até
4442 anunciado aqui. Os documentos têm que assumir a forma de moção, então, o que
4443 nós estamos encaminhando é de que a Conselheira deseja fazer a leitura desse
4444 documento e em seguida encaminharmos para o encerramento da reunião, é isso
4445 Ninon?

4446
4447
4448 **A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR)**
4449 – Eu vou usar um termo em latim que origina a chance do mandado de segurança
4450 que chama periculum in mora. Não podemos esperar a próxima Plenária para fazer
4451 uma moção. O Dr. João Bosco acabou de sair por causa do adiantar da hora e
4452 quero dizer que não é a primeira vez que acontece no Conselho. Quando aconteceu
4453 do processo em que a Câmara Municipal de Ribeirão Preto e o prefeito, estavam na
4454 bica de decidir sobre o assentamento de um processo de loteamento em uma região
4455 de área de captação de Ribeirão Preto. Está aí o Carlão que se lembra disso,
4456 porque é quase prefeito de Ribeirão Preto. (Risos!), Então, nós fizemos um
4457 encaminhamento dentro dessa linha, que não é uma moção e eu gostaria de ler. Eu
4458 acho que o Plenário precisa ter noção e conhecimento do teor do que está
4459 constando, inclusive porque isso já foi objeto de colocação no Plenário do Conselho
4460 Estadual. Então, essa é uma questão de periculum in mora. O Plenário, porque
4461 estou dentro do plenário, ao Sr. Presidente do Conselho. (leitura). Nós acabamos de
4462 ver a manifestação da bacia do Rio Itajaí que é uma situação não semelhante, mas
4463 é justamente o socorro que a bacia vem pedir ao Conselho e nesse caso eu acho
4464 que é muito simples, não precisa de uma moção, mas de uma gestão. E aí eu
4465 gostaria de fazer um rodapé nessa menção. Em 2003, quando o Conselho em

Plenário, algumas pessoas aqui participaram: Roberto, Carlão estavam aqui; e nós fizemos uma moção para o Governo Federal, inclusive o Presidente da República, com relação ao contingenciamento dos nossos recursos, dos recursos da cobrança e outros e era o Secretário de Receita Federal, o Dr. Joaquim Levi, que por bem ou por mal é o Secretário de Finanças do Rio de Janeiro. Ele já está acostumado a receber um pedido e sabemos que ele é uma pessoa muito contida nesse contingenciamento, porque há um mal-entendido dos governos de que são finanças públicas, mas não são tributos. Então, o tratamento é diferenciado. A minha proposta a esse Plenário é que apoiemos o secretário, nesse mandato de no periculum in mora de fazer imediatas gestões por governador; por que eu acredito que a gente venha até em socorro à Secretaria de Ambiente, porque essa questão que sozinha ela não vai fazer. Essa é uma questão que nós temos que fazer realmente pressão para quem decide, quem tem a chave do cofre possa liberar esses recurso, porque tem todo esse processo. Gostaria que esse texto constasse de ata, por favor.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – O texto não constará da Ata e o secretário fará o encaminhamento de todas as gestões necessárias. A Ata é um documento público e nós não podemos permitir que fora do Regimento, contribuições dessa natureza depois elas sejam contempladas dentro de um documento geral. Então, será dado o informe que você usou a palavra nessa direção, mas o documento não constará da ata. Quero deixar isso claro.

A SR^a. NINON MACHADO DE FARIA LEME FRANCO (CONSELHEIRA TITULAR) – Eu até lhe respeito, porque para mim interessa resolver o problema. Mas eu acho que, com todo respeito, esse é um direito que o Conselheiro tem. Não quero exacerbar nisso, porque para mim não interessa. Eu quero que resolva o problema do Guandu e de liberação de recurso.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO (Secretário Executivo do CNRH - SRHU/MMA) – A Conselheira pode ter a garantia de que amanhã eu já estarei falando com a Secretária de Meio Ambiente do Rio de Janeiro para ela compreender a situação narrada aqui, sobre o qual evidentemente há toda a confiança e veracidade dos fatos e no prosseguimento para que haja a liberação dos recursos na medida do possível. São questões também de natureza de âmbito da Federação e dos estados. Peço a compreensão de todos, mas evidentemente essa é uma questão sobre a qual nós não podemos criar precedentes. Eu queria encaminhar para o encerramento, solicitar a todos que ainda permanecem que devolvam seus crachás de votação, crachás de identificação e os cartões de votação. Queria agradecer à equipe toda da Secretaria que produz um material aqui à prova de erros para o secretário, queria agradecer ao Bráulio, que particularmente teve todo o empenho de fazer um teste real, de, a partir dessa constatação se nós teremos condições de deixar nossas reuniões absolutamente on-line. Queria desejar a todos um feliz Natal, uma boa passagem de ano junto com seus familiares, amigos e queria fazer o encaminhamento do encerramento da reunião. Queria convidar a Conselheira Rosa Mancini para que ela fizesse o encaminhamento para o encerramento desta reunião. Por favor, Rosa, você encerra a nossa reunião.

4518

4519 **A SR^a. ROSA MANCINI (CTCOST/CERH/SP)** – Quando o Vicente falou que ia me
4520 pedir para fazer o encerramento, eu falei que não, que eu ia reclamar. Que era pior.
4521 De fato eu achei a reunião super boa. Essa parte final, infelizmente nós estávamos
4522 com o Plenário esvaziado, mas a questão da outorga para as energéticas, a questão
4523 da avaliação que o João Bosco fez em relação ao plano são dois pontos de pauta
4524 super importantes que eu acho que tem de ser mais bem debatidos com mais
4525 tempo. É uma pena que todos já estão muito cansados, porque desde as 9 horas da
4526 manhã nós estamos aqui, então prejudica a discussão. Mas foi muito legal. Como eu
4527 não posso deixar de fazer, antes de dar boas festas a todos, eu quero novamente
4528 enfatizar a necessidade de rever esse pedido de vista que é uma coisa que está de
4529 fato dificultando nosso trabalho. Acho que tem que ter uma regra mais clara para
4530 isso. Hoje nós tivemos duas resoluções, uma delas praticamente pronta que foi o
4531 pedido de vista unilateral. Acho que nós temos que definir um procedimento que
4532 para fazer o pedido de vista tem que vier com documento pronto com a justificativa,
4533 de alguma forma não pode ser uma coisa isolada que vá descobrir aqui na hora.
4534 Tem que ter algum mecanismo que se tem algum descontentamento, que seja
4535 avisado antes que entre em pauta, para não incorrer novamente nessa questão que
4536 outras vezes já aconteceram. Eu já reclamei isso. Inclusive, a primeira reunião que
4537 eu pedi para o secretário foi em relação a isso. Acho que é importante estarmos
4538 aperfeiçoando esse mecanismo para tentar melhorar esse procedimento. De
4539 qualquer forma, boas festas para todos; um maravilhoso 2009, e que em fevereiro
4540 comecem todas as atividades aqui de novo e com a carga e força. (Palmas!)